

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

Patricia Prates Costa

GRAFIAS DA VIDA ENTRE O DANO E A CURA:
o reconhecimento da violência e as potências do dizer-se nas mídias sociais

Belo Horizonte
2022

Patricia Prates Costa

GRAFIAS DA VIDA ENTRE O DANO E A CURA:

o reconhecimento da violência e as potências do dizer-se nas mídias sociais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título Mestre em Comunicação Social.

Área de Concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sônia Caldas Pessoa

Linha de Pesquisa: Comunicação, Territorialidades e Vulnerabilidades

301.16 Prates, Patricia.
P912g Grafias da vida entre o dano e a cura [manuscrito] : o
2022 reconhecimento da violência e as potências do dizer-se nas
mídias sociais / Patricia Prates Costa. - 2022.
134 f. : il.
Orientadora: Sônia Caldas Pessoa.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia

1. Comunicação – Teses. 2. Emoções – Teses.
3. Violência contra a mulher - Teses. 4. Mídia social - Teses.
I. Pessoa, Sônia Caldas. II. Universidade Federal de Minas
Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

"GRAFIAS DA VIDA ENTRE O DANO E A CURA: O reconhecimento da da violência e as potências do dizer-se nas mídias sociais."

PATRICIA PRATES COSTA

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Profª Sônia Caldas Pessoa - Orientadora
DCM/FAFICH/UFMG

Profª Camila Maciel Campolina Alves Mantovani
DCM/FAFICH/UFMG

Prof. Juarez Guimarães Dias
DCM/FAFICH/UFMG

Belo Horizonte, 20 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Maciel Campolina Alves Mantovani, Professora do Magistério Superior**, em 28/09/2022, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juarez Guimaraes Dias, Professor do Magistério Superior**, em 29/09/2022, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Caldas Pessoa, Coordenador(a) de curso**, em 03/10/2022, às 19:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1736183** e o código CRC **0AF1207B**.

Para Rosa Helena.

AGRADECIMENTOS

Aos afetos e aos encontros que tornaram possível essa escrita.

À minha mãe que fez tudo o que pode para que eu encontrasse a liberdade que ela sonhava. À minha tia Guete que sempre esteve ao meu lado em amor absoluto, me ensinando a cultivar leveza apesar dos traumas. À minha avó Déu que fez tudo o que esteve ao seu alcance para cuidar de mim. Ao Gui por me motivar a ser o melhor que eu puder para cuidá-lo. Ao meu avô Gera, por ensinar o quão honesto e justo é ser autêntico e poder exprimir os sentimentos. A Rogério, pelos conselhos simples e descomplicados que me trouxeram mais clareza em momentos complicados. Às tia Tuca e tia Míriam que me acolheram nos momentos em que estive mais fragilizada. Ao Giovani, por me abraçar com um amor sereno e saudável e me motivar a seguir diariamente. Às minhas amigas Vanessa, Elisa, Miza, Ivana, Elis, Sophia, Érika, Nat e Deize por dividirem bons momentos e, sobretudo, por compartilharem afetos de que é possível ir mais longe do que as nossas quebras. Aos amigos Denis e Estevão, Gabriel, Tião, Rick, João e Bruno, pelas risadas e trocas de ideias sobre masculinidades. Aos professores Bruno, Ângela, PH, Juarez, Gisa, Camila, Carlos Mendonça e Carlos Carvalho, Felipe e Leandro pelos contatos e trocas que contribuíram com esse trabalho me inspirando em muitos momentos. À Marina e a Josi, profissionais da saúde mental que me ajudaram a dar conta de mim mesma em meio aos turbilhões que a violência que sofria causava. À Fapemig, pelo financiamento dessa pesquisa.

E em especial, à Sônia, minha orientadora, que acreditou em mim até que eu mesma pudesse fazê-lo, que me socorreu, norteou e acolheu em meio a uma série de acontecimentos dramáticos em minha vida. Obrigada Sônia por inspirar, abraçar e motivar durante toda essa travessia. Com você aprendi que os afetos são a nossa potência mais forte para movimentar o mundo e que é um dom para o futuro descobrir os afetos de que se é capaz.

Resumo

Situada na perspectiva da virada afetiva na comunicação, minha dissertação¹ busca tecer uma escritura sensível através dos fios e rasgos afetivos (em comum ou em estranhamento) entre fragmentos narrativos escritos por mulheres que, como eu, vivenciaram a violência de gênero em relações de proximidade. Trata-se de uma pesquisa de inspiração autoetnográfica que busca produzir reflexividades a partir do terreno afetivo de minha própria experiência de violência em contato com as conversações de outras mulheres que sofreram violência de gênero e que compartilham suas dúvidas e vivências nas mídias sociais sobre o assunto. Esse universo de aproximação remete às redes de apoio entre mulheres, aos gerenciamentos dos corpos femininos e lugares de performatividade. Considerando as possibilidades conceituais e metodológicas de trabalho na seara dos afetos, testemunhos e experiência, essa dissertação toma os relatos de si como potências de resistência. Desse modo, componho uma jornada afetiva que se orienta a perceber os modos de revelar, ocultar e sentir nas experiências de violência sofridas pelas mulheres, me atentando para as construções do ser mulher e os modos de saber a violência encarnados nos nossos testemunhos. Importa para esse trabalho deslizar por entre as forças afetivas imbricadas nesse percurso, experimentando linguagens, escrituras e modos de ação possíveis para tangenciar afetos inauditos e muitas vezes sem pronúncia possível.

Palavras-chave: Afetos. Violência contra a mulher. Esgotamento. Relatos de si. Resistência.

¹ Essa pesquisa de mestrado contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.

Abstract

Situated at the affective turn of communication, my dissertation² seeks a sensitive writing through the threads and affective traits (in common or in estrangement) between narrative fragments written by women who, like me, experienced gender violence in close relationships. It is an autoethnographic inspired research from the subject that- with a search for a search for inspiration from my own women violence in search of an experience of violence in their own experiences of violence in their own social networks on the subject. This universe of approximation refers to support networks between women, to the management of female bodies and places of performativity. Considering as conceptual and methodological possibilities of work in the field of affections, testimonies and experience, this dissertation takes technologies of the self as political powers of transformation. In this way, I compose an affective journey that is guided to understand the ways of revealing, hiding and feeling in the experiences of violence suffered by women, paying attention to the constructions of being a woman and the ways of knowing violence embodied in our testimonies. It is important for this slide between the affective forces imbricated in this path, experimenting with languages, writings and possible modes of action to affect affections in audits and often without possible pronunciation.

Keywords: Affects. Violence against women. Exhaustion. Self-written. Resistance.

² This master's research was supported by the Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Print do perfil @maselenuncamebateu no Instagram. Acesso em 24 fev. 2021.	32
Figura 2 – Print do perfil @maselenuncamebateu no Instagram. Acesso em 19 dez. 2021.	33
Figura 3 – Print do perfil @maselenuncamebateu no Instagram. Acesso em 21 dez. 2021.	40
Figura 4 – Montagem de falas do perfil @maselenuncamebateu do Instagram em imagem criada pela autora. Acesso em 21 dez. 2021.	42
Figura 5 – Print do perfil @maselenuncamebateu no Instagram. Acesso em 06 dez. 2021.	67
Figura 6 – Print do perfil @maselenuncamebateu no Instagram. Acesso em 24 fev. 2021.	81
Figura 7 – Print do perfil @maselenuncamebateu no Instagram. Acesso em 06 dez. 2021.	82
Figura 8 – Print do perfil @maselenuncamebateu no Instagram. Acesso em 19 de jan. de 2021.	88
Figura 9 – Montagem de fala recolhida em grupo do Facebook em imagem criada pela autora.	91
Figura 10 – Montagem de fala recolhida em grupo do Facebook em imagem criada pela autora.	93
Figura 11 – Montagem de fala recolhida em grupo do Facebook em imagem criada pela autora.	99
Figura 12 – Montagem de fala recolhida em grupo do Facebook em imagem criada pela autora.	105
Figura 13 – Print do perfil @maselenuncamebateu no Instagram. Acesso em 09 de jul. de 2020.	108
Figura 14 – Montagem de fala recolhida em grupo do Facebook em imagem criada pela autora.	109

SUMÁRIO

1. RASGO	10
1.2 Uma pesquisa a partir da Outra	12
2. DESPREGAR A COLCHA DE PESQUISA	17
2.1 Uma razão à emoção	17
2.2 Mídias Sociais da violência contra a mulher	25
2.3 Contato e diálogo com propagações afetivas no ciberespaço	28
2.4 A agitação afetiva nas potências da comunicação	34
3. OS FIOS QUE REFAZEM A TESSITURA DO SABER	37
3.1 Aprendendo a liberdade de dizer-se	43
3. 1 O artesanato de uma escrita fragmentada	47
4. TRAVESSIAS METODOLÓGICAS POSSÍVEIS NAS POTÊNCIAS DO DIZER-S	57
4.1 Comunicação e afetos	57
4.2 Afetos e uma mirada antropológica	65
5. RETALHOS AFETIVOS ENTRE MINHA EXPERIÊNCIA DE VIOLÊNCIA E AS OUTRAS	70
5.1. Vulnerabilidades e resistências compartilhadas	74
6. A LÓGICA DO ABSURDO	83
6.1 Contornos de gênero na violência contra a mulher	83
6.2 Enxergar a violência	98
6.3 Esgotamento e movimentos do tempo	113
7. SOBRE COIVARAS E BUTÔS	120
7.1 Coivaras	120
7.2 Butôs	124
REFERÊNCIAS	127

1. RASGO

“Mi realidad aún es un misterio en mi propio
refrigerio
Congelando estas ideas que mantienen partida, pobre
y afligida
No comparto nada, asustada me comporto
Sola asistiendo a mi propio parto”³.

(Fémina)

Em 2015, comecei meu percurso intelectual trabalhando com questões ligadas à violência contra a mulher. Desde o início desse percurso, especialmente durante o meu trabalho de conclusão de curso na graduação em Comunicação Social, eu já afirmava que a minha trajetória de pesquisa caminhava sendo estimulada pelos afetos. Naquela época eu não conhecia as discussões teóricas relacionadas ao assunto, mas eu reconhecia a importância das impressões e expressões movimentadas a partir das experiências de vida.

Naquele período, eu também tive uma descoberta pessoal perturbadora que foi a de perceber que violência e trauma faziam parte da minha própria vida. Eu comecei a compreender, talvez de uma forma orgânica, que minhas experiências ecoavam uma dor cuja substância eu encontrava em outras vozes, em outros lugares, com pessoas muito distantes de mim, mas que falavam de sentimentos e situações que eu podia compreender não apenas racionalmente, mas afetivamente através das minhas próprias experiências. Ao mesmo tempo em que eu estudava o assunto “violência contra a mulher”, eu me via nas mulheres que contavam suas experiências como vítimas de violência nas redes sociais da Internet e nas entrevistas concedidas ao meu grupo de pesquisa.

Especificamente, no decorrer da minha graduação em Comunicação Social, graças ao trabalho proporcionado pela pesquisa *Narrativas de um Problema Cotidiano: a Violência de Gênero e o Testemunho Jornalístico*⁴, que tratava da violência contra a mulher nas narrativas

³ “Minha realidade ainda é um mistério em meu próprio acalento. Congelando essas ideias que me mantém partida, pobre e afligida. Eu não compartilho nada, com medo eu me comporto. Sozinha, assistindo ao meu próprio parto. (tradução nossa. Fémina). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NBvVCg7b49g>. Acesso em: 03 de junho de 2022.

⁴ *Narrativas de um Problema Cotidiano: a Violência de Gênero e o Testemunho Jornalístico* foi uma pesquisa desenvolvida entre 2012 e 2018 que realizou estudos sobre mídia e gênero a partir do acompanhamento da

jornalísticas, comecei a perceber que eu sofria diversas formas de violência no cotidiano da relação conjugal em que eu estava. Com as leituras e discussões a respeito do gênero e das relações de poder, tomei conhecimento das opressões e explorações que acontecem em muitas realidades sociais e que eu compreendia como naturais, até então. Eu comecei a entender o que significava machismo e misoginia e passei a reconhecer esses comportamentos nos homens da minha vida.

Na minha estrutura familiar, eu vivenciei o autoritarismo e conservadorismo das figuras masculinas com as quais convivi. Eram sujeitos duros, ásperos, difíceis de convencer de qualquer posição diversa das suas conhecidas. Muitas dessas “posições” para comigo e com outras mulheres da família eram torturantes e violentas. Mas, até bem pouco tempo atrás, eu não sabia nomear essas vivências como violadoras da minha integridade física, moral e psicológica. A palavra violência parecia dura demais para vincular aos sujeitos de quem eu esperava amor. A verdade é que ainda é complicado construir um equilíbrio nesse rearranjo de entendimentos, aceitações e reescritas de mim como uma mulher sobrevivente de violências extremas.

É precisamente desse encontro com o desarmônico, frágil e dolorido ligado a esses afetos da minha vida que surge a necessidade de adentrar em minha experiência de violência e apreender o que dela reverbera em outros lugares (ou o que de outros lugares reverbera nela) para daí produzir reflexividades⁵ possíveis.

Para isso, apresento-lhes de onde e de como parto para chegar no objetivo de uma produção afetiva a partir da minha experiência de violência no âmbito do gênero em diálogo com a experiência de outras mulheres que falam de suas vivências em relações abusivas.

cobertura jornalística sobre casos de violência contra a mulher em 9 diferentes mídias informativas brasileiras. Além disso, foram realizadas entrevistas com jornalistas, com homens autores de violência contra a mulher e com mulheres vítimas de agressões. A partir desse conjunto de materiais foram feitas análises comunicacionais tendo como foco os chamados crimes de proximidade (aqueles que implicam em algum tipo de violência e que se estabelecem no âmbito de relações pautadas pela confiança, especialmente as que se dão entre parceiros afetivo-sexuais e familiares). A pesquisa foi coordenada por Bruno Souza Leal, professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais.

⁵ Entendo a reflexividade como um processo necessariamente falho e incompleto pelo qual o sujeito dá conta de si mesmo, procurando compreender-se apesar das limitações dos regimes discursivos e das matrizes de inteligibilidade disponíveis. Conforme Butler (2019), o sujeito não se constitui como uma função ou como um efeito da racionalidade, “quando o sujeito se torna objeto para si mesmo, ele também perde algo de si mesmo; essa oclusão constitui o processo de reflexividade. Em leitura de Foucault (1989), Butler explica que no processo de se tornar sujeito, algo dessa construção do sujeito é perdido uma vez que, os regimes de inteligibilidade não alcançam tudo, não são capazes de conceber tudo dentro de suas matrizes. Por essa razão, a autora interpreta que o sujeito “[...] não pode “conhecer” por meios cognitivos o que se perdeu, mas pode perguntar o que se perdeu exercitando a função crítica do pensamento”. (BUTLER, 2019, p. 154)

1.2 Uma pesquisa a partir da Outra

Colocar minha própria vivência de agressões e violações em foco e, ao mesmo tempo, em ressonância com outras vivências semelhantes, é partir de uma disposição para trabalhar entre os efeitos de agressões em diversos níveis e formas e, entre aproximações afetivas com mulheres que não conheço, mas que oferecem uma partilha ao contarem de si e dos abusos vividos. Esse é um percurso que impõe um desafio de tal maneira abstrato e, ao mesmo tempo, tão físico e concreto, que eu necessariamente tive de questionar as possibilidades e impossibilidades de se fazer pesquisa a partir desses movimentos. E, repensar de onde essa necessidade de produzir um conhecimento desse tipo parte, é significativo para essa pesquisa.

Quando eu estava na graduação, no contexto da pesquisa *Narrativas de um Problema Cotidiano: a Violência de Gênero e o Testemunho Jornalístico*, meu envolvimento e o dos demais pesquisadores abraçava mais do que sentidos compartilhados textualmente; fomos altamente afetados pelo contato com as mulheres que compartilharam experiências extremamente desumanas de agressões físicas e não-físicas. O livro “*Um Problema Cotidiano: Jornalismo e violência contra a mulher no Brasil*”, que é resultado dessa pesquisa, frisa os processos emocionais vinculados ao envolvimento dos pesquisadores:

Os artigos que compõem este livro representam, por consequência, bem mais do que o relato acadêmico-científico de alguns resultados do projeto “Narrativas de um Problema Cotidiano”, pois refletem experiências e experimentações de pesquisa que envolveram afetos, afetações e vivências coletivas marcadas pelo engajamento e compromisso com a superação desse grave problema sociocultural que são as violências físicas e simbólicas contra mulheres, não raro culminando em assassinatos, aqui entendidos a partir da lógica dos feminicídios. (LEAL; CARVALHO; ANTUNES, 2020, p. 12)

As pesquisadoras Bárbara Caldeira e Juliana Soares destacam que houve um forte impacto afetivo nos membros da equipe de investigação estimulado pelas entrevistas realizadas com mulheres que estavam ou estiveram em situação de violência. Elas contam que “passaram por um processo de mútua afetação, e que o encontro com essas mulheres as tocou e modificou de alguma maneira, ao passo que o exercício de escuta também afetou as entrevistadas” (CALDEIRA; GONÇALVES, 2020, p. 180). Ainda nesse artigo, as autoras elaboram sobre a movimentação das percepções que o contato com essas mulheres causou na rede de pesquisadoras que participaram dessas entrevistas:

Em ordem alfabética, Ana Guerra, Anna Alice Nogueira, Bárbara Caldeira, Isabelle Chagas, Juliana Soares, Patrícia Prates: seis mulheres, incluindo as autoras deste capítulo, em diferentes momentos de suas trajetórias acadêmicas, com crenças e percursos biográficos diversos, condições socioeconômicas e familiares e orientações sexuais particulares. Seis mulheres que se dispuseram a ouvir relatos de violência de outras mulheres, que se aproximavam de nossas próprias experiências tanto quanto se afastavam, fazendo com que percebêssemos nossos privilégios. (CALDEIRA; GONÇALVES, 2020, p. 180)

Ressalto as implicações dessa pesquisa na minha trajetória porque depois dessas trocas e estudos eu não pude mais ser como era; eu comecei a enxergar e assumir as violências que eu também sofria no âmbito conjugal e a suspeitar da gravidade do comportamento de alguns homens da minha família. Mais do que isso, eu me reconhecia nessa “Outra”, nessa mulher vítima de violência que era diferente de mim, mas ao mesmo tempo era parte de mim, nessa mulher que invadia o meu Eu através desse contato e que provocava um imperativo de reconhecimento e uma urgência de ação que eu não podia recusar. Mas, afinal, quem é essa Outra?

Quando comecei a pensar sobre a dimensão autobiográfica da minha dissertação e sobre quem me interpelava nos fragmentos de testemunhos de violência aos quais eu estava me expondo, surgiu como uma questão importante de discutir no meu trabalho, a sensibilidade, ou melhor, a susceptibilidade ao outro, como uma tentativa de estabelecer abordagens possíveis de trabalho. Esse outro me perseguia no que eu escrevia sobre minhas experiências, me perseguia no que eu compreendia nos relatos de agressões vividas que eu lia e também me perseguia no que eu não compreendia disso tudo. Nesse sentido, esclareço a compreensão do Outro (agora com letra maiúscula) a que cheguei e que norteia esse trabalho. O Outro me interessa na medida do atravessamento das precariedades, das vulnerabilidades, das interdependências e da exposição do humano em seus modos de relacionabilidade que nos dão a possibilidade de nos construirmos como sujeitos.

Conforme Butler (2019), em leitura de Lévinas (1990), “[...]precisamos pensar numa susceptibilidade aos outros que não seja desejada e escolhida, que seja uma condição de nossa responsividade aos outros, até mesmo uma condição de nossa responsabilidade pelos outros” (BUTLER, 2019, p. 116). Essa responsabilidade não se dá como uma livre escolha, mas como uma passividade primeira que se dá na relação com o Outro. É aqui que esse Outro se torna próprio. Na ótica de Lévinas (1990), o Outro surge de uma responsabilidade que nos é imposta pela sensibilidade que temos com a alteridade. Somos afetados nesse contato. Essa relação é condição para a subjetividade. Conforme Butler, “algo que não sou eu, me impulsiona, e o ‘eu mesmo’ surge precisamente na experiência de ser impulsionado dessa maneira e como efeito

dela” (BUTLER, 2019, p. 118). Esse Outro que me persegue, que me ocupa e que me revela, “inaugura um sentido meu que, desde o início, é sentido do Outro” (BUTLER, 2019, p. 118). O Outro nos desvia de modo que nossa percepção não se desenvolve de forma aut centrada, o Outro coloca nossa percepção ‘em relação’; é assim que podemos construir a nós mesmos, porque o outro nos afeta de modo a não podermos ignorá-lo. Isso não quer dizer que imediatamente depois não podemos fazer interpretação desse encontro, valorá-lo e realizar as diversas operações interacionais que estão à nossa disposição na sociedade. Mas, num sentido originário do nosso existir, é a partir dessa vinculação com um ‘além de mim’ que percebo o efeito do Outro sobre mim e desse modo não fico numa zona de indeterminação. Somos instaurados pelo Outro, nessa tensão com o que funda minha consciência e exige de mim responsabilidade com essa alteridade. Considerando a dimensão do gênero nas violências que sofri e nas violências sofridas pelas mulheres com quem dialogo, tomo o termo “Outra” para alinhavar de forma mais próxima, o sentido dessa alteridade com essas mulheres vítimas de abuso, uma vez que elas me interpelam, me reorganizam e me modificam por essa especificidade de suas existências.

A potência da transformação que essas mulheres operam na minha vida pode ser remontada a contar do momento em que eu ingressei como bolsista de iniciação científica do projeto *Narrativas de um Problema Cotidiano: a Violência de Gênero e o Testemunho Jornalístico* em julho de 2015. Em fevereiro de 2016, eu precisei fazer uma cirurgia de reconstrução íntima após anos de violações sexuais do meu então namorado, mas eu ainda não tinha certeza daquela significação, eu entendia meu corpo como sendo de direito do meu parceiro, se eu sentia dor e se estava literalmente sangrando, eu deveria aguentar para satisfazê-lo, o que eu sentia não tinha direito de ser um problema para ele, minha interpretação era de que eu lhe devia essa “entrega”; me angustiava, mas eu me convencia de que era tolerável.

Em julho de 2016, como integrante do projeto de pesquisa o qual citei, compus o corpo de entrevistadoras das mulheres vítimas de violência que se dispuseram a contribuir com o trabalho. A última das mulheres que entrevistei juntamente com a pesquisadora Isabelle Chagas, me marcou bastante; eu diria que o contato com ela catapultou a inquietação que eu sentia em relação às minhas próprias vivências de violência. Não há retorno quando um imperativo nos é lançado. A entrevistada era uma jovem de 22 anos, universitária e de classe média alta, que havia sido estrangulada pelo namorado e fugido a pé desesperada pelas ruas da vizinhança de madrugada. Ela recebeu apoio dos familiares para fazer a denúncia, mas foi dissuadida pelos policiais. Me marca porque, em seu relato, eu percebia em mim mesma uma tolerância com outros abusos que a entrevistada não considerava violência, que eu mesma não considerava

violência na minha vida; mas ouvindo-a, eu sentia instantaneamente que eram abusos inaceitáveis de se sofrer. O que eu mais queria era intervir na narrativa e chamar a atenção para essas outras agressões, mas esse gesto não era possível naquele momento de entrevista. Ao final de seu depoimento, ela nos pediu em lágrimas para que o grupo desse um retorno do projeto ao final da pesquisa. Importava. Ela se abria em sua vulnerabilidade para procurar um vínculo de ação. Nessa época, como num estalo de compreender-se nas Outras, de perceber a própria existência violada, eu me senti imprópria por querer contribuir para o entendimento do problema sem sequer conseguir sair da minha própria situação de violência, mas, ao mesmo tempo, eu senti a grande potência que essa ‘invasão’ na percepção de mim mesma causou, uma espécie de alteração no meu próprio estado de ser. Desde então, a necessidade de dar uma resposta ativa, de me empreender num modo de vida que fizesse algo por essa grande afetação que senti tem me acompanhado.

Ao final de 2016, a cirurgia íntima que eu havia feito porque eu era continuamente machucada pelo meu ex, ainda não tinha cicatrizado. Eu tive muitos sangramentos porque continuei sendo estuprada sem interrupção, tudo para evitar brigas com meu namorado. Entender que sexo sem consentimento e me machucando era estupro não foi algo imediato para mim, eu achava que era minha obrigação satisfazê-lo a qualquer custo. Também nesse período, foram finalizadas as entrevistas com as mulheres vítimas de violência no contexto da pesquisa citada anteriormente. Eu já não era a mesma, eu via nelas uma saída que eu não via em mim. No primeiro dia do ano de 2017, eu consegui terminar a relação de abusos em que me encontrava. A pesquisa sobre violência de gênero ainda se desenrolou por dois anos em discussões que tensionaram o corpus da pesquisa com uma base teórica que problematizou, principalmente, comunicação, jornalismo e gênero.

A consciência da violência contra a mulher no Brasil como um problema cotidiano veio de uma forma retalhada na experiência da minha carne. Em 2018 eu me formei em Comunicação Social pela UFMG, ano em que a pesquisa, inscrita na mesma universidade, também finalizou seu ciclo. Em 2020, pela mesma instituição, o livro *Um Problema Cotidiano: jornalismo e violência contra a mulher no Brasil*, resultado dessa pesquisa que transformou meu olhar sobre a minha própria situação de vítima de violência e que me abriu os olhos para perceber as violências vividas por mulheres próximas a mim, foi lançado. Nesse mesmo ano — em 2020 — eu iniciei meu percurso de mestrado, movida por essa Outra que passou a se revelar em muitos rostos de mulheres conhecidas, desconhecidas ou em rostos que só posso imaginar.

Naquele momento de trabalho acadêmico, no contexto do projeto *Narrativas de um Problema Cotidiano: a Violência de Gênero e o Testemunho Jornalístico*, as narrativas

jornalísticas sobre crimes contra a mulher no contexto das relações de proximidade eram o foco das minhas investigações. A partir do mestrado, meu foco migrou para uma direção de pesquisa qualitativa e experimental numa perspectiva em que afetos, comunicação e experiência mobilizam e são mobilizados para a produção de conhecimento pelo que há de sensível nas histórias de quem vivencia a violência.

Na presente pesquisa de mestrado, a partir de um movimento afetivo de inspiração autoetnográfica, eu percorro as conversações sobre violência contra a mulher nas mídias sociais criadas a partir do assunto e procuro refletir sobre o que foge dos estudos tradicionais sobre o problema, mas aparece nos desabafos, nos testemunhos e nas trocas de experiências entre as mulheres vítimas de abuso. Nos termos em que as próprias vítimas de violência definem sobre o assunto, – tais como ‘violência doméstica’, ‘relacionamentos abusivos e tóxicos’, ‘superando o abuso’, ‘vítimas de narcisistas’ e etc – a partir de grupos, perfis, fóruns e páginas no Instagram⁶, no Facebook⁷, eu faço uma busca afetiva dos testemunhos, desabafos, questionamentos e respostas das usuárias nas conversações sobre abusos físicos e não físicos e sobre empoderamento feminino para incentivarem as mulheres a se fortalecerem. A partir desses termos, desses modos de entendimento das violências vividas e dessas conversações, eu exponho minha sensibilidade até a saturação para recolher fragmentos narrativos dessas experiências e tensionar com teorias, estudos e minha própria experiência de vida. É uma tentativa de deslizar por entre os discursos sobre a violência contra a mulher nas matrizes de inteligibilidade e também no que essas matrizes não alcançam.

Minhas inquietações epistemológicas me levam a questionar sobre como será possível compreender esse gesto de socialização de subjetividades situado nessa situação comunicativa específica. De modo tateante, no capítulo 2, eu me empenho no gesto de despregar a colcha de pesquisa em suas coordenadas convencionais e estabelecer alguns pressupostos para me guiar pelos afetos nessas mídias sociais, lançando um olhar para as agitações afetivas como potências da comunicação. Já no terceiro capítulo, eu faço uma reflexão sobre a importância de saberes e de escritas não tradicionais, suas disputas no universo acadêmico convencional e seus ganhos

⁶ Instagram é um aplicativo que foi criado inicialmente em 2010, inicialmente com foco na edição e compartilhamento de fotos pelos perfis dos usuários da plataforma. Nas publicações é possível comentar, curtir e compartilhar o conteúdo no caso de o perfil ser aberto ao público. Atualmente, o Instagram desenvolveu novos recursos para publicação e compartilhamento de conteúdo como *stories*, *reels*, vídeos, busca por *tags*. O aplicativo, em 2022, conta com 1,4 bilhão de usuários.

⁷ Facebook é uma plataforma de compartilhamento de conteúdo criada em 2005. Assim como o Instagram, a rede possibilita o compartilhamento de fotos e vídeos pelos perfis dos usuários. Com o passar do tempo, o Facebook incorporou novas ferramentas e recursos. Os usuários podem seguir uns aos outros, formar comunidades online, vender produtos no marketplace, seguir páginas de conteúdo e/ou de empresas, ter informações sobre localização de amigos, entrar na rede de paquera no aplicativo, entre outros. Atualmente, o Facebook conta com 2,9 bilhões de usuários.

para abordar experiências-limite como as da violência – que são fragmentadas, não lineares, dolorosas, povoadas de extravasamentos e de silêncios, passíveis apenas de se tangenciar –. No quarto capítulo, faço uma revisão bibliográfica colocando em relação os conceitos de afetos, de comunicação e de autoetnografia procurando explicitar suas possibilidades metodológicas para amparar minha movimentação afetiva pela situação comunicativa da violência em e entre experiências e, assim, me ajudar a assumir os pontos de partida para produzir reflexividades.

Apesar de já colocar minha experiência em tensionamento com a de outras mulheres desde a primeira frase dessa dissertação, a partir do quinto capítulo, os movimentos de afetação ficam mais intensos na escrita. No quinto capítulo, eu falo do impacto e das impotências que senti ao começar a trabalhar com as experiências de abuso vividas por outras mulheres em relação à nossa luta por existência quando tentamos sobreviver ‘a’ e ‘contra’ esse lugar hostil das relações abusivas. No sexto capítulo, olho para os processos dolorosos e perturbadores da violência como movimentos aberrantes constituintes do fenômeno do esgotamento, que se por um lado são parte do cataclisma que é sobreviver ao absurdo da violência, pelo outro é o que pode nos levar para a necessidade da instauração de algum possível que não seja a destruição cotidiana. No sétimo e último capítulo, olho para as redes de mulheres em torno das experiências de violência de gênero falando de si mesmas como o fundo propulsor desse esgotamento, capaz de queimar e incendiar os códigos e papéis aprendidos de forma conjunta ao trazer memórias de dor presentes no corpo em intensidades deformantes dessas realidades vividas e reviradas pelas falas compartilhadas em rede nas mídias sociais. Como nas coivaras, a queima se torna possibilidade de brotar de uma terra arrasada.

2. DESPREGAR A COLCHA DE PESQUISA

“Escuta, vou ter que falar porque não sei o que fazer de ter vivido.

Pior ainda: não quero o que vi.”

(Clarice Lispector)

2.1 Uma razão à emoção

É importante esclarecer que a experiência de violência é sobretudo uma experiência de caos que não opera através de categorias ou de sequências lineares de acontecimentos e que

menos ainda, pode ser recuperada através de um encadeamento lógico-linear. Os fluxos da violência na vida de quem as experienciou são intransigentes e não respeitam nenhuma ordem ou regularidade. Lidamos com forças anômalas que atravessam cotidianos familiares, coberturas midiáticas, discursos religiosos e educacionais, ordens de gênero e relações de poder. Tudo isso, entrelaçado aos golpes que sofremos, sejam eles físicos ou não físicos, fragmentando nossa integridade existencial e mobilizando nossos afetos de um modo aberrante. Não há onde se segurar quando, na privacidade de uma relação, vivenciamos um campo minado com a figura que amamos. Não há onde se segurar quando nossa tolerância foi esgarçada continuamente até não sabermos mais o que fazer por aquela relação e não termos mais referências do que é saudável porque perdemos de vista nossos limites. O abuso é manifestado de diversas formas, mas em todas elas há uma enxurrada emocional que arrasta a mulher para a submersão num estado tumultuoso e confuso de violações. Como veremos adiante, ser transportada para uma teia de violência envolve o atravessamento de muitas tramas sociais, além disso, é um processo complexo que destrói o autorrespeito da mulher e distorce o seu sentido de realidade:

O abuso emocional assume muitas formas diferentes no caminho para o objetivo do poder e todos eles destroem aos poucos o autorrespeito e a autoestima da mulher. Um homem pode começar com uma reclamação e deslizar para as críticas constantes e xingamentos antes mesmo de ela perceber a existência de um problema. Ele pode envergonhá-la em público, gritando ou humilhando-a. Pode acusa-la de ter amantes e começar a vigiar cada movimento seu, seguindo-a quando ela encontra um amigo. Pode afastar-se quando ela tenta conversar ou fazer cara feia e não falar com ela durante dias seguidos. Pode lançar acusações e blasfêmias contra seus pais e outros parentes ao quais ela é muito ligada. Pode proibi-la de tomar decisões ou opinar em assuntos familiares e, até mesmo, em seus assuntos particulares. (MILLER, 1999, p. 34)

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), o conceito de violência pode ser definido pelo “uso da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo/ comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (KRUG. et al, 2002). Todas as violências possuem um forte componente de anulação e submissão do ser violentado. No entanto, a violência contra mulheres se distingue por um componente a mais: o de uma possessão que se estrutura em função da extrema desigualdade entre os gêneros, uma dominação que é ferramenta para a manutenção dessa desigualdade. A violência de gênero pode ser definida pelo estabelecimento de agressões quer sejam físicas, psicológicas, sexuais, materiais ou simbólicas contra um sujeito em situação de vulnerabilidade em razão de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero. Conforme Safiotti, “[...] a ordem patriarcal de gênero não opera sozinha, é também verdade que ela constitui o caldo de cultura no qual tem

lugar a violência de gênero, a argamassa que edifica desigualdades várias, inclusive entre homens e mulheres” (SAFIOTTI, 2001, p. 133). Nesse sentido, pensar a violência contra a mulher nos termos das discussões de gênero é natural para essa pesquisa:

Violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. (SAFFIOTTI, 2001, p. 115)

Segundo a ONU Mulheres, no relatório *O Progresso das Mulheres no Mundo 2019-2020: Famílias em um mundo em mudança*, um quinto das mulheres e meninas do mundo, com idade entre 15 e 49 anos, relataram ter sofrido violências física ou sexual de seus companheiros nos últimos 12 meses. Ainda conforme o relatório, menos de 40% das mulheres vítimas de violência buscaram qualquer tipo de ajuda ou denunciaram o crime. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2021, foram notificados 56.098 estupros (incluindo vulneráveis), apenas do gênero feminino no Brasil, o que representa um estupro a cada 10 minutos. Ainda conforme o relatório, que leva em conta boletins de ocorrência e inquéritos policiais, a cada hora, cerca de 30 mulheres sofrem lesão corporal no contexto doméstico, e, por dia, entre 3 e 4 mulheres são vítimas de feminicídio no país. Já, conforme dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o Brasil é o líder do ranking mundial de assassinatos de mulheres trans e travestis, com 175 assassinatos levantados pela associação no último ano, sendo que 141 dessas mortes violentas aconteceram em espaços públicos. Observando os dados da Justiça brasileira, conforme o *Painel de Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)*, em 2021, tramitaram 1,3 milhão de processos de violência doméstica, 438.682 medidas protetivas e 6 mil processos de feminicídio. Além disso, mulheres são as principais vítimas (70% dos casos) de ofensas e exposição de conteúdo íntimo na Internet, segundo o último levantamento (2021) da Ong SaferNet.

Apesar dos dados apontarem para alguns extremos do abuso, o cerco da violência que muitas mulheres vivem começa numa dificuldade em obter respostas e entender se o que está vivendo no contexto de uma relação próxima é problemático. O ponto final dessa trama de abusos é o feminicídio, onde não há mais respostas que possam lhes dar outra direção. Nesse entremeio, temos uma variedade de realidades, de histórias de vida, de atravessamentos sociais,

econômicos, culturais e de complexos de relações que são bem mais difíceis de elaborar e de se resolver, se é que isso é possível. “Assim, embora a violência de gênero brote numa situação complexa, em que intervêm vários fenômenos, estes nem são da mesma natureza nem apresentam a mesma capacidade de determinação” (SAFIOTTI, 2001, p. 133).

Ocorre, muitas vezes, nos estudos e abordagens da violência contra a mulher, narrativas homogeneizadas como se toda história de violência fosse uma só e merecesse o mesmo roteiro de solução, quase sempre estruturado em fazer uma denúncia e superar. Pede-se orientação e fôlego imensos a uma afogada. Mas, quem vai nos encontrar se vivemos isoladas da sociabilidade? O que fazemos depois que nossa denúncia foi desestimulada e nosso desespero lido como exagerado pelas autoridades policiais? E, então, quem nos oferecerá socorro diante do nosso atordoamento psicoemocional quando precisarmos de acolhimento para abandonar esse homem que nos arruína? Quem estará conosco quando falharmos na pronta superação? Quem vai nos oferecer moradia quando esse homem estiver correndo atrás da gente para nos punir severamente porque ousamos fugir?

De dentro da violência, a coisa toda é mais complicada. Quem começa um relacionamento amoroso, quem olha para o entorno de sua família ou de outras pessoas de sua confiança espera por cuidado e bom afeto; do amor esperamos um alicerce seguro para repousar nossa existência. Eu vivi por anos um cotidiano em que esses laços e expectativas estavam subvertidos e acredito que unir os entendimentos que minha trajetória acadêmica e minha experiência de vida me trouxe sobre relacionamentos abusivos, por mais doloroso que seja, é útil para dar abertura a um conhecimento através dos afetos que impactam as experiências de vida de mulheres atingidas pela violência.

Nessa dissertação, a partir do reconhecimento do que minha experiência com a violência traz, eu me exponho e promovo um contato com as conversações de mulheres que procuram por ajuda em relação às situações de violência que estão vivendo ou que desabafam suas histórias, contam pensamentos e sentimentos sobre impacto do abuso em suas vidas; enfim, mulheres que também se expõem e promovem trocas sobre as vivências da violência utilizando-se das redes sociais e plataformas de conteúdo para isso. Essas conversações se dão através de redes sociais como Facebook, Instagram, Twitter e Quora ou, ainda, se desenvolvem nos comentários de conteúdos publicados no Youtube, em grupos de WhatsApp e tantos lugares quantos a Internet permita o estabelecimento dessas trocas. No próximo capítulo explicarei melhor as formas de configuração dessas redes de conversas e as escolhas dos ‘lugares’ de conversações que utiliza nessa pesquisa. Nesse momento, é importante esclarecer que, entrar em contato e transitar por essas conversações sem solicitar respostas para questões específicas,

traz um ganho de espontaneidade inovador, porque é justamente o que se passa em nossas vidas e o que nos afeta e, que movidas por essas afetações, perguntamos, dizemos, contamos para tomar nossas decisões, que costuma não aparecer nos estudos da violência de gênero.

Por se tratar de questões muito delicadas, com riscos de vida para quem se abre, esse percurso de pesquisa me coloca numa posição mais sugestiva do que afirmativa. É preciso percorrer essas conversações apagando seus rastros, protegendo não só identidades, mas qualquer forma de dar acesso a essas mulheres para pessoas mal intencionadas, inclusive seus agressores. Isso me exige uma escrita fantasmática, sem identificação de quem disse o quê, de onde especificamente algo foi publicado. Buscamos nossa sobrevivência nas sombras e, ter contato com esses afetos e histórias de vida, só pode acontecer de modo indicial.

A produção do conhecimento nesse movimento de pesquisa é excepcional porque o conhecimento da violência na pele e no coração de quem viveu é menos da ordem do discurso do que do sentir. Como explicar a encarnação do pavor desencadeado por gestos do dia-a-dia, como estruturar objetivamente que, durante um tempo, elas desejaram com todas as suas forças que o seu amor fosse capaz de modificar o comportamento agressivo dos homens que amavam, como abordar a queda e o caos vivido na violência através da superfície plana da representação, por exemplo? Anos de violência te ensinam a perceber o perigo antes mesmo que você consiga explicar o porquê de estar com medo. Até mesmo a saída de situações extremas como a da violência não é inventariável pelo protocolo policial ou jurídico. Às vezes é a própria dor que nos empurra para algo, não igual, mas parecido com a cura ou uma saída, um possível em que podemos existir apesar do inferno que vivemos e que pode nos perseguir ainda. Sobretudo, essa dor e essa busca por saídas é fruto da tentativa de viver o amor, de sermos amadas e reconhecidas pelo amor; é pelo amor que tentamos desesperadamente salvar esses homens que nos machucam e também é por amor que buscamos de algum modo nos salvar.

Os traçados epistêmico-metodológicos necessários para estudos indisciplinados como esse pedem uma abertura do leitor às agitações afetivas que nos fazem conhecer o mundo pelo vivido. Os gestos desta pesquisa pretendem “lançar deliberadamente os seus movimentos para os penhascos e abismos que estão à nossa volta (e dentro de nós)” (GREINER, 2018, p. 20); então falar de amor e de desamor, de fragilidades e de esgotamentos, de reparos e de buscas pela regeneração em nós mesmo fazem partes dos saberes aqui tateados. Como conta bell hooks, apesar de sermos ensinados que toda lógica é racional, há muito aprendizado no sentir:

Ensinados a acreditar que o lugar do aprendizado é a mente, e não o coração, muitos de nós pensamos que o ato de falar de amor com qualquer intensidade emocional será percebido como fraqueza e irracionalidade. E é especialmente difícil falar de amor

quando o que temos a dizer chama a atenção para o fato de que sua falta é mais comum que sua presença, para o fato de que muitos de nós não temos certeza do que estamos dizendo quando falamos de amor ou de como expressá-lo. (hooks, 2021, p. 41)

Desse modo, assumindo que meu engajamento com o tema e com a escolha desse lugar de pesquisa foi motivado por vivências pessoais de violência no âmbito conjugal e familiar, ressalto meu primeiro marcador de escolha e entendo que ele importa não porque circunscreveria o movimento de pesquisa à um “si mesmo”, mas precisamente porque, reconhece nesses processos comunicacionais aos quais me volto, um “além de mim”. Conforme Butler (2019), contar a história de si mesmo já é uma ação de envolvimento e entrega endereçada e voltada para os outros; essa ação pressupõe o Outro do qual dependo para operar minha existência:

O outro, portanto, está dentro da minha ação de contar, não se trata apenas de uma questão de transmitir informação para um outro que está ali, mais além de mim, querendo saber. Ao contrário, o ato de contar realiza uma ação que pressupõe um Outro, postula e elabora o outro, é dada ao outro ou em virtude do outro, antes do fornecimento de qualquer informação. [...] —, *eu só sou na interpelação a ti*, o “eu” que sou não é nada sem esse “tu” e sequer pode começar a referir a si mesmo fora da relação para com o outro, da qual surge sua capacidade de autorreferência. (BUTLER, 2019, p. 106-107)

Quando me coloco nesse empreendimento de exposição, reflexividade e diálogo, entendo que a minha abertura às outras pessoas e à Outra que encontro através dos seus testemunhos, me dão uma possibilidade de transformação. Não há um único desabafo, entre as dezenas que li ou ouvi, que não tenham me abalado, remexido, revirado em impotências e potências. Conforme Butler, “o outro representa a possibilidade de a história ser devolvida em uma nova forma, de os fragmentos serem ligados de alguma maneira, de alguma parte da opacidade ser iluminada” (BUTLER, 2019, p. 105). Alinhada com Butler, compreendo que o gesto de dizer já é uma prática moral e um modo de vida. Assim como a autora, também entendo que se há alguma forma de vislumbrar quem somos ou aquilo que nos movimenta em nossas zonas de desconhecimento, é pela afetação do Outro em nós que pode inclusive subverter nossos pressupostos e entendimentos prévios ou nos mostrar os limites do que podemos ou não fazer (BUTLER, 2019). Estamos em estado constante de afetação e de transformação pelo contato com o mundo dos Outros, alterando as substâncias e as formas como somos habitados.

Minha trajetória de vida foi marcada pela violência de gênero. Dentro da esfera familiar, vivi e presenciei múltiplas agressões desde a infância, também vivi uma relação conjugal que me custou cinco anos de vida marcados por um cotidiano abusivo e violador. Minha atuação como jornalista e pesquisadora se ancorou nas inquietações e questionamentos que essas

vivências perturbadoras provocaram, seja através de discussões sobre as relações e estruturas que sustentam a existência e permanência da violência em razão de gênero socialmente, seja na incompreensão da problemática das economias afetivas envolvidas nesses processos. Sobre esta última, tentei por vezes me afastar de minhas próprias afetações para me aproximar de entendimentos possíveis sobre os circuitos afetivos movimentados nas situações de violência contra a mulher, mas a falha se dava justamente aí. Não houve como desfazer, mesmo que provisoriamente, o laço de reconhecimento com outras mulheres abusadas que eu senti. “Violência contra a mulher” não era apenas uma ideia a ser pensada, mas um conhecimento incrustado na minha própria vida e reconhecido por mim em outros corpos. Partir da dimensão sensível da experiência vivida para construir reflexividades traz pressupostos e problemas de pesquisa diversos dos formulados pela tradição do pensamento crítico que se apoia numa racionalidade hegemônica cuja proposta é um conhecimento objetivo da realidade⁸. Conforme Sáenz (2005), em defesa da grande extensão e multiplicidade das possibilidades da razão, “reivindicar uma razão ampliada às emoções, afetos, sentimentos, sensualidade, etc. é lutar contra a colonização de outras formas de pensar e atuar, bem como contra sua estigmatização como irracionais” (SÁENZ, 2005, p. 42-43, tradução nossa)⁹. Por esse posicionamento, assumi que percorrer a mim mesma no rastro dessas experiências-limite era um movimento que eu não poderia recusar para me colocar em contato com esses afetos e que seria necessário utilizar da experimentação nessa jornada.

Por essas razões, eu proponho um trabalho de exploração afetiva, o que me exige necessariamente responsabilidade e flexibilidade para tangenciar as dimensões afetivas e o que me lança o desafio de procurar por estratégias e abordagens possíveis para a condução desse percurso como um dispositivo qualitativo de pesquisa. Trabalho aqui com camadas de memórias que, por vezes, se atravessam, se confundem, se repetem e entrelaçam, entre minhas experiências e a de outras tantas mulheres vítimas de violência de gênero. Se essa dissertação se constrói em torno de repetições, foi absolutamente necessário, uma vez que, seguindo o pensamento de Deleuze, repetições não são reproduções de um mesmo, mas potências da diferença num processo de condensação de singularidades, não num alinhamento de regularidades (UNO, 2018).

⁸ A razão hegemônica, conforme Sáenz (2005), é alicerçada numa racionalidade patriarcal que toma o homem como foco central e universal para estabelecimento de dicotomias, hierarquizações e mesmo de negações nos modos de saber e construir as realidades. Trata-se de uma forma de conhecimento que se constrói definindo sobre si mesma como neutra e objetiva conforme uma noção de separação e purificação em relação às diversas constituições, dimensões e aspectos do mundo como natureza, experiência, oralidade, afetos, ancestralidades, etc.

⁹ “Una razón ampliada a las emociones, afectos, sentimientos, sensualidad, etc. es luchar contra la colonización de otras formas de pensar y actuar y contra su estigmatización como irracionales” (SÁENZ, 2005, p. 42-43)

Considerando as possibilidades conceituais e metodológicas de trabalho na seara dos afetos, testemunhos e experiência, esta dissertação se inscreve no movimento de virada afetiva na comunicação, (MORICEAU, 2020) e (PESSOA et al., 2019), se inspira nas autoetnografias (MÁRMOL et al., 2008) e (BOCHNER; ELLIS, 2016) e, nas possibilidades afetivas da antropologia (LE BRETON, 2013), bem como na relação com o Outro e nos relatos de si (FOUCAULT, 2004) e (BUTLER, 2019), como potências de transformação.

Minha pesquisa busca tecer sensivelmente uma autoetnografia através dos fios e rasgos afetivos (em comum ou em estranhamento) entre fragmentos narrativos escritos por mulheres que, como eu, vivenciaram a violência de gênero no âmbito das relações de proximidade. Isso significa uma imersão em testemunhos escritos ou falados por outras mulheres e lembranças vivenciadas por mim mesma.

Tomo o sensível como a dimensão do que é sentido ou percebido conforme a fenomenologia de Emmanuel Lévinas. Lévinas funda uma relação conceitual entre sensibilidade e alteridade. O sensível é fundamental para o estabelecimento da consciência como forma de apreensão do mundo e da constituição de si através da alteridade do Outro, do seu caráter de estranhamento e reconhecimento. O sujeito precisa do Outro para emergir. A vida tem a primazia da afetação pelo que é outro em relação a ela própria. A sensibilidade é a porosidade que condiciona a subjetivação do sujeito que só é possível na relação com o outro, a sensibilidade é o acolhimento primordial, é a fruição e a linguagem original da vulnerabilidade. “Na própria sensibilidade e independente de todo o pensamento, anuncia-se uma insegurança que põe em questão a antiguidade quase-eterna do elemento que a inquietará como o outro e de que ela se apropriará recolhendo-se numa morada” (LEVINAS, 2000, p. 121). Para Lévinas, sensibilidade e responsabilidade com o Outro se conjugam para uma ética antecedente aos processos de significação:

A ética indica uma inversão da subjetividade, aberta sobre os seres como subjetividade que entra em contato com uma singularidade excluindo a identificação no ideal, excluindo a tematização e a representação, com uma singularidade absoluta e como tal irrepresentável. Aí reside a linguagem original, fundamento do outro. O ponto preciso onde se faz e não para de se fazer essa mutação do intencional em ético, onde a aproximação penetra a consciência – é pele e rosto humano. O contato é ternura e responsabilidade (LÉVINAS, 1998, p. 275).

Conforme essa leitura, compreendo a sensibilidade como uma condição ética de abertura ao Outro, como o contato pelo qual tomamos consciência de sermos e de percebermos, uma espécie de comunicação que antecede o signo em que, “seja qual for a mensagem transmitida pelo discurso, o falar é contato” (LEVINAS, 1998, p. 274). O movimento da virada

afetiva na comunicação, no qual essa pesquisa se insere, dá enfoque a questões que trabalham com as sensibilidades e o sensível conforme a ética da alteridade de Lévinas. É precisamente sobre pesquisar em circuitos de afetação através dos apelos e demandas comunicadas a nós que têm força imperativa, cuja figura do outro ser sensível é o lócus desse imperativo. A pesquisa em dimensão afetiva se assenta no encontro com a alteridade. Aproximar-se e experimentar antes mesmo pretender conhecer é um gesto ético e político na pesquisa em comunicação, onde o pesquisador assume a sensibilidade e a responsabilidade do poder de afetar e de ser afetado. Conforme Moriceau (2020), “o poder de ser afetado é uma sensibilidade e o poder de afetar é uma responsabilidade” (MORICEAU, 2020, p. 26). A pesquisa afetiva parte do contato com a situação comunicacional de maneira a colocar o pesquisador num encontro com o Outro, com o estranho. Trata-se de tocar a experiência subjetiva ao deixar-se ser tocado, movimentar-se em sensibilidades.

2.2 Mídias Sociais da violência contra a mulher

Nesse movimento de pesquisa direcionado à sensibilidade, também é necessário perceber as especificidades da situação comunicacional em que me coloco. Se são as conversações entre mulheres vítimas de violência de gênero que me interessam para mobilizar meus afetos, é preciso compreender de que forma esse circuito de trocas acontece na Internet.

Nas interações das pessoas na Internet, temos postagens de conteúdos, curtidas, comentários, compartilhamentos, visualizações, mobilizações através do engajamento de grupos de usuários em determinadas questões, uso de hashtags e uma série gigantesca de outras tantas ações realizadas que deixam rastros no ciberespaço. Na Internet, temos espaços diferenciados de comunicação que se parecem com o cotidiano *offline*, mas que trazem também especificidades – dada a conectividade instantânea, maior amplitude nas circulações de informações e de interações, facilidade de conexões entre usuários e temáticas e, ainda, a flexibilidade de criação de formas e recursos de interações audioverbovisuais¹⁰ no ambiente digital – próprias ao *online*. As possibilidades oferecidas pelos produtos digitais a que temos acesso na Internet impactou a construção da vida social de forma irreversível. Para seguir esses

¹⁰ O funcionamento discursivo é regulado pelos interdiscursos em que o sujeito é também um suporte, um efeito da linguagem, de modo que o contexto deve ser tomado como uma forma de empenho em assimilar e compreender ao menos parte dessas interrelações. A abordagem de Gonzalo Abril (2007) de texto audioverbovisual apoia essa compreensão na medida em que 1) o autor concebe o texto como uma emergência que articula sentidos, relações, temporalidades e referencialidades de modo sempre aberto e em processo e 2) afasta o imanentismo (que busca apreender sentidos neles mesmos como se o sujeito fosse o centro gerador de sentidos) de sua proposta metodológica e defende que o sentido dos textos está sempre interceptado por um “de fora”.

rastros e investigar padrões, modos de relações, processos sociais e circuitos de diversas naturezas construídos nas interações sociais, é necessário perspectivas tecno culturais renovadas nos campos científicos interessados nesses estudos.

Nesse sentido, os autores Recuero, Bastos e Zago (2015) trazem um olhar potente para trabalhar com as conversações a que me exponho e entro em contato na Internet. Conforme os autores, ainda que as dinâmicas nas mídias sociais não estejam dissociadas das relações sociais exteriores à rede, a comunicação mediada pelo digital possui escalas, velocidades e valores próprios (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015). Além disso, eles propõem análises de redes sociais personalizadas conforme as relações estruturais da rede com os grupos sociais, de forma a perceber as relações políticas, sociais e os desequilíbrios de poder e, também, conforme a apreensão da posição dos indivíduos nas redes às quais ele pertence. Os autores frisam ainda, que:

É preciso que se diga, ainda, que o site não é a rede. Trata-se de um suporte, que é apropriado de diferentes formas pelos grupos sociais e cujos efeitos são construídos pelo complexo universo de negociação de normas e de interação social. (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015, p. 23).

Isso significa estar atento às relações sociais que acontecem Internet olhando para o conteúdo (em seu sentido, direção e força), para as relações sociais (em suas conexões de atributos entre os atores sociais) e para a multiplexidade (nas múltiplas possibilidades de contexto do ator social em suas relações).

Os sites e plataformas digitais contribuem muito para esses processos sociais, porém, (RECUERO, BASTOS e ZAGO (2015) fazem uma ressalva de que eles não são em si as próprias redes sociais, mas sim sistemas de dispositivos; as redes sociais, quer as observemos *online* ou *offline* são constituídas pelos atores sociais que as utilizam. Os atores seriam os indivíduos ou grupos que compõem os nós da rede conectados por relações em comum.

Conforme Smith (2015), “Redes são estruturas de dados comumente encontradas em quaisquer serviços de mídia social que permitam às pessoas construir grupos de conexões” (SMITH, 2015, p. 11). Não é necessária uma configuração *online* para existência de uma rede de conexões e relações entre pessoas. Redes sociais fazem parte da nossa vida em sociedade. Conforme Recuero, Bastos e Zago (2015), “As redes sociais são metáforas para a estrutura dos agrupamentos sociais.” (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015, p. 23). Nesse sentido, o que interessa nas redes sociais que são agrupadas na Internet é que suas interações deixam rastros nos suportes desses relacionamentos e conversações, como nas caixas de comentários dos sites,

nos aplicativos, nas ferramentas de compartilhamento, comentários e fóruns de discussão de diversas plataformas digitais. Conforme Smith (2015):

O uso massivo da mídia social torna as conexões entre as pessoas mais visíveis e mais facilmente coletáveis, revelando um panorama de associações humanas. Esse panorama não é simples. As redes sociais humanas tomam formas variadas, cada uma refletindo um tipo de processo social gerador diferente. (SMITH, 2015, p. 10)

Nesse sentido, podemos compreender a mídia social a partir das conversações consequentes à apropriação dessas plataformas pelas redes sociais que modificam as formas de circulação das informações. Esse conceito é importante na medida em que avança sobre a ideia de ferramentas e recursos que normalmente se utiliza em trabalhos do campo de pesquisas sociais realizadas na Internet. Conforme, Recuero, Bastos e Zago (2015), o termo mídia social expande o entendimento acerca da apropriação das redes sociais pelos usuários incorporando a complexidade das interações mediadas pelos suportes digitais. O conceito de mídia social diz das conexões que conformam a circulação de informações e de conteúdos, da composição de laços e comunidades, da replicação desses materiais em outras redes, ampliando ou migrando as conversações, da interferência dos algoritmos, fazendo com que determinados conteúdos ganhem mais relevância ou que cheguem a determinados usuários e outros não. Ou seja, conforme os autores, mídia social não trataria apenas dos suportes e ferramentas, nem das formas de apropriação dos usuários, mas sim à interação como um todo em suas variadas possibilidades de relação, incluindo os atores sociais, as ferramentas, as influências entre o *online* e *offline*, enfim a todo ecossistema.

A mídia social é um fenômeno de composição midiaticizada concebida pelos sistemas de produção, curadoria e visibilidade de fluxos de conteúdo entre os usuários de um ecossistema social. Podemos perceber as configurações das mídias sociais como formas de esferas públicas ou, ainda, pela composição de características dos elementos que aproximam essa rede dos públicos. Esses elementos das redes de públicos em relação à possibilidade de observá-los pelo viés das esferas públicas são:

[...] (1) a presença de audiências invisíveis, ou seja, o fato de que as redes estão mais próximas, mas não imediatamente discerníveis enquanto audiências desses espaços; (2) a confusão entre as fronteiras do espaço público e privado, onde elementos de uma esfera e de outra confundem-se cada vez mais; (3) o colapso dos contextos, ou seja, o fato de que as mensagens, por poderem ser reproduzidas e escaladas, podem também perder seus contextos originais, complicando o processo de comunicação. (RECUERO; BASTOS, ZAGO, 2015, p. 32)

O trabalho da minha dissertação, em parte, tem a ver com afirmar e organizar os ruídos das conversações sobre as experiências de violência de mulheres vítimas de abusos nas redes sociais, através dos rastros deixados por elas no ciberespaço. Assim, é interessante o conceito de mídia social de Recuero, Bastos e Zago (2015), uma vez que me possibilita acompanhar a emergência dessas mídias sociais relativas à experiência de sofrer violência no âmbito das relações de proximidade:

A ação dos atores em propagar, replicar, dar visibilidade para determinada informação e não outra é o que faz com que a mídia social emerja. É a reprodução e a contestação de discursos, o conflito das conversações e sua ampliação que vão dar a essas ferramentas a característica de mídia. (RECUERO; BASTOS, ZAGO, 2015, p. 23)

Meu trabalho, que parte da minha própria experiência de violência em diálogo com experiências de outras mulheres, caminha principalmente por terrenos afetivos comunicacionais do ciberespaço. No próximo tópico desse capítulo, apresento quais desses terrenos foram escolhidos por mim como uma mídia social de mulheres sobreviventes à violência de gênero e por quais razões.

2.3 Contato e diálogo com propagações afetivas no ciberespaço

Considerando que o percurso que faço pelas conversações sobre violência contra a mulher na Internet procura pelo que há de reverberação e estranhamento entre minha experiência e a de outras mulheres, devo frisar que as escolhas que fiz para elencar o “por onde passar” e o “o que escolher para mostrar” do ciberespaço seguiu uma orientação intuitiva. Por tudo o que vivi, estudei, interpretei e por tudo o que movimentou meus deslocamentos intelectuais e afetivos, eu confiei a esse trabalho sensível escolhas de relatos da Outra, de teorias e de partes de minhas vivências que esse movimento de saber intuitivo proporcionou. E aqui é preciso esclarecer que essa orientação foi atribuída desse modo porque a demanda de conhecer as coisas num trabalho afetivo é menos analítica que intuitiva.

As conversas sobre dores sentidas, sobre se sentir confusa e não saber o que fazer numa relação que você queria que fosse boa, mas que te maltrata diariamente. Se ver e se perceber novamente em descobertas de outras mulheres sobre formas de abuso insidiosas como as humilhações, torturas psicológicas e modos de controle de decisões e formas de viver, ou, ainda, descobrir formas ainda mais perversas de violência e se sentir aliviada por não ter conhecido um determinado horror, sem, no entanto, deixar de se sentir impactada pelo que está sendo contado e desejar profundamente um fim à vida de abusos que muitas de nós mulheres

passamos. Em geral, a ciência trabalha de um modo pragmático, que observa seus objetos de estudo a partir de uma exterioridade, o que indica trabalhar em termos de estabilidade e análise de regularidades, padrões e desvios. No meu caso, a interioridade é o lugar de observação, porque é onde está ocorrendo as mudanças, transições e passagens expressivas do eu, e, nesse sentido, é necessário um outro modo em que seja possível “entrar” na coisa, se necessário, até se afogar nela, mas é preciso deslizar ou se raspar pelas fendas da interioridade que não se cristaliza.

Se a intuição é a melhor forma de conhecer as coisas imprecisas e moventes que nos exigem que entremos nelas, é preciso entender de que modo a intuição opera. Henri Bergson propõe que a intuição deve ser pensada em termos de duração, isto se opõe ao tempo concebido de forma linear e regular. Não tem como expressar o movente em termos espaciais, porque isso se dá em termos de duração. Então não se trata de um ponto de vista, da construção simbólica pensando materialidades através da linguagem e de seus códigos, mas de um percorrer através de um retorno à consciência a duração interior enquanto indivíduo, é uma forma de ocupação do espírito, um trabalho dos tempos com o eu. Dessa forma, cada fato se interpenetra, vagueia ou eletriza. Para acessar a duração, Bergson (2005) explica que devemos suspender momentaneamente a intervenção das mediações espaciais; é como deambular por uma deriva própria através do sentir.

Se nossa existência fosse composta por estados separados cuja síntese tivesse que ser feita por um “eu” impassível, não haveria duração para nós. Pois um eu que não muda, não dura, e um estado psicológico que permanece idêntico a si mesmo enquanto não é substituído pelo estado seguinte tampouco dura. Assim sendo, podemos alinhar à vontade esses estados uns ao lado dos outros sobre o “eu” que os sustenta, esses sólidos enfileirados no sólido nunca resultarão na duração que flui. A verdade é que obtemos assim uma imitação artificial da vida interior, um equivalente estático que se prestará melhor às exigências da lógica e da linguagem, justamente porque o tempo real terá sido dele eliminado. Mas, quanto à vida psicológica, tal como se desenrola por sob os símbolos que a recobrem, percebe-se sem dificuldade que o tempo é o tecido mesmo de que ela é feita. (BERGSON, 2005, p. 4)

Conforme Lapoujade (2013), a duração bergsoniana possui relação direta com os afetos, numa atuação do tempo na sensibilidade, o que configura acontece com a atuação do tempo na sensibilidade, o que configura nossas percepções emocionais. Seja de modo mais superficial, ou de modo mais aprofundado, as emoções ocorrem como formas de vibração no tempo. É a emoção, então, não uma modalidade específica de afeto, mas constitui a própria duração natural ao ser humano, a multiplicidade qualitativa que expressa as tonalidades das experiências. Bergson compreende que é através da intuição que se é possível apreender o escoamento do tempo – a duração. Seguindo essa lógica, a emoção deve ser pensada pela sua gênese que se dá

através de relações de expressões, de movimentos virtuais que vibram interiormente pelas múltiplas afetações que vivenciamos. Bergson (2005) nos ensina a nos valermos da intuição em sua duração como um movimento contínuo que nos transforma e que produz efeitos na nossa existência. Ou seja, uma multiplicidade qualitativa e indivisível, cuja possibilidade de quebra e fragmentação só acontece mudando de natureza.

Então, tentar entender, ou tentar expressar esse vínculo expressivo entre mulheres, as conexões de força entre as afecções e esses vários corpos, transitar por aquilo que se segue das ideias pelas afetações e pelas marcas afetivo-expressivas presentes nas conversações que essas mulheres produzem, só pode ser realizado através de escolhas e movimentos baseados numa lógica intuitiva. Expressar envolve o ‘eu’ e trata-se da confluência de forças cujos estados e cujas modificações se penetram de forma íntima; nos termos de Bergson (2005), nos exprimimos através de intensidades de duração, o que é apropriado a esse ‘eu’ fragmentado resistindo e se testemunhando no contexto do redemoinho de emoções que é o de uma vida de violências.

Assim, apesar de uma infinidade de perfis em variadas redes sociais compondo conversações sobre vivências de violência, ter me tocado, eu percebi que o que mais agitava minha intuição eram os grupos de apoio sobre violência contra a mulher no Facebook e o perfil no Instagram @maselenuncamebateu. Em relação aos grupos no Facebook, por uma questão de manutenção da segurança para com as mulheres que ali colocam seus testemunhos, optei por não fazer uma descrição e apresentação detalhada. Para quem se interessar, é possível fazer as buscas por esses grupos utilizando termos como violência doméstica, narcisismo e relacionamentos abusivos ou tóxicos. Já em relação ao perfil @maselenuncamebateu, por ser público e por editar e compartilhar relatos de forma anônima em que não é possível ter acesso à identidade das mulheres que escolheram dividir suas vivências com a iniciativa, optei por fazer uma breve apresentação, que se segue.

O perfil @maselenuncamebateu (*MENMB*)¹¹. *MENMB* possui uma grande importância e relevância na minha compreensão dos níveis mais insidiosos e profundos das violências que vivi. Ao trazer fragmentos de testemunhos de violências vividas por outras mulheres, o perfil *MENMB* me fez perceber como certas concepções de amor romântico eram a cola grudenta do patriarcado nos meus ideais de relacionamento.

¹¹ *Mas ele nunca me bateu* (@maselenuncamebateu) é um perfil na rede social Instagram que faz uma espécie de curadoria de testemunhos recebidos de experiências de violência contra a mulher, publicando anonimamente fragmentos desses relatos, além de outros conteúdos relacionados à superação da violência no âmbito do gênero. Para este trabalho, usarei a abreviação *MENMB* para mencionar o referido perfil com o qual me relaciono.

Uma das peças com a qual me conecto às minhas experiências de violência em minha dissertação é o perfil na rede social Instagram @maselenuncamebateu ou *MENMB*, uma página de republicação de testemunhos de mulheres contando experiências de violências sofridas, *que entendo como* uma proposta de não esquecimento da dor. não apenas como forma de subjetivação catártica, mas continuidade comunicativa que tece uma narrativa política comum entre mulheres. *MENMB* traz precisamente narrativas de si de mulheres que vivenciam ou vivenciaram situações de violência no âmbito da proximidade, dando a ver memórias de violências sofridas por mulheres em seus relacionamentos (em sua maioria) com homens, convocando-nos sensivelmente e dando a ver seus próprios rostos através de escritas, partilhas e enfrentamentos. Trata-se de uma conta pública na referida rede social que coleta testemunhos de violências sofridas por mulheres no âmbito das relações de gênero e os publica regularmente. Conta, atualmente (06 de dezembro de 2021), com 305 mil seguidores, 2966 publicações, um perfil para doações no site de financiamento coletivo “*Apoia.se*”¹² contando com 55 apoiadores fixos, um livro digital lançado em 2019 com o mesmo nome (*Mas ele nunca me bateu*)¹³ disponibilizado gratuitamente pela Editora Inovar contando de forma completa alguns dos relatos enviados ao perfil e ainda um blog na plataforma Blogger que não é atualizado desde 17 de outubro de 2019.

¹² Link do site de financiamento coletivo “*Apoia. Se*” para consulta: <<https://apoia.se/>>. Acesso em 03 de dezembro de 2021.

¹³ Link do livro gratuito *Mas ele nunca me bateu* elaborado por Débora Fernandes, autora da página no Instagram com o mesmo nome do livro: <<https://www.editorainovar.com.br/files/200000485-225a0225a2/Mas%20ele%20nunca%20me%20bateu.pdf?ph=a3ca205532>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2021.



Figura 1. Print do perfil @maselenuncamebateu na rede social Instagram. Acesso em 24 fev. 2021.

São ao menos duas publicações diárias no feed, sendo que, ao menos uma delas traz um trecho dos depoimentos de violência sofrida enviados ao perfil. As responsáveis pela conta selecionam e publicam fragmentos desses depoimentos usando como base uma mesma peça gráfica que traz sempre a imagem de um muro chapiscado com uma parte de tijolos aparentes. No feed e nos stories, são compartilhadas ainda, publicações de outras páginas relacionadas a empoderamento feminino, cuidados psíquicos, enquetes, etc. O perfil oferece auxílio jurídico, psicológico e financeiro às mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social através da rede de apoio formada por seus seguidores e traz também materiais de outras páginas relacionados ao autocuidado, feminismo, empoderamento, sororidade, etc. como no exemplo abaixo em que o perfil no Instagram de uma psicóloga e sua publicação sobre a identificação de relações saudáveis são divulgados:

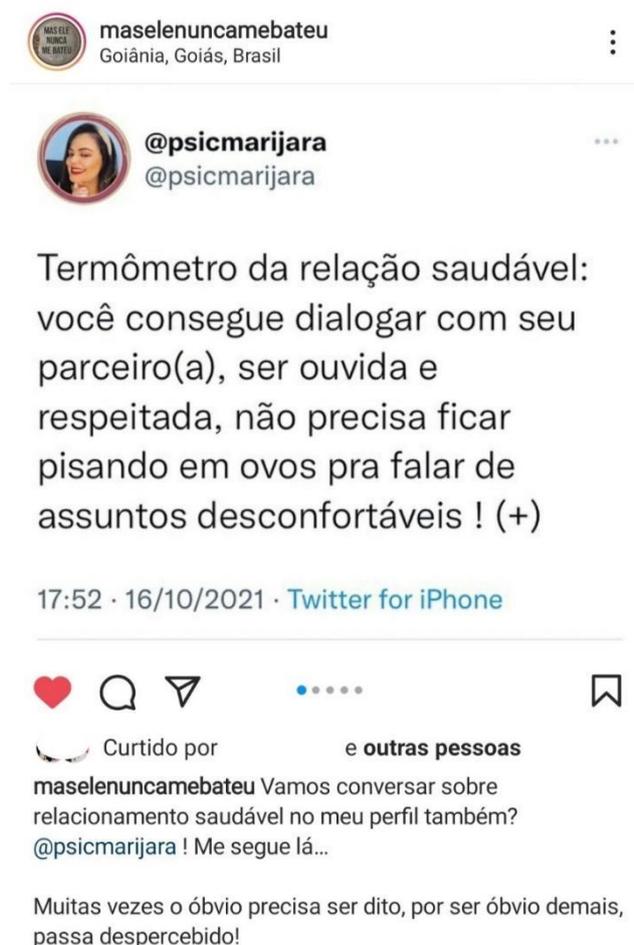


Figura 2. Print do perfil @maselenuncamebateu na rede social Instagram. Acesso em 19 dez. 2021.

A conta fez sua primeira publicação em março de 2018, partindo dos testemunhos da criadora do perfil sobre as violências que sofreu dentro de um relacionamento conjugal e, desde então, faz publicações diárias com testemunhos compartilhados por mulheres em situação de violência ou que saíram de relacionamentos abusivos e violentos. O perfil é aberto à visualização de não seguidores, bem como o espaço de comentários é aberto à participação de qualquer usuário da rede Instagram. *MENMB*¹⁴ recebe testemunhos de violências sofridas por mulheres no âmbito das relações de gênero, os seleciona e compartilha regularmente em modo anônimo e público. A conta traz narrativas de si de mulheres que vivenciam ou vivenciaram situações de violência no âmbito da proximidade, dando a ver memórias de abusos sofridos por

¹⁴ Ressalto que ao final da escrita da minha dissertação, tive contato com um canal de denúncias produzido pelo perfil no Instagram chamado @denunciamenmb. O perfil tem feito uma série de acusações contra o MENMB dizendo que a página usa pedidos de ajuda a mulheres em situação de violência falsos. Não tenho como julgar o mérito da questão ou como saber se as denúncias são verdadeiras até que haja alguma decisão legal a respeito. Por hora, o que posso dizer é que me senti insegura com a possibilidade de algum golpe ou fraude, mas também que é algo que sei que pode acontecer tanto na vida *offline* quanto na vida *online*. Optei por manter o trabalho com o perfil, uma vez que as afetações proporcionadas pelos relatos foram muito fortes e importantes para mim nessas expressividades e reflexividades que produzi e o recorte de pesquisa foi feito entre março de 2020 e julho de 2021.

elas em seus relacionamentos com homens; fragmentos de narrativas que nos desalojam da própria vida como humana.

2.4 A agitação afetiva nas potências da comunicação

Pensando na violência cotidiana, dificilmente alguém começa a te maltratar ferozmente no primeiro dia, isso acontece vagarosamente em cima dos nossos limites que são pouco estabelecidos. Somos educadas socialmente a ter empatia e cuidado com o outro acima do nosso próprio cuidado, nos desdobrando para a manutenção dos vínculos relacionais na unidade conjugal ou familiar. Stanley Cavell, no prefácio para *Vida e Palavras: a violência e sua descida ao ordinário* de Veena Das — livro que trata da violência na esfera cotidiana no contexto da Partição da Índia e do Massacre dos siques — aponta para o trabalho de luto das mulheres que tiveram seus filhos e maridos mortos nessas tragédias violentas na Índia e comenta, ainda, sobre como o cuidado dessas mulheres tornou possível a recomposição dos lares atingidos. Ele diz:

[...] seu reconhecimento de que, na divisão do trabalho do luto, determinada por gênero, em relação aos resultados da violência, o papel das mulheres é cuidar, em mundo despedaçado, dos detalhes da vida cotidiana que permitem a um lar funcionar, reunir suprimentos, cozinhar, lavar e arrumar, cuidar das crianças e assim por diante, que permitem à vida refazer-se, como tecido, em um ritmo viável, par a par. (CAVELL, 2020, p. 18)

Em relação à violência contra a mulher, também temos vidas atropeladas pela tragédia; no centro dessa situação, a das mulheres que têm sua integridade física, psíquica, emocional e patrimonial atacadas e o interminável trabalho de restauro familiar ou conjugal no cotidiano de violências. Uma situação complexa e esgotante que se prolonga até que se coloque um basta, que se encontre uma saída em meio aos constrangimentos sociais e institucionais, uma saída não necessariamente completa e segura, mas alguma tentativa de dar fim às violências sofridas.

Foi duríssimo, difícil. Ainda o é. É preciso nomear-me e reconhecer-me violentada, agredida, estuprada, pisada, arrasada por homens por quem eu tinha sentimentos de vínculo; eram pessoas que eu amava, pessoas as quais eu tive de perder a esperança para sobreviver e procurar, dessa vez, o meu próprio restauro. O perfil @maselenuncamebateu, os grupos de compartilhamento de vivências abusivas, as mulheres que passaram pela minha vida e contaram de si mesmas, todas elas em suas múltiplas manifestações de comunicação, me ajudaram a reconhecer uma série de violências que, mesmo depois de eu ter saído de um relacionamento abusivo, não me eram claras. Me fizeram perceber, na minha história de vida, o terror patriarcal

em tantos momentos quantos não consigo contar e, a saber nomear os maus tratos, ameaças, manipulações, torturas físicas e psicológicas e agressões que vivi.

Essa rede de comunicação entre mulheres movimenta uma trama de textos que é produtiva para pensar e eletrizar a tessitura das narrativas de violência e suas economias afetivas. Corroborando meu pensamento, Mármol et al. (2008) defendem que os relatos em primeira pessoa nas pesquisas qualitativas desenvolvem uma valorização positiva da subjetividade de modo que, vida, experiências e investigação se entrelaçam e também são consideradas fontes de conhecimento. Para as autoras:

Isto conduz a uma valoração positiva da subjetividade e das emoções do investigador, que deixarão de ser uma mancha, algo que contamina para converter-se em um material que enriquece e aporta à investigação, chegando a ser, além de algo necessário e necessário, o único possível. (MÁRMOL et al., 2008, p. 3, tradução nossa)¹⁵

A agitação afetiva nas potências de comunicação dessa mídia social formada pelas conversações de mulheres sobre suas próprias experiências de violência vincula minha existência como uma Outra, como uma mulher que vivenciou o abuso e conectou com outras mulheres que disponibilizaram seus testemunhos para o perfil, página ou conversa através desse “conhecimento venenoso” reconhecido nos nossos corpos femininos através das nossas experiências de violência em comum. “Conhecimento venenoso” é o termo cunhado pela antropóloga Veena Das, em seu livro *Vida e Palavras: a violência e sua descida ao ordinário*, para tratar dos procedimentos de compreensão da violência e modos de reabitar o mundo operados por mulheres vítimas de violências nos conflitos da Partição da Índia e do Massacre dos siques. Essas mulheres, cujos corpos são signos marcados de uma gramática de gênero violenta, usavam de uma linguagem metafórica e zonas de silêncio para narrar as violações sofridas de forma indireta no cotidiano, evidenciando o laço entre experiência, trabalho do tempo e subjetividade. Tiveram de parar, dar voltas em suas narrativas, dizer através do corpo e do não dito, ensaiar coragens em diversos desabafos para conseguir avançar na tarefa de comunicar o que as arrasou, na tarefa de comunicar o absurdo e o indizível da violência. A dor guarda as palavras mais difíceis de se buscar porque ela avança sobre uma psiquê que luta para não se desintegrar ao lidar com seu dilaceramento. E, a dor da violência, num ponto em que o eu é aniquilado cotidianamente, existe numa zona que a própria existência é posta à prova.

¹⁵ “Esto conduce a una valoración positiva de la subjetividad y las emociones del investigador, que dejarán de ser una mancha, algo que contamina para convertirse en un material que aporta a la investigación y la enriquece, llegando a ser además de algo necesario y deseable, lo único posible.” (MÁRMOL et al., 2008, p. 3)

Minha dissertação é continuação dessa busca por “aquilo” da experiência feminina de sofrer violência de gênero perpetrada principalmente por homens, que passa por entre as fendas das inteligibilidades normativas, “aquilo” que não é facilmente assimilável pelos saberes interpretativos tradicionais que olham, categorizam e apresentam, mas que encontra solidariedade no contato entre uma mulher e outra; “aquilo” da necessidade de dizer-se o qual reconhecemos e que nos reconhece, que nos diferencia, mas também conecta, que nos abre e escavtra, mas que nos restaura. Aquilo, que eu também sofro ao tentar narrar e refletir, porque preciso escrever, mas que a cada aproximação com todas essas experiências que se emaranham e confrontam às minhas, aquilo que dói e revive traumas que palavra nenhuma dá conta de recordar.

Minha investigação busca, justamente, dar a conhecer uma afetividade do contato por experiências comuns de violência, oferecendo corpo, ou ao menos cor, através de reflexividade. Parte desse trabalho, consiste em estabelecer uma tessitura do contato partindo dos testemunhos públicos e anônimos compartilhados por mulheres em situações de violência de gênero, dadas a ver em *MENMB* e em conversações de grupos sobre vivências de abusos em relações de gênero, espaços virtuais onde eu também converso, me mobilizo e compartilho de mim e onde outras mulheres, através de seus perfis nessas redes sociais, também ampliam seus testemunhos e realizam trocas de experiências e de afetos através dos comentários.

Desse modo, meu percurso de pesquisa tem por objetivo a caminhada ética proposta pela virada afetiva na comunicação, ancorada nas estratégias das escritas de si e da autoetnografia. O percurso afetivo é a tessitura do contato e ela só se faz pelo caminho de aproximação com a Outra e com o sensível dessas questões, aceitando o inesperado e imprevisível como uma das sentinelas metodológicas. Considerando que a pesquisa afetiva não possui estradas ou carreiros de antemão uma vez que contato, experiência e afetações num dado movimento comunicativo de aproximação são únicos e imprevisíveis e exigem ainda o “trabalho do tempo”, os objetivos específicos só podem ser pistas dos primeiros movimentos na direção dessa travessia e podem inclusive surpreender e modificar-se. A antropóloga Veena Das, em *Vida e Palavras: a violência e sua descida ao ordinário*, fala do “trabalho do tempo” como um agente crucial para a reelaboração das relações do cotidiano que processam os sentimentos e afetações nas experiências de violência e que permitem, ao mesmo tempo, um trabalho de reconstrução da sociabilidade. O trabalho do tempo nas experiências dolorosas é o que permite alinhar passados devastadores que possuem caráter indeterminado e assediam o mundo numa espécie de presente prolongado da violência. É a ferramenta necessária para que as vítimas possam organizar-se narrativamente no cotidiano e tornar as experiências violentas

mais compreensíveis e passíveis de compartilhamento. Aqui empreendo uma gramática pela qual busco falar do abuso:

Se sou primeiro interpelada pelo outro, e se essa interpelação me acontece antes da minha individuação, de que maneiras ela me acontece? Ao que parece, somos sempre interpelados, de uma maneira ou de outra, mesmo quando somos abandonados ou sofremos abuso, pois o vazio e a injúria nos convocam de maneiras específicas. (BUTLER, 2019. p. 74)

Esse universo de aproximação remete, por exemplo, às redes de apoio entre mulheres, aos gerenciamentos dos corpos femininos e lugares de performatividade. Nessa sequência, a partir da minha experiência e do contato com esses textos, minha jornada se orienta a perceber os modos de revelar, ocultar e sentir nas experiências de violência sofridas pelas mulheres, me atentando para as construções do ser mulher e os modos de saber a violência sofridas em razão do gênero. Vislumbro o acontecimento de estranhamentos e escapes que serão manifestados nesse contato, então acho importante considerar os modos de relação e sentimentos emergidos que se darão pelas afetações vivenciadas.

Fundamental, ainda, é um reiterado compromisso ético de estabelecer cuidados necessários para me colocar em texto, para refletir sobre o que me afeta nesses contatos e para conversar com esse universo afetivo da Outra. À medida em que avance o contato e a exploração, compreender se há e/ou como se dão os limites de mergulho no mundo da Outra que também perpassa o meu e procurar pistas de significação através dos referenciais mobilizados por esses testemunhos. Considerar as dimensões de exclusão e apagamento que são dados a ver e se há outras dimensões de visibilidade que resistem ou escapolem. Deslizar por entre as forças afetivas imbricadas nesse percurso e experimentar que linguagem, escritura e/ou modo de ação é possível para tangenciar tantos afetos inauditos e muitas vezes sem pronúncia possível.

3. OS FIOS QUE REFAZEM A TESSITURA DO SABER

“E raspar a tinta com que me pintaram os sentidos.”
(Alberto Caeiro)

Sair do silêncio dos traumas vividos no cotidiano para a fala me faz sentir que estou tentando fazer um sinal de socorro segurando fios eletrizados. Subsisto junto ao constrangimento de mostrar-me atrelada às violências que vivi. Escrevo, mas hesito. Tenho o receio de que, ao compartilhar como fui ferida e expor minhas vulnerabilidades, eu acabe por

fixar minha atuação intelectual num rótulo de “mulher agredida”, de pesquisadora vítima de violência patriarcal como se isso fosse tudo. Reflito sobre os modos de escrita e sinto o receio de soar excessivamente afetada em quaisquer que sejam as minhas escolhas discursivas. Questionando-me sobre até onde minha fala pode alcançar, entendo que haja uma turbidez necessária, que não poderei atingir uma nitidez completa em razão dos constrangimentos éticos e jurídicos que contar minhas experiências de violência possa gerar. Sinto a falha ao discurso científico uma gramática conhecida e aceita para falar dessas feridas e suas conexões teóricas em seus termos. Observando a ebulição dos meus questionamentos, posso me colocar como um ser humano insatisfeito e inquieto com a questão da violência, então me debato sobre as teorias que tangenciam os afetos porque sofro de enxaquecas latejantes na minha sensibilidade. Também não posso garantir que serei compreendida, mas insisto em dizer e em validar minhas formas de expressão. Minha existência no mundo está ancorada ao comprometimento feminista de romper silêncios e, mesmo não sendo fácil falar, o faço porque é o meu possível, sinto esse dizer-me como tarefa.

Não estou tentando descrever eventos de violência e seus dados, mas antes, construir um gesto de fala, erguer minha voz no que perpassa experiências de violência e seus rastros textuais nas temporalidades afetivas expandidas do cotidiano. Uma atividade meramente intelectual não dará conta de compreender a matéria afetiva da vida como um amor, um desamor ou uma tragédia, esse gesto teórico-argumentativo seria insuficiente para construir esse tipo de conhecimento humano. “Há um tipo de saber que funciona pelo sofrimento porque o sofrimento é o reconhecimento apropriado do modo como a vida humana, nesses casos, é.” (NUSSBAUM apud DAS, 2020, p. 113). Nomear a dor, dar expressão a esse conhecimento da experiência também ajuda a reconhecer a complexidade das estruturas de dominação, é uma estratégia de resistência e transformação

Às vezes, costumo pensar que para ser uma pesquisadora que expõe as próprias vivências de violência, eu deveria ser um sujeito forte e destemido, eu deveria fazer esse trabalho de forma firme, certa e sem hesitar. Para merecer um lugar de fala sobre a violência de gênero, eu deveria fazê-lo bem, o que quer dizer construir um caminho textual de força e superação: advogo mentalmente pelo mito que não adere à minha pele, o da mulher da mulher maravilha¹⁶, a mulher guerreira que superou e se reconstruiu feroz e velozmente, a que dá conta

¹⁶ Kareen Terenzo questiona no artigo “*Somos todas nós Mulheres-Maravilha?*” (publicado em 2018 pela revista Cabo dos Trabalhos da Universidade de Coimbra, Portugal) sobre os problemas da concepção de empoderamento feminino ancorar-se no mito da heroína Mulher-Maravilha, apontando para o risco dos feminismos se construírem como modos de ser feminista e mulher fundados num modelo de força insuperável e invencível, sem considerar e acolher as pluralidades, diversidades e vulnerabilidades existentes. Importante o questionamento de uma

de tudo, detentora de toda cura por um super poder de regeneração imediata. Sinto vergonha em admitir que não sou tão rápida com as minhas feridas, que o trabalho possível nessas experiências de dor é devastador em muitos momentos. Temo pelo meu fazer intelectual quando escuto que deveria cuidar de mim primeiro, como se não houvesse validade num trabalho que se atenta às afetividades das ruínas, como se nas ruínas e em suas incompletudes, em seus desmoronamentos e impossibilidades de dizer, não houvesse potência alguma do saber, possibilidade alguma de conhecimento, afinal o conhecimento se daria unicamente quando conformado numa amálgama bem estruturada de verdades legitimadas.

Então, se o conhecimento da dor nessas experiências-limite se estabelece em fragmentos, metáforas, tangenciamentos indiretos, zonas de silêncio, gestualidades expressivas deformadas ou aberrantes, eu deveria aceitar que não há espaço para a inscrição desse saber nas discussões e produções acadêmicas? Em muitos momentos da minha trajetória acadêmica, pareceu mais fácil me enveredar por caminhos de pesquisa mais conhecidos, no entanto, eu assumi o risco de uma pesquisa experimental quando percebi que era o “intolerável” das minhas vivências de dor não só o meu ponto de partida teórico, mas também o meu ponto de movimento e de reabilitação no mundo, o ponto que reconheço sob expressões diversas nos fragmentos compartilhados por outras mulheres em @maselenuncamebateu e nos testemunhos dados por mulheres nos grupos da Facebook que sigo acompanhando. Conforme David Lapoujade (2013), o choque afetivo-perceptivo com o esgotamento dos possíveis não é separável das potências que os suscita em cada um de nós. “É o momento quando o impossível se torna intolerável. Se o impossível pode ser pensado como um conceito privativo que designa a ausência de possíveis, o intolerável é sentido como uma realidade que ofende as potências de vida e as levanta.” (LAPOUJADE, 2013, p. 289).

MENMB repostou uma publicação do perfil *Chega de ansiedade já*¹⁷ em que problematiza a ideia da mulher guerreira multitarefas, zeladora do bem estar e funcionamento do lar. Na publicação, é mencionado que muitas vezes escutamos o adjetivo “guerreira” como elogio, mas quando olhamos para o nosso cotidiano e para o nosso interior, podemos nos sentirmos frágeis e cansadas. O texto da imagem do post faz um apelo: Pare já de ser guerreira!

subjetividade moderna idealizada no “eu empreendedor” de si mesmo, valendo-se de seus superpoderes nas mais extremas catástrofes para retomar sempre seus status de vencedor, concepção que tem ecoado em determinados discursos feministas que narram a mulher como o corpo ficcional de uma mulher com superpoderes, heroína absoluta, blindado de qualquer vulnerabilidade, sempre de pé e sempre lutando. Disponível em: <https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n17/documentos/08_kareen_terenzio.pdf>. Acesso em: 21 de novembro de 2021.

¹⁷ Para consultar o perfil no Instagram “Chega de ansiedade já” da psicóloga Cristiane Golim, acesse: <<https://www.instagram.com/chegadeansiedadeja/>>. Acesso em: 21 de dez 2021.

E explica brevemente que ser guerreira é um papel atribuído às mulheres que interessa a quem possa retirar benefícios dessa situação, ou seja não a elas mesmas que estão exaustas. Interessante o texto lembrar que mulheres são humanas, não máquinas ou qualquer outra coisa não humana capaz de atender prontamente a todos os chamados com perfeição. Lembra ainda que precisamos de cuidado, valorização e ajuda.



Figura 3. Print do perfil @maselenuncamebateu na rede social Instagram. Acesso em 21 dez. 2021

Esse foi o retrato de muitas mulheres do meu entorno: “as guerreiras”. Pensar em como somos sobrecarregadas desde a infância na distribuição de tarefas e responsabilidades e em como somos demandadas física e afetivamente ao longo da vida como sustentáculo para o bom funcionamento das relações é terrível. Esgotadas. Para grande parte de nós, a sobrecarga de tarefas, de trabalho, de demandas afetivas, mentais e comportamentais não nos dá um segundo de paz. Fomos criadas para estarmos sempre alertas para que “tudo” esteja bem. Saindo de uma relação abusiva, muitas de nós vivenciamos uma exaustão ainda mais profunda, acumulando a função de cuidar de tudo e de todos e ainda nos recuperar rapidamente de todo o tormento de agressões, manipulações e de humilhações. Na aba de comentários da publicação que mencionei acima, listei na montagem abaixo vários comentários de leitoras do *MENMB* com os quais eu me identifiquei. Elas falam do elogio pronto da mulher guerreira e de como isso não revigora a sensação de esgotamento e ainda mascara a destruição interna pela qual estamos passando. Uma mulher relata a cobrança pela docilidade e alegria mesmo quando estamos extremamente mal e eu não só concordo, como sinto o quanto essa solicitação social despreza nosso momento de fragilidade. Um dos comentários aponta para a dificuldade de incorporar menos cobrança e mais acolhimento a si mesma uma vez que, se você não for seu próprio esteio, será tragada pela vida. Nesse sentido, vejo na possibilidade de compartilhamento de relatos em *@maselenuncamebateu* e nos grupos de outras redes sociais, a conformação de um território digital de acolhimento das nossas vivências de violência em que nós possamos doer sem sermos julgadas ou conduzidas a um imperativo de superação como produtividade, satisfação e contentamento.

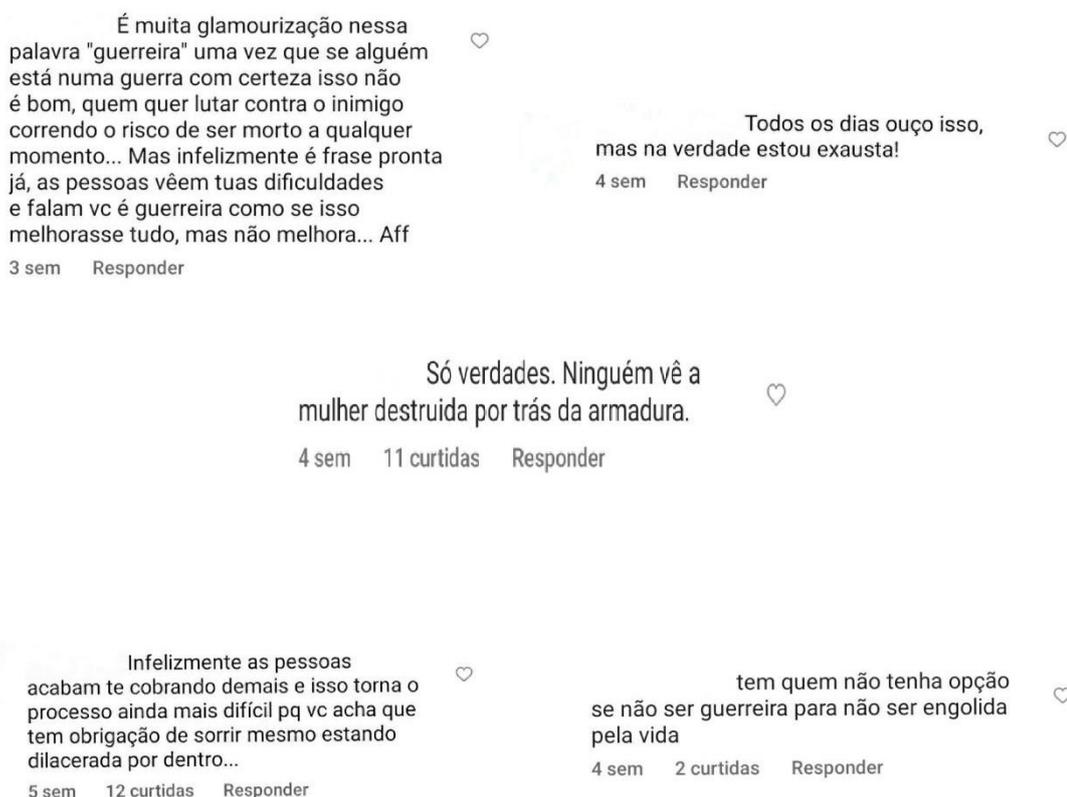


Figura 4. Colagem feita pela autora com prints de comentários do perfil @maselenuncamebateu na rede social Instagram. Acesso em 21 dez. 2021

A pensadora e ativista feminista bell hooks¹⁸(2020) nos lembra dessa dor intolerável que nos faz erguer a voz. hooks considera a linguagem um lugar de resistência, especialmente para grupos de mulheres oprimidos em seus sentimentos e possibilidades de fala, mas ressalta os processos dolorosos envolvidos nesse posicionamento de luta:

Então, há momentos em que tanta conversa ou escrita, tantas ideias parecem ficar no caminho, bloqueando a compreensão de que, para o oprimido, o explorado, o dominado, a dominação não é somente um assunto para o discurso radical, para livros. É sobre dor — a dor da fome, a dor do excesso de trabalho, a dor da degradação e da desumanização, a dor da solidão, a dor da perda, a dor do isolamento, a dor do exílio — espiritual e física. Mesmo antes das palavras nos lembramos da dor. (HOOKS, 2020, p. 27-28)

Ainda para a autora, falar da dor pessoal tem importância na medida em que esse dizer consegue denunciar opressões que ressoam na coletividade de modo que uma voz libertadora

¹⁸ bell hooks (em minúsculo) é o pseudônimo da escritora feminista Gloria Jean Watkins, um nome de família criado em homenagem à sua mãe, avó e bisavó. A razão da escolha do uso de pseudônimo pela ativista antirracista é que essa foi a forma encontrada por ela para construir uma identidade escritora que desse vazão à sua fala de enfrentamento sem conter seus impulsos ou a levar a silêncios. A autora propõe um feminismo engajado não apenas contra o sexismo, mas contra todas as formas de dominação como imperialismo e racismo, por exemplo.

possa confrontar, incomodar, mas também exigir que se ouça e que se reconheça o sentir e a afetação que é exposta aos interlocutores:

Falar se torna tanto uma forma de se engajar em uma autotransformação ativa quanto um rito de passagem quando alguém deixa de ser objeto e se transforma em sujeito. Apenas como sujeitos é que nós podemos falar. Como objetos, permanecemos sem voz — e nossos seres, definidos e interpretados pelos outros. (HOOKS, 2019, p. 45)

A pesquisadora hooks, no entanto, ressalta que manifestar-se é mais do que um gesto libertador numa cultura de dominação, é a instauração de um enfrentamento aos silenciamentos, uma disposição em se manter firme ainda que o seu dizer seja questionado.

3.1 Aprendendo a liberdade de dizer-se

Falar e escrever de modo expressivo e sensível foi mais do que uma descoberta, creio que foi uma necessidade e também uma luta pessoal. Eu vim de escolas conservadoras, vim de um ambiente silencioso em seus afetos, onde tudo, inclusive, na minha família, os absurdos das violências cotidianas eram tratados em termos sumários, comprimidos e insuficientes para dar algum rumo à minha inquietação com tudo aquilo que eu vivia. Diziam que o comportamento agressivo de tal e tal parente era o “nervão”, era “ignorância”, que aquele cotidiano era um “desespero de vida” e só. Era a rotina esperada, aguardada e aninhada na normalidade de casa.

No ensino médio e fundamental, tudo o que era relativo à expressão e à sensibilidade era pouco considerado ou desvalorizado. Assim o foi na minha primeira faculdade, e, apesar do meu último curso que foi o de Jornalismo ter mostrado uma abertura real ao sensível, em outros lugares da academia como em eventos e congressos eu ainda sentia certo desabono do que fugia às tradicionais representações e análises. De certo modo, entendo que sempre houve uma agitação interna em mim ao perceber as vontades de dizer-se sentimentalmente de mulheres importantes da minha vida que também vivenciaram situações abusivas como eu e, eu própria, e, amigas, conhecidas, que, por vezes, eram caladas ou menosprezadas por quererem se colocar de forma emocional em situações do cotidiano. Isso me indignava muito, porque, em alguma parte da minha intuição, eu sabia que era importante, especialmente para nós mulheres, poder dizer em alto e bom tom as nossas dores e que isso não só tinha valor individual, como coletivo, como pertinente para construir relações mais justas e equilibradas em todos os níveis. Para mim, sempre foi muito forte que a sensibilidade em seus afetos, movimentos de emoção e duração, era uma lógica que deveria ser acolhida e utilizada porque era muito potente para instaurar

modos de vida mais dignos e respeitados. Importa conhecer a dor, a lágrima, a raiva, o desamparo, etc.

Nesse sentido, retomo alguns autores que repensaram a voz e os afetos nas ciências, como saberes necessários, apesar de não hegemônicos. A pesquisadora feminista bell hooks (2019), conta que em muitos ambientes acadêmicos dos EUA, há uma certa higienização das falas e escritas científicas, de modo que os discursos são muito empertigados numa lógica onde a razão deve se voltar exclusivamente a uma objetividade regular e linear. Hooks expõe que mesmo em ambientes em que a liberdade de expressão é aparentemente valorizada, como nos contextos acadêmicos das ciências humanas e sociais, estes podem ser espaços altamente demarcados de possibilidades de conhecimento.

Essa contradição fundamental levanta a questão sobre se o contexto acadêmico é ou não um lugar onde se pode ser verdadeiramente radical ou subversivo. Concomitante a isso, o uso de uma linguagem e um estilo de apresentação que alienam a maior parte das pessoas não academicamente treinadas reforça a ideia de o mundo acadêmico ser separado da vida real, desse mundo cotidiano onde constantemente ajustamos nossa linguagem e comportamento para atender às diversas necessidades. O ambiente acadêmico é separado somente quando trabalhamos para torná-lo assim. (HOOKS, 2019, p. 168)

Mesmo num ambiente de suposta abertura, inclinado às discussões políticas e conceituais como o ambiente acadêmico, hooks explica que podemos perceber mecanismos de silenciamento nas disposições de fala, discussão e escrita adequadas:

Não é uma tarefa fácil. Nas instituições educacionais onde aprendemos a desenvolver e fortalecer nossas habilidades de escrita e análise, também aprendemos a pensar, escrever e falar de uma maneira que tira a atenção da experiência pessoal. [...] Falar sobre sua experiência pessoal ou falar numa linguagem simples é muitas vezes considerado por acadêmicos e/ou intelectuais (independentemente de suas inclinações políticas) como um sinal de fraqueza intelectual ou, até mesmo, anti-intelectualismo. (HOOKS, 2019, p. 166)

No meu trabalho, não pretendo distâncias entre saberes, vida e gente como se o “produzir conhecimento” se prestasse a uma separação e hierarquização; todos produzimos conhecimento e é importante que suas modalidades sejam reverberadas e acolhidas. Apesar de estar em tudo o que nos habita e em tudo o que habitamos, o movimento de intensidades entre experiência e afetos no tecido comunicacional ainda sofre de uma posição acadêmica de pouca abertura em espaços mais tradicionais como nos alerta o sociólogo e jornalista Muniz Sodré:

É particularmente visível a urgência de uma outra posição interpretativa para o campo da comunicação, capaz de liberar o agir comunicacional, das concepções que o

limitam ao nível de interação entre forças puramente mecânicas e de abarcar a diversidade da natureza das trocas, em que se fazem presentes os signos representativos ou intelectuais, mas principalmente os poderosos dispositivos do afeto. Nos fenômenos da simpatia, da antipatia, do amor, da paixão, das emoções, mas igualmente nas relações em que os índices predominam sobre os signos com valor semântico, algo passa, transmite-se, comunica-se, sem que nem sempre se saiba muito bem do que se trata. (SODRÉ, 2006, p.12-13)

Ainda passa por essa discussão, pensar sobre o fazer científico na comunicação, suas amarras e possibilidade quando vinculado a uma ideia de conhecimento que separa sujeito e objeto, homem e natureza, vida e palavra. Essa divisão tem o problema de castrar as formas de produção de conhecimento, impedindo sua fruição através dos constrangimentos das categorias e purificações da racionalidade moderna. Portanto, é necessário inverter a lógica, conjugando o valor do conhecimento que se reconhece na vida, aquele que nasce da vontade, da dor, do tempo e que a razão hegemônica costuma negar. Na verdade, não existe uma modalidade de conhecimento puro, o que existe é uma higienização, o apagamento das marcas de vida na produção do conhecimento. O sociólogo e jornalista Muniz Sodré me dá pistas dessa operação de separação:

[...] o impessoal ou a objetividade não se revelam como exteriores o bastante para conseguirem reduzir o ser do homem a um “eu” culturalmente identificado no campo da experiência a um processo de objetivação que separa radicalmente sujeito de objeto e exclui a dimensão do sensível. Na verdade, o impessoal, o natural, o sensível - figuras de um cosmos rejeitado pelo logos da modernidade ocidental - são íntimos da individualidade humana, exprimindo-se em tudo que a razão hegemônica costuma designar como o “outro-do-eu”. (SODRÉ, 2008, p. 39)

Por outro lado, a incorporação dos afetos, emoções e experiência como formas de conhecimento tem ganhado espaço e evidenciado sua importância nas lacunas desatendidas pelos modos de conhecimento hegemônicos. Desde *The Autonomy of Affect* de Brian Massumi (1995), o interesse por uma perspectiva que superasse a abordagem interpretativa da vida social e operasse uma abertura ao movimento das intensidades sensoriais e emocionais, tem se manifestado num número cada vez maior adeptos. Patricia Clough (2010) identifica o desenvolvimento de uma “virada afetiva” nas humanidades e nas ciências sociais que se atenta à vida pública dos afetos e suas possibilidades de perceber os movimentos de intensidades nas relações entre sujeitos e processos sociais. Os esforços de produção de conhecimento afetivo se conjugam às forças ativas e interpretativas, são crias do impulso vital humano concreto que os fomentam. Olhando mais de perto, no Brasil, temos um fluxo consistente de pesquisas afetivas no campo da estética (PICADO, 2016; FILHO, 2016; MENDONÇA, MORICEAU, 2016) e das vulnerabilidades (MARQUES, BIONDI 2016; PESSOA, 2021; MANTOVANI,

OLIVEIRA, 2021). No PPGCOM/UFMG, em 2021, foi implementada a linha de pesquisa “*Comunicação, Territorialidades e Vulnerabilidades*” que contempla, de um modo geral, as dimensões ética e afetiva da exploração da experiência e das relações de enfrentamento, diálogo e dissenso nos processos sociais. No grupo *Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades – AFETOS*¹⁹, do qual eu faço parte, temos uma série de trabalhos desenvolvidos a partir de experiências pessoais como fio condutor e tensionador das pesquisas (SOUSA, 2019; SILVA, 2020; SALVINO, 2021; CIVIL, 2021; OLIVEIRA, 2021). Nosso grupo partilha de uma filosofia de falar do vulnerável com o vulnerável e a partir da própria vulnerabilidade do pesquisador, isso é dizer de um gesto em que os autores da pesquisa assumem seu aparecimento na escritura acadêmica, “evidenciando também suas vulnerabilidades enquanto potência para a abertura, o avizinhamento e o acolhimento de tantos “outros” que conosco compõem a trajetória e a posição ética, estética e política de “colocar-se em pesquisa” (PESSOA, MARQUES, MENDONÇA, 2021, p. 12). Conforme os autores, trata-se de:

[...]sintetizar algumas de nossas inquietações acerca de como elaborar, em nossos textos e pesquisas, um gesto de escritura marcado pela exploração das zonas liminares, de fluxos entre argumentos e afetos, de modo a encontrar novamente os corpos e seus rostos. Explorar os limiares como forma de tornar os corpos visíveis e audíveis, configurando uma cena conflitual que permita seu aparecer, juntamente com a exposição de vulnerabilidades que, longe de destituírem os sujeitos de agência, reconfiguram constantemente as redes intersubjetivas que amparam todas as formas de vida. (PESSOA, MARQUES, MENDONÇA, 2021, p. 11)

Nesse sentido, partilho da empreitada de conceber um texto que parte da minha experiência e das minhas afetações no encontro com a Outra que me confronta e interpela pelo conato com o estranho nas minhas vivências, emoções e percepções da violência de gênero. Válido ressaltar que, apesar de a violência de gênero nascer de uma estrutura a qual incidem diversos fenômenos, não podemos falar de uma mesma violência ou apresentar uma mesma voz que se pretenda homogênea e aglutinadora de tantas vivências e sujeitos únicos no seu modo de existência. Por isso, erguer a voz é importante, na medida, em que façamos isso com respeito à Outra, e que esse não seja um gesto totalizador, mas antes, sincero, aberto e consciente das possibilidades e impossibilidades desse dizer. Conforme Butler (2019), para derivar escritas sobre os escombros do biográfico, é importante ter em mente que só nos produzimos na linguagem a partir da interpelação com o outro, que os outros é que nos fazem inteligíveis:

¹⁹ O Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades – AFETOS, vinculado à UFMG e coordenado pelas professoras Camila Mantovani e Sônia Caldas Pessoa, defende o impacto positivo da ciência na sociedade através da atenção para temáticas que envolvem vulnerabilidade, organizações e tecnologia. Link para acesso à Página do grupo: < <https://afetos.com/> >. Acesso em 21 de dezembro de 2021.

Se dou um relato de mim mesma e o faço perante ti, minha narrativa depende de uma estrutura de interpelação. Mas se posso interpelar-te, devo primeiro ter sido interpelada e colocada na estrutura de interpelação como possibilidade da linguagem antes de encontrar minha própria maneira de fazer uso dela. Isso decorre não só do fato de que a linguagem pertence primeiro ao outro e que a adquire por meio de uma complicada forma de mimese, mas também porque a própria possibilidade da ação linguística é derivada da situação em que nos encontramos interpelados por uma linguagem que nunca escolhemos. (BUTLER, 2019. p. 73-74)

Já bell hooks, frisa a importância do feminismo²⁰ nas insurreições de fala e escrita femininas como um espaço onde preocupações, sentimentos e pensamentos podem convergir sem parecer desnecessários, se mostrando relevante para grupos de mulheres tornarem sua voz pública e confrontarem formas de conhecimento dominantes. A autora defende uma comunicação honesta e aberta, bem como o uso crítico e político das experiências pessoais, tanto como recurso de exemplificação para as pessoas se conectarem e se identificarem, quanto como um modo de conhecimento que combina análise pessoal crítica com perspectivas teóricas. Particularmente, não creio que eu vá encontrar o movimento do sensível na experiência através dos discursos técnicos de violência contra a mulher. Entendo que é preciso mergulhar na minha própria experiência, dar guarita às minhas afetações com os fragmentos de testemunhos de violências sofridas

3. 1 O artesanato de uma escrita fragmentada

Falar sobre afetos e vivências violentas onde tudo engasga e, às vezes, escapa, pede por uma tessitura que toma tempo justamente porque manuseia uma interioridade esmagada, comprimida, retalhada. Esse dizer não pode ser apressado porque é devastador, porque exige respeito psíquico e emocional; a memória da dor tem seu tempo e o artesanato da sua escrita é cuidadoso. Le Breton percebe que “a carne é uma trama sensorial sempre em ressonância”. (LE BRETON, 2018, p. 59). Comunicação e corpo estão na gramatura da pele, às vezes de peles machucadas. O livro *Vida e Palavras: a violência e sua descida ao ordinário* foi o primeiro estudo antropológico que li tratando da experiência dolorosa da violência como uma forma de conhecimento que, para sustentar suas possibilidades de auto-compreensão e compartilhamento pelos sujeitos dessas vivências, precisam do tempo como um agente de costura de uma narrativa

²⁰ O feminismo é um movimento de crítica filosófica e de luta social que atua tanto nas dimensões micro quanto macro para dar fim às diversas formas de exploração e desumanização do ser humano, opressões e sexismo. Trata-se de uma prática que tem compromisso com a transformação social. Surgiu no final do século XIX como um movimento europeu-americano de libertação das mulheres da opressão patriarcal e tem assumido, ao longo do tempo, novas vertentes e enfoques para dar conta das singularidades de gênero, raça, classe e regionalidades.

fractal entre zonas de silêncio e, em muitos casos, modos de expressão indiretos como metáforas:

Ao pedir às mulheres que narrassem suas experiências da Partição, encontrei uma zona de silêncio em torno do evento. Esse silêncio era alcançado seja usando de uma linguagem geral e metafórica, mas que evitava a descrição de quaisquer eventos com especificidade que tornasse possível capturar a particularidade de sua experiência, seja descrevendo os eventos circundantes deixando a experiência real de rapto ou estupro intocada. [...]De qualquer forma, nenhuma das metáforas usadas para descrever o eu que se tornava repositório do conhecimento venenoso enfatizava a necessidade de dar expressão a esse conhecimento oculto, a expressão disso. [...]O deslizamento das representações do corpo feminino da vida cotidiana para o corpo que se tornou recipiente desse conhecimento venenoso dos eventos da Partição talvez tenha ajudado as mulheres a assimilar tais experiências em sua vida cotidiana. (DAS, 2020, p. 86-87)

Veena Das, etnógrafa indiana, atuou por 30 anos na Índia e é professora de Antropologia na Johns Hopkins desde 2000. Seu trabalho de campo e análise crítica é desenvolvido pelo encontro com as margens, violências e sofrimentos. Eu retorno à autora porque sua prática etnográfica assume uma composição em conjunto com sua autobiografia e, apesar de não se vincular à virada afetiva na comunicação, opera de modo inspirador para esse tipo de prática de vida e pesquisa. Em *Vida e Palavras*, Veena Das trabalha a partir dos distúrbios comunais da Índia se colocando na vida cotidiana das localidades onde os tumultos da Partição da Índia²¹ e do Massacre dos siques²² ocorreram.

Para fazer essa etnografia, Das conta que tinha de caminhar por dentro das fissuras e vácuos que pudesse encontrar no Estado, muitas vezes tendo de utilizar de dissimulação e camuflagem para se inserir no cotidiano das pessoas sem ser vigiada pelo Estado. Seu modo de trabalho a colocava numa atenção intensificada do ordinário envolto por situações traumáticas de violência social. Das caminha pelos processos coletivos de nomeação da violência “Nomear a violência não reflete apenas as lutas semânticas — reflete o ponto em que o corpo da linguagem se torna indistinguível do mundo; o ato de nomear constitui uma enunciação performativa” (DAS, 2020, p. 274). Nessa mesma observação, analisando como o corpo tem

²¹ A *Partição da Índia* foi um acontecimento histórico em que se deu a divisão territorial da Índia no ano de 1947. A Índia se torna independente da Inglaterra e é dividida em duas nações através de critérios religiosos, sendo que o território habitado majoritariamente hindus e siques foi institucionalizado como a Índia e, os territórios majoritariamente muçulmanos, foram incorporados ao Paquistão. Índia, Paquistão e seus grupos religiosos têm se enfrentado desde então numa série de conflitos violentos.

²² O *Massacre dos siques* foi uma série de ataques violentos de multidões antissique aos seguidores da referida religião em resposta ao assassinato de Indira Gandhi, primeira-ministra da Índia. Os sikhs lutavam pela criação de mais um estado independente para os seguidores de sua religião e em 1984, quando ameaçaram negar à Índia o fornecimento de energia e alimentos da sua província, o Punjab, Indira ordenou a invasão de um santuário sikh. A governante foi morta por dois seguranças pessoais praticantes do siquismo que se revoltaram contra a decisão da primeira-ministra de invadir o santuário em Amritsar.

importância imprescindível para o desenvolvimento de investigação, podemos perceber que Veena Das trabalha numa antropologia encarnada, articulando vida e experiências corporais com a prática etnográfica.

A autora conta que seu caminho intelectual próximo à violência a fez realizar um repetitivo caminho de retorno para que, com a ajuda do tempo e do contato revisitado, pudesse ser envolvida pelo conhecimento dado através do envolvimento com a palavra, o pensamento e encontro com o Outro. Sobre Asha, uma das mulheres acompanhadas pela antropóloga e que foi vitimada pela violência dos tumultos indianos estudados, ela explica a impossibilidade de uma linguagem estável da dor nas expressões dos testemunhos de situações-limite:

Ela é constantemente interposta e mediada pela maneira como o mundo está sendo habitado no presente. Mesmo quando, aparentemente, algumas mulheres conheceram relativa sorte por terem escapado da violência física direta, a memória corporal de ser-com-outros faz com que o passado envolva o presente como uma atmosfera. Isso é o que quero dizer com a importância de encontrar maneiras de falar sobre a experiência de testemunhar: se o modo de ser-com-outros foi brutalmente danificado, então o passado entra no presente não necessariamente como memória traumática, mas como conhecimento venenoso. Esse conhecimento pode ser enfrentado apenas mediante um conhecimento pelo sofrimento. (DAS, 2020, p. 113)

A autora, (DAS, 2019), também pontua que seu trabalho não se insere nos limites fixos de uma disciplina — sua atenção se dirige à vida cotidiana ampliando as possibilidades de apreensão dos fenômenos por suas singularidades e complexidades e, num duplo movimento, se molda em dobra com a própria biografia da antropóloga. Ao tratar das sensibilidades ordinárias que dizem das expressões de dor, raiva, ou luto nas experiências de violência, Das questiona o imediatismo e os padrões de racionalização aceitos cientificamente e aponta para os riscos da instrumentalização completa do conhecimento quando, o que o fazer antropológico precisa, envolve reagir ao sofrimento. Assumindo a impraticabilidade de uma objetividade que tenta separar nossas dores de nossas expressões e a fragmentariedade difusa como modo particular de habitar o mundo quando o eu e seu lar foram destruídos, Veena Das defende uma narrativa necessariamente falha, uma escrita que assume sua afetação entre o equilíbrio da prática etnográfica, o respeito pelas fendas e silêncio desses sujeitos na reabitação de seus mundos e o engajamento numa ética da responsabilidade²³:

²³ A partir do conceito de *ética da responsabilidade* como o fazer vocacional da ciência em Max Weber (A Ciência como vocação), Veena Das dilata a definição, afirmando que na antropologia, dizer e fazer em responsabilidade se tornam menos inequívocos. Para a autora, os antropólogos não podem se consolar em noções simples como vítimas inocentes ou com os roteiros projetados pela cultura. E localiza sua ética da responsabilidade com o que aprendeu com Manjit, uma das mulheres acompanhadas pela antropóloga: a violência, apesar de pronunciável, não tinha aderência na narrativa cultural, as palavras não deram conta da apreensão dessas violências e que o gesto de recusar a representação de certas violações ao corpo humano pelos sobreviventes, performaram uma profunda

Foi no registro do imaginário que a questão sobre o que constituiria a paixão daqueles que ocupavam essa zona indescritível e inaudita ganhou forma. [...] A zona entre duas mortes que as mulheres precisaram ocupar não permitia nenhum discurso, pois que palavras “certas” poderiam ter sido ditas contra o mal que lhes foi feito? Em vez disso, começamos a pensar na dor como entendimento e reconhecimento; a negação da dor do outro não diz respeito a falhas do intelecto, mas a falhas de espírito. No registro do imaginário, a dor do outro não pede apenas um lar na linguagem, mas também busca um lar no corpo.[...] Não que haja uma continuidade sem costuras entre a margem distante e a margem do dia a dia em que a violência e dor se encontram, mas podemos compreender as sutis transformações que ocorrem apenas quando nos movemos de uma margem para outra, se temos em mente a complexa relação entre falar e ouvir, entre construir um mundo em que os vivos possam habitar com suas perdas e construir um mundo em que os mortos possam encontrar um lar. (DAS, 2020, p. 90-91)

Nesse sentido, os apontamentos do professor do departamento de comunicação da UFMG, Carlos Alberto de Carvalho, sobre as dimensões repulsivas ou perturbadoras das narrativas são potentes para desnaturalizar concepções do narrado como fluido, regular e organizado. Em artigo, o pesquisador Carlos Alberto de Carvalho (2019) questiona se é possível realizar uma tessitura com fios de alta tensão desencapados, remontando às pesquisas comunicacionais que usualmente utilizam a metáfora da tecelagem para explicar as construções narrativas no mundo e suas textualidades, em contraste com as tessituras de situações de violência e opressão como homofobia, misoginia, violência contra mulheres e população LGBTQ+.

Observando um pouco o movimento que a metáfora do tecer narrativamente informa, podemos afirmar que esse gesto implica necessariamente em fazer o uso das mãos. No caso de abrir uma colcha de silêncios como a de vivências violentas, ficou claro para mim que essa operação envolvia fazer uma rasgadura. Era preciso abrir os pontos, desfazer o tecido da “violência contra a mulher” como narrativa purificada pelas instituições como judiciário, religião e jornalismo para percorrer as fendas dos afetos a partir da experiência pela minha própria voz, “quando lidamos com tais casos, trabalhamos com superfícies ásperas, emaranhados de difícil decifragem, fios que se desencontram pontas que não se conectam, sentidos aparentes que tendem mais a ocultar do que a revelar conexões. (CARVALHO, 2019, p. 36-37). O autor pontua precisamente que a concepção tradicional da metáfora como uma tecelagem pode ser potente para ampliar a compreensão de determinadas situações, mas que, ao “manejar” circuitos comunicativos ásperos, fissurados e movediços, se faz necessário encarar esse desentranhamento de outra forma:

energia moral. Ensinou que uma apreensão possível do fenômeno da violência, só se daria pelo contato, deixando a dor acontecer junto à antropóloga, penetrando-a com seu conhecimento venenoso na descida ao ordinário daquelas vidas e posicionando os limites entre dizer e mostrar através da responsabilidade construída pelo respeito às conexões sensíveis. A ética da responsabilidade em Veena Das está no aprendizado sensível com o outro.

Assim procedendo, já partimos das condições de precariedade e dos desafios de desentranhar acontecimentos de elevada complexidade, visto que envolvem preconceitos, hierarquizações que inferiorizam e uma série de estratégias de exclusão e de promoção de violências. Fios de alta tensão desencapados podem e são manipulados, mas requerem habilidades de outra natureza, cuidados adicionais que não estão presentes nas artes da tecelagem de roupas, bordados e afins. Lidar com fios de alta tensão desencapados é estar diante da possibilidade de sofrer de danos físicos, das queimaduras que deformam, à morte. (CARVALHO, 2019, p. 37)

De modo análogo, se tomarmos as narrativas como necessariamente encadeamentos textuais lineares e harmônicos, não encontraremos ressonância com os fragmentos de memórias nos testemunhos compartilhados pelo perfil do Instagram, *MENMB* ou nas falas compartilhadas nos grupos do Facebook por uma infinidade de mulheres tratando de seus tormentos pessoais em seus relacionamentos violentos. Especialmente, quando o movimento da vida e a dimensão da interioridade são colocados em questão, é importante salientar que não temos um fio condutor da vida sendo produzido, isso é ilusório. Nós amarramos sentidos e estabelecemos lógicas, mas também operamos vazios, silêncios e engasgos. Das aborda a violência como aquilo que excede os limites do mundo e sobre as dificuldades nos testemunhos da experiência desse limite:

São esses os intricados quadros do que é fazer e refazer um mundo, trazendo à baila os panoramas de totalidades, partes, fragmentos e limites que nós podemos encontrar. Esses panoramas se associam à questão do que é escrever uma etnografia da violência — uma etnografia que não se vê como testemunho objetivo dos eventos, mas como uma tentativa de localizar o sujeito por meio da experiência de tais limites. (DAS, 2020, p.26)

Não se procura por recursos de persuasão quando o empreendimento pessoal é conceber na experiência, condições de possibilidade da existência diante da renúncia do inaceitável; dizer já é meu ato de coragem enquanto minha garganta sente o bafo quente do medo de abrir a boca. Não acho que eu já tivesse 10 anos quando conheci o vapor do medo no meu esôfago. Eu estava de férias na fazenda, talvez por isso não atrele até hoje sentido positivo ao descanso — não é que eu não saiba entrar em férias, é que o que eu soube de entrar de férias foi entrar em pânico. Havia semanas que ele chegava bêbado e nervoso em casa e em todas aquelas madrugadas eu não conseguia dormir, ficava acordada olhando pelas frestas da janela do meu quarto para saber quando o farol do carro ia dizer que ele havia chegado. Eu me deitava na cama, coberta até a cabeça tentando respirar e não chorar; ficava imóvel ouvindo as discussões, os barulhos de cadeiras sendo arrastadas, os bates na madeira, os gritos e no fundo de seu timbre de trovoadas, o choro e o soluço dela. Sabia o pavor do que estava acontecendo, mas não tinha repertório de

suas significações. Num desses dias, não pude ouvi-la no meio dos estrondos dos móveis, contei até dez, depois até vinte. Me dava prazos para agir. E eu ia fazer o quê? Só o ouvia berrando e nada da voz dela, nem retrucando, nem chorando, nem soluçando. Eu fui. Fui descalça, pisando rápida e silenciosamente como um gato, me desviei das cadeiras no meio da sala. Estava tudo escuro, só a luzinha da lâmpada suja de fumaça e gordura vindo da cozinha. Minhas pernas enfraqueceram quando cheguei no meio da cozinha, ele a segurava pelos ombros prensando com tanta força no canto da parede, o olhar dela arregalado e petrificado para ele, se hoje eu fosse achar palavra para os olhos dela, eu tinha visto o fundo do desespero. Eu perguntei o que estava acontecendo. Ele a soltou, deu dois passos pra trás e respondeu “ela que é louca”. Eu não tirei os olhos dela. Levou quanto tempo até ela me dizer pra ir dormir? Eu não dormi, continuei não dormindo até as férias acabarem. Eles agora “brigavam” do lado de fora da casa, mas todas as madrugadas eu não perdia a voz dela de vista.

Não me continuo, tudo em mim se movimenta. Reparo no pretérito imperfeito do meu modo de narrar, não o percebo de outro modo, o passado se alastra tal qual o tempo verbal. Machuco-me ao dizer-me de novo no caminho dessa reescrita, mas eu também não a posso recusar. Sinto a trepidação interna quando penso sobre o que significa revelar marcas pessoais profundas e esbarro na dificuldade de fazer avançar o trabalho em cima dos meus próprios fragmentos e zonas de silêncio, meu incômodo e, no mesmo refluxo, minha necessidade e questionamento do meu próprio dizer.

E se eu não tiver superado minha dor, terei direito à fala? Eu deveria primeiro estancar minha vulnerabilidade para garantir o cuidado de uma tessitura que não se pretende acusatória? Quais dimensões da experiência se ordenam juntos processos comunicativos em @maselenuncamebateu? Se a dor é natural ao dano e, portanto, constituinte da experiência, como observá-la em critérios estéticos? Se em “Mas ele nunca me bateu”, a voz dos fragmentos de testemunhos de violência é atravessada por machucados profundos na alma, em que termos se dá essa oferta sensível ao comunicacional? Então, que pressupostos ou justificativas nos levariam à entrega de nós mesmos num modo público de aparição das nossas dores?

A cada pergunta, cientificamente inspirada, não consigo estabelecer uma lógica senão a do contrassenso nesses questionamentos. Moriceau aponta que “o principal obstáculo para a aprendizagem é a sensação de já saber” (MORICEAU, 2019, p. 46) e que “o conhecimento geralmente atua como um sistema de defesa para não ser afetado” (MORICEAU, 2019, p. 46), traduzindo o estranho no que já é conhecido e interpondo o julgamento antes mesmo da

exposição do corpo ao sentir. Não se trata de fugir de tensionamentos teóricos e operações metodológicas, mas explicitar o quanto o conhecimento dos afetos e dos sentimentos na vida das pessoas, individual ou coletivamente, pede por uma lógica de pesquisa mais humana e acolhedora. E é importante explicitar sua diferença porque fica claro que estamos tocando num outro lugar da comunicação. Honestidade, respeito, cuidado, atenção, paciência também podem, senão devem, ser modalidades de uma operação de escrita e de contato com o “corpus sensível”. O conceito de corpus sensível é desenvolvido Sônia Pessoa, numa perspectiva de estar em pesquisa, em vez de recortar objetos e distanciar-se das relações e afetos envolvidos nos processos de investigação. Nesse sentido, o corpus da pesquisa englobaria materiais e relações capazes de despertar nossos sentimentos e estimular nossas afecções pelo contato com os sujeitos em suas fragilidades ou vulnerabilidades nos contextos mais amplos os quais estão inseridos (PESSOA, 2015). Conforme Pessoa (2021):

Parece-me que nas encruzilhadas da pesquisa, o *corpus sensível* (PESSOA, 2015), afeta, de modo direto e talvez inequívoco, o gesto epistemológico do pesquisador, exige dele posicionamentos e escolhas que tragam a centralidade da investigação para os sujeitos, tanto os pesquisados quanto os pesquisadores. Por vezes, a reivindicação de sujeitos em situações de vulnerabilidades se torna tão premente, no limiar entre a existência e a sobrevivência literal, que exige do pesquisador um afastar-se para um reposicionar-se. [...] É um equilíbrio da tensão entre a suportabilidade do pesquisador do ser afetado pelas suas próprias experiências e pelo corpus sensível e a responsabilidade de afetar os outros. (PESSOA, 2021, p. 60)

Não pretendo fazer uma leitura medicalizada da alma, tampouco interpretar os sentidos culturais da violência na vida das pessoas, apenas acolher a dignidade dessa exposição (minha também) e com toda a delicadeza, no artesanato dessas dores, buscar reflexividades possíveis e cuidadosas. O que defender na ordem do descompasso senão a proximidade do nosso corpo com o caos em nós mesmos? Lembrando do contato com os silêncios em Veena Das, talvez me seja mais produtivo pensar se a linguagem dá conta de tudo o que tentamos expressar ou sobre aquilo que excede o texto, mas que persiste no comunicacional. Meu caminho de pesquisa comunicacional passa pela necessidade de uma compreensão mais honesta das expressões afetivas e seus estados emocionais mobilizados pela experiência de violência e suas efervescências comunicantes, nessa fenda que aproxima impossibilidades de expressão e gesto de dizer. Dobrar-se em si mesma contra aquilo as opressões, aceitando que esse gesto é um gesto impossível, mas necessário:

Nunca posso dar o tipo de relato de mim mesma exigido tanto por certas formas de moral quanto por alguns modelos de saúde mental, a saber, que o si-mesmo fale de si numa narrativa coerente. O “eu” é o momento do fracasso em qualquer esforço narrativo de fazer um relato de si mesmo. Permanece sendo aquilo que não pode ser

relatado e, nesse sentido, constitui o fracasso exigido pelo próprio projeto da narração de si. Toda tentativa de fazer um relato de si mesmo está fadada a se deparar com esse fracasso e tropeçar nele. (BUTLER, 2019, p. 104)

Quando contamos nossas histórias de vida para outras pessoas, nos movemos na direção de estabelecer nossas experiências como válidas e reais, essa prática é um cuidado de si. Sabemos que esse dizer-se trará implicações porque o real não se ancora numa concepção estática dos seres e das coisas e porque precisamos do outro para refletir nossa opacidade e nos devolver de um modo em que sejamos reconhecidos no ilegível desse narrativizar-se que só pode ser acolhido pelo outro:

Decerto, há momentos de repetição, opacidade e angústia que motivam a ida ao analista, ou, se não ao analista, a alguém – um destinatário – que pode ouvir a história, e, ao ouvi-la, alterá-la um pouco. O outro representa a possibilidade de a história ser devolvida de uma nova forma, de os fragmentos serem ligados de alguma maneira, de alguma parte da opacidade ser iluminada. [...] Parece crucial reconhecer não só que a angústia e a opacidade do “eu” são atestadas pelo outro, mas que o outro pode se tornar o nome da nossa angústia: *Tu* és minha angústia, certamente. Tu és opaco: quem és? Quem é esse tu que reside em mim, do qual não consigo me separar? (BUTLER, 2019, p. 105)

bell hooks lança uma posição de enfrentamento e reivindica poder ser franca e direta ao abordar o próprio ‘eu’ e se opõe à concepção de que a interioridade é do domínio do privado e, portanto, não deve ser pública. Para a pesquisadora, essa divisão entre público e privado reflete, na verdade, estratégias de dominação:

[...] essa divisão está profundamente conectada a práticas de dominação correntes (especialmente pensando sobre relacionamentos íntimos, formas de racismo, machismo e exploração da classe trabalhadora em nossas vidas diárias, naqueles espaços privados — lá onde geralmente estamos mais feridos, machucados, desumanizados, lá onde nós mesmos somos mais repelidos, aterrorizados e partidos). A realidade pública e as estruturas institucionais de dominação tornam concreto — real — a opressão e a exploração no espaço privado. (HOOKS, 2019, p. 24)

Importante lembrar que é justamente no âmbito privado que a violência patriarcal opera suas formas de violência mais destrutivas da integridade feminina. Articular dimensões privadas conectadas a essas violências às problematizações conceituais pertinentes é um modo de fazer crítica, enfrentar o medo de dizer-se. Erguer a voz quando estamos esgotadas é um comprometimento feminista de romper esses silêncios; seguindo a orientação de bell hooks, quando nós aplicamos a teoria de encontrar uma voz nossas vidas, “especialmente em relação a compreender a dominação e criar uma consciência crítica atenta, acontece uma transformação significativa para o eu e a sociedade. (HOOKS, 2019, p. 21). No gesto de contar-me, na pele de

uma escrita em experiência, aquilo que me interpela é potência de transformação. Conforme Foucault (2004), falar de si como uma prática que exprime uma ética do cuidado de si, nunca está desligado do cuidado com o Outro, trata-se de um movimento que coloca a irredutibilidade das relações com os outros e a maleabilidade relativa das redes de inteligibilidade numa prática de responsabilidade. Conforme Butler, é importante questionar, a partir dessas reflexões, sobre como somos formados na vida social e a que custo:

[...] a resposta à exigência de relatar a si mesmo diz respeito a compreender ao mesmo tempo a formação de do sujeito (si-mesmo, Eu, *moi*, perspectiva de primeira pessoa) e sua relação com a responsabilidade. O sujeito sempre incapaz de fazer um relato completo de si mesmo pode bem ser o resultado do fato de estar relacionado aos outros, em níveis não narráveis de existência, em aspectos que têm um significado ético superveniente. Se o “eu” não pode efetivamente ser separado da impressão da vida social, então a ética certamente não pressupõe apenas a retórica (e a análise do modo de interpelação), mas também a crítica social. (BUTLER, 2019, p. 170)

A partir dos fragmentos de testemunho que me comovem, estabeleço uma relação com eles, compartilho de uma realidade e de um modo de conhecimento que essa escrita da experiência é capaz de movimentar, um mosaico de rupturas de um continuum de violências, uma cartografia de fragmentos, vazios e silêncios capazes de regurgitar esse indigesto e incompleto da experiência da violência e contar de construções de masculinidades, de relações familiares ou românticas e aspectos psicoemocionais que es imbricam nessas tramas sociais da violência. E esse gesto, que em muitos momentos, me coloca à deriva em meio as afetações da Outra, também me impõe uma forma de abandono ao meu próprio “eu” que já estava moldado:

Talvez seja ainda mais importante reconhecer que a ética requer que nos arrisquemos precisamente nos momentos de desconhecimento, quando aquilo que nos forma diverge do que está diante de nós, quando nossa disposição para nos desfazer em relação aos outros constitui nossa chance de nos tornarmos humanos. Sermos desfeitos pelo outro é uma necessidade primária, uma angústia, sem dúvida, mas também uma oportunidade de sermos interpelados, reivindicados, vinculados ao que não somos, mas também de sermos movidos, impelidos a agir, interpelarmos a nós mesmos em outro lugar e, assim, abandonarmos o “eu” autossuficiente como um tipo de posse. Se falamos e tentamos fazer um relato de nós mesmos a partir desse lugar, não seremos irresponsáveis, ou, se o formos, certamente seremos perdoados. (BUTLER, 2019, p.171)

O uso da primeira pessoa é parte da afirmação política dessa pesquisa; não pretendo escrever de uma forma que neutralize minha experiência pessoal. É por ela (pela voz de experiências pessoais) que eu me reconheci como alguém que estava sofrendo agressões de diversas formas pelo meu cônjuge, foi pelo compartilhamento desses saberes indigestos e ácidos que eu pude compreender de forma significativa a dimensão do que me ocorria.

Nesse gesto de pesquisa, eu não apenas estou envolvida, eu sou parte, eu me afeto, eu me mostro, eu me abro às Outras e a caminhos de um modo de pesquisa que não utiliza possibilidades metodológicas pré-formatadas. Trago minha experiência em primeira pessoa e o movimento dos afetos que atravessam uma situação comunicacional que ressoa em minhas vivências e me convoca em responsabilidade com mulheres que, como eu, passaram ou passam por situações de violência e abuso. Interessam-me as sensibilidades que perpassam e impulsionam a situação comunicacional nas mídias sociais dos testemunhos e conversações sobre as experiências de violência de gênero vividas por mulheres e, o que esse movimento pode trazer de diálogos afetivos e tensionamentos teóricos. É uma tentativa de penetrar na experiência pelos afetos em suas insurgências e intensidades e não apenas por modos de representação e possibilidades de interpretação.

Para as reflexões que se seguem no *tópico Travessias metodológicas possíveis: as potências do dizer-se*, importa saber que parto de minhas vivências de abuso no âmbito conjugal e familiar e que elas provocam uma vontade de trabalho na medida em que me encontro com outras mulheres em situações semelhantes e que tenho, tensionados por esse contato e imperativo, minha posição como pesquisadora e os modos sobre como fazer uma tessitura possível com os retalhos também possíveis dessas experiências extremas de violação. Por essa proposição, há um pressuposto de rasgaduras e fragmentos. Essas reflexões estarão dispostas a partir desse eixo inicial que despregou a minha colcha de pesquisa e que me convoca algumas dúvidas e questionamentos sobre o próprio expressar nas experiências. O eixo descrito me convoca a pensar sobre pistas metodológicas que podem impulsionar os primeiros movimentos de pesquisa a partir das indagações sobre como lidar com afetos, linguagem e suas possibilidades e impossibilidades de expressão e, adiante, sobre como lidar com a Outra e com as vulnerabilidades que nos constituem.

Procuro pensar o conceito de vulnerabilidade e iniciar tensionamentos sobre suas possibilidades de enfrentamento para, em outro momento do processo de investigação, conectar meu trabalho pensando nos testemunhos como práticas de cuidado de si e resistência na potencialização da sobrevivência. Essa é parte dos estudos que se pretendem muito cuidadosos para, aos poucos, dar base para pensar testemunhos de sofrimento e potências de resistência e sobrevivência. Proponho meus movimentos e escolhas metodológicas numa mudança disposicional da pesquisa em comunicação que é a de movimentação interna da pesquisadora e não apenas de suas ideias; aqui, eu assumo que eu caio e me levanto diversas vezes, corro, às vezes, de assombros absurdos, às vezes também paro e contemplo a delicadeza forte de um

respiro sobrevivente. Um nó embaraçado onde as palavras nem sempre fazem lugar, nem sempre nomeiam.

4. TRAVESSIAS METODOLÓGICAS POSSÍVEIS NAS POTÊNCIAS DO DIZER-SE

“Escrevo porque não quero as palavras que encontro.”

(Roland Barthes)

4.1 Comunicação e afetos

O que quero da minha dissertação é conceber uma trama de tensionamento conceitual sobre comunicação, afetos e violência através da exploração da minha experiência e seu conhecimento venenoso em contato e afetação com a experiência textualizada de outras mulheres que também sofrem violências masculinistas no âmbito da proximidade. Essa orientação acadêmica me impulsiona a questionar a comunicação pensada apenas em termos interpretativos uma vez que a fenda em que os afetos se envolvem e se revoltam com as experiências habita não apenas os ditos, mas também os não-ditos (DUCROT, 1987) e, ainda, muito daquilo que escapa ao texto e que preenche o comunicacional em movimentos de intensidades — animando, desafiando, e por vezes, deformando as cadeias infinita da linguagem. Roland Barthes esboça a trepidação das intensidades que se pretendem dizer, mas não encontram signo dado, ao que ele chama de estado ideal da socialidade:

Nessa moralidade, como tema frequente, o arpejo do sentido tem um lugar duplo; ele é aquele primeiro estado segundo o qual o “natural” começa a agitar-se, a significar (a voltar a ser relativo, histórico, idiomático); a ilusão (odiada) do *óbvio* se descama, estala, a máquina das linguagens se põe em marcha, a “natureza” estremece em toda a socialidade que nela está comprimida, adormecida: espanto-me diante do “natural” das frases, como o antigo grego de Hegel se espanta diante do natural da Natureza, e nela ouve o arpejo do sentido. Entretanto, a esse sentido inicial da leitura semântica, segundo o qual as estão em marcha para o sentido “verdadeiro” (o da História), responde, alhures e quase contraditoriamente, um outro valor: o sentido antes de se abolir na in-significância, estremece ainda: *há sentido*, mas esse sentido não se deixa “pegar”; ele permanece fluido, tremulando numa leve ebulição. O estado ideal da socialidade tremulando se declara assim: um imenso e perpétuo rumorejo anima sentidos inúmeros que explodem, crepitam, fulguram sem nunca tomar a forma definitiva de um signo tristemente carregado de significado [...] (BARTHES, 1975, p. 106)

É desse estremecimento que falo quando insisto em não afugentar a agitação dos afetos querendo escapar ou não encontrando encaixe nas possibilidades da linguagem, “[...]há aquilo que não se proclama, há aquilo que faz a língua tremer, há aquilo que não se dá a ver para uma pessoa. (SAFATLE, 2016, p. 24). Essa crepitação comunica, busca um lar no nosso corpo, no contato com o Outro — ainda que nos falhe a capacidade de moldá-la na forma dos sentidos. “Isso que faz a língua tremer e se chocar contra os limites de sua gramática é o embrião de outra forma de existência”. (SAFATLE, 2016, p. 24). Essa fenda entre experiência e afeto, atravessada naquilo que nos rasga, nos toma, nos sacode ou imobiliza e que se partilha de modos tentativos e eletrizados pelos afetos é explorada nos estudos comunicacionais pelos estudos inspirados na virada afetiva (CLOUGH, 2010).

Situar metodologicamente a produção dessa dissertação numa modalidade afetiva de pesquisa é optar pelo acolhimento, troca e escuta, é uma escolha compreendida no diálogo, e, “diálogo é cavar as barreiras da separação para que as pessoas se vejam e se aproximem” (SODRÉ, 2021). Falo de uma metodologia que seja compreensiva, que se entrelace afetivamente com o objeto, que dialogue, que sinta e assuma sua potência nas sensibilidades da comunicação. Isso é dizer que eu assumo posição dentro do movimento de virada afetiva na comunicação capitaneado por Moriceau (2020). Esse movimento dá enfoque a questões que trabalham com as sensibilidades e o sensível ao que Carlos Mendonça explica: “nos termos dessa proposição, o sensível, para além daquilo que pode ser percebido pelos sentidos, é uma possibilidade para a produção de conhecimento” (MENDONÇA, 2019, p. 37). É precisamente sobre pesquisar em circuitos de afetação através dos apelos e demandas comunicadas a mim que têm força imperativa, cuja figura do outro ser sensível é o *locus* desse imperativo.

O afeto é legível, é comunicável, mas não necessariamente é escrevível porque não se captura e nem se conforma. Quando escrevo de modo agoniado não capturo, não dou a ver uma forma sólida e consistente do narrável, derrapo meus dedos naquilo que é sensual, sensório, emocional, o afeto movimenta-se e é movimentado no comunicacional. “Na aprendizagem da linguagem, você não apenas aprende a pronúncia dos sons e suas ordens gramaticais, mas a “forma de vida” que faz desses sons palavras que são, que fazem o que fazem [...]. (CAVELL apud Das, 2020, p. 266). As palavras, os sentidos e também o que deles escapa, são movimentados pelas intensidades nem sempre traduzíveis que se compartilham no contato com o Outro ou com aquilo que me interpela do Outro, o toque pressagia o afeto:

Ao contrário de muitas abordagens, no entanto, não é a visão o sentido privilegiado por este aporte que aqui invocamos, mas sim o toque. Tocar a experiência é entrar em contato sem mediações, é acercar-se o mais perto dela, tão perto que ela permite que

as trocas afetem ambos os lados da mesma moeda. Afetar é tocar e ser afetado é ser tocado. Em inglês *feeling* quer dizer, ao mesmo tempo, a sensação física, o sentimento e o afeto. Deixar-se afetar, deixar-se ser tocado (sensorial e emocionalmente) é ingressar em uma relação apta a produzir transformações em nosso ser e nossos pensamentos. (MENDONÇA; MORICEAU, 2016, p. 85)

Moriceau e Mendonça (2016) postulam pela superação do significado e da interpretação bem como pela experimentação da dimensão performativa da escrita para dar presença e lugar aos fenômenos que atingem nosso corpo e nossos sentidos. Dessa forma, podemos pressupor que não há nenhuma segurança ou garantia de sucesso nessa empreitada porque tudo dependerá dos movimentos afetivos em nós, da nossa capacidade de nos colocarmos em devir e encontrarmos seu ritmo na nossa sensibilidade e escrita. Eles explicam os desafios da abordagem:

Um deixar-se afetar: sentir essa marca, essa reação, o momento que o mundo construiu em nós; deixar essas impressões trabalharem nosso interior, tornar-se curioso para ver para onde elas levarão nossos corpos e nossos pensamentos. Este é um caminho para abrir tanto quanto possível o engajamento com a experiência estudada, reduzindo os processos de mediação entre o pesquisador e a experiência. [...] E tal abertura exige coragem, porque não sabemos para onde seremos conduzidos, pode ser para um afeto de prazer, de triunfo e de criatividade, mas igualmente de ciúme, inveja ou vingança. (MENDONÇA; MORICEAU, 2016, p. 85)

Mas, afinal, o que podemos entender por afetivo, o que são os afetos? Não é surpreendente por tudo o que foi dito até aqui, que eu não tenha uma definição exata, o que não quer dizer que não se possa pensar em termos de afeto. Me parece que a noção contemporânea do conceito toma a definição de Baruch Espinosa como ponto inicial:

O afeto, que se diz *pathema* [paixão] do ânimo, é uma ideia confusa, pela qual a mente afirma a força de existir, maior ou menor do que antes, de seu corpo ou de uma parte dele, ideia pela qual, se presente, a própria mente é determinada a pensar uma coisa em vez de outra (ESPINOSA, 2008, p. 257)

Espinosa entende os afetos como afetações do corpo, que podem aumentar e diminuir conforme a potência de agir do próprio corpo. Para o filósofo, os afetos seriam intensidades corporais que afetam os corpos em interação, imprimindo-se no campo do sensível e no próprio sentir. “A maior disposição do corpo para ser afetado implica uma maior abertura para as relações com o exterior, por conseguinte, implica um número maior de afecções e de afetos – já que tudo que acontece no corpo é percebido pela mente.” (JESUS, 2015, p. 171). Os afetos seriam formas de sentir e perceber as energias interagentes, estão no movimento da vida a começar a tomar forma e se fazer presente em nós e em nossas conexões interpessoais, “Os

afetos são relacionais. Eles nos descentralizam e nos reposicionam em uma configuração maior da qual fazemos parte. Os afetos nos forçam para fora do nosso modo de criar mundos, nosso modo encapsulado de encontrar narrativas já dadas”. (MORICEAU, MENDONÇA, 2016, p. 92).

Veena Das (2020) chama a atenção para a constituição primária do sujeito, como sujeito da experiência, concepção *de* Wittgenstein que pressupõe a condição da experiência como como o limite que define seu pertencimento ao mundo, em outras palavras a experiência de ser sujeito é a experiência de um limite:

Se o sujeito é também o limite do mundo, não é possível determinar com clareza, no curso da minha vida, o ponto particular que eu possa delimitar como aquele no qual a minha subjetividade emerge. Chegamos assim ao pensamento de Wittgenstein de que o sujeito nunca se fecha ou se completa. O fato de ser capaz de estabelecer um limite em si suscita a questão da experiência do limite. (DAS, 2020, p. 26)

Esse olhar para a constituição do sujeito é importante porque mostra a afinidade com a visão de Espinosa que chama a atenção para o movimento e porosidade do corpo como disposição mesma para perceber, nomear e pensar. O afetivo pode ser pensado também por suas texturas que se manifestam na circulação de energias das experiências, hábitos e materialidades de um passado impactado. Afetos também podem ser pensados em termos de duração, como forças de aderências do afetivo que se dão intensidades capazes de se fazer presentes em temporalidades expandidas do cotidiano. Alguns autores como Sara Ahmed sugerem a equivalência entre afetos e emoções ou a instauração dos processos afetivos pelas emoções. Inclusive na *Ética* de Espinosa (2008), os afetos têm sua expressão através das emoções ou paixões como ele menciona.

O que me interessa nessa perspectiva, é seu desprendimento dos binarismos modernos que pensam o eu e o outro, o dentro e o fora como se fossem antagônicos e insolúveis quando, na verdade, são pontos transversais de mesmas forças. Quando somos afetados, temos a sensação das presenças que impactam nossos sentidos e redistribuem nossos campos de possibilidades de percepção e ação. “O afeto nos força a pensar, a criar novos conceitos ou novas atitudes, nos expõe ao devir”. (MENDONÇA; MORICEAU, 2016, p. 85). O afeto não pode ser encaixotado, nem como uma teoria nem como uma abstração, ele se faz antes pela conexão entre sentir e pensar, se dá na manifestação das presenças que nos fazem perceber-nos e apreender-nos juntamente ao mundo. Não são coisas ou leituras, mas energias ou forças que orientam o agir/reagir como reativos à vida:

A questão da exposição, por exemplo, de se expor na pesquisa, do acolhimento do outro nos demanda um refreamento do impulso de explicar o outro, de classificá-lo, reduzindo-o ao mesmo via representação. Acolher não é escolher uma estrutura teórico-metodológica primeiro, para depois “inserir” nela o outro, alterando poucas coisas de nossas premissas. [...] Estamos conseguindo nos manter em movimento? A pesquisa que é movida pelos afetos requer que o outro seja aquele que pode abalar nosso lugar estável, fazê-lo tremer, movendo nossas categorias e quadros de saber. (MORICEAU, 2020, p.45)

Então, que tipo de tarefa é o estudo dos afetos no contato com as tessituras comunicacionais? De que modo se dá um caminho de articulação entre essas interioridades e modos de expressão? Tomando e partindo de nossa interioridade em relação com a Outra, os afetos podem nos dizer das estruturas, história, biopolítica, subjetividades, imaginação coletiva e muito mais. É por meio da experiência que nos damos a conhecer o mundo, a Outra e a nós mesmos em mútua afetação. Nesse sentido, empreender um gesto afetivo, não é só um conceito, mas também um método de vida (e de pesquisa como vida). Mendonça (2019) defende uma virada afetiva na pesquisa em comunicação, de modo a colocar os afetos — compreendidos num vínculo liminar da potência entre corpo e pensamento — no centro da pesquisa. Essa perspectiva implica também em modos que colocam escrita e experiência em contato e tensão.

Uma abordagem afetiva tem que considerar o corpo, as impressões, sensações, efeitos de prazer e de incômodo, estranhamento e familiaridade, os espaços e relações de poder que envolvem sua emergência, as capacidades de expressão que ela nos fornece e os movimentos aos quais ela dá origem. Na linha comunicacional, os afetos podem ser compreendidos pelas intensidades e tonalidades que movimentam e afloram em nossa experiência, pelas potências de desejos, negações, pelas fendas entre acontecimentos, emoções, percepções e partilhas sensíveis. Ou seja, os afetos podem ser tangenciados pelos efeitos que reconhecemos, mas não é conceito nomeável por coisa representável ou escopo definidor. Conforme Mendonça (2019):

Os afetos não são uma coisa em si, mas uma variação contínua nos modos de sentir e experimentar o vivido. Eles não são o oposto das ideias, eles as envolvem. Diferentemente das ideias – tomadas como realidades objetivas –, o afeto não representa algo. Eles são a possibilidade para fortalecer o pensamento, em ato; são um incremento para a força de existir. Diante a tudo isto, emerge uma ética resultante das relações banais, cotidianas, distinta das regras morais imperativas. (MENDONÇA, 2019, p. 37)

Importante ressaltar que o encontro com a alteridade precede a pesquisa em dimensão afetiva. Aproximar-se e experimentar antes de julgar ou mesmo pretender conhecer é um gesto ético e político na pesquisa em comunicação, onde o pesquisador assume a sensibilidade e a responsabilidade do poder de afetar e de ser afetado. Conforme Moriceau (2020), “o poder de

ser afetado é uma sensibilidade e o poder de afetar é uma responsabilidade” (MORICEAU, 2020, p. 26).

A pesquisa afetiva parte do contato com o acontecimento, com a situação comunicacional, com o evento, de maneira a colocar o pesquisador num encontro com o Outro, com o estranho. Trata-se de tocar a experiência subjetiva ao deixar-se ser tocado, movimentar-se em sensibilidades. Isso requer do pesquisador não se apressar em conceitos e metodologias porque é justamente o caminho, a trajetória acolhedora que produz o que PESSOA (2015, 2018, 2021) chama de “corpus sensível”, que vive e movimenta-se na própria experiência de pesquisa. Nesse sentido, Moriceau (2020) propõe que nessa trajetória sensível e ética, o pesquisador leve em conta que no encontro com alteridade, há movimentos e transformações afetivas envolvidas no processo de pesquisa e ainda a reflexividade no processo de escrita que deve procurar falar juntamente com os interlocutores da pesquisa tendo em guia a responsabilidade imperativa mobilizada.

Moriceau enumera três gestos de pesquisa indispensáveis aos processos de produção de conhecimento pelos afetos, sendo eles uma exposição pautada pela hospitalidade e acolhimento, a manutenção dos movimentos afetivos através da porosidade ética que leva a uma transformação do pesquisador e, por fim, a capacidade de costurar uma reflexividade numa escrita performática que reverbere sua agitação:

[...] o primeiro momento é uma exposição, um contato com o campo, contato com o que você está estudando; e vamos pensar este momento não como coleta de dados, mas como uma abertura, um acolhimento, um encontro. O segundo momento, é o movimento, em que o que você está encontrando vai fazer mudar algumas coisas, mudar o pensamento, mudar sua posição na pesquisa, mudar a teoria, pode até mudar sua vida na pesquisa. E o terceiro momento é o momento de reflexividade e de construção de um texto. Reflexividade para questionar o método, reflexividade para criar a forma de exposição, mas a reflexividade pode envolver a significação, a importância que o trabalho possui para o âmbito social, para a política, para a situação em que se insere. (MORICEAU, 2020, p. 26)

A virada afetiva trabalha com aquilo que nos mobiliza, de modo que “o que deve ser comunicado é o que nos força a pensar. O objetivo é de comunicar esse imperativo, e não o conteúdo do pensamento do autor” (MORICEAU, 2019, p. 46). Há um ganho novo nesses processos de pesquisa entremados pelos afetos em razão de serem “potencialmente mais capazes de considerar e acolher a alteridade, os vulneráveis e os precários, desafiando princípios instituídos a priori e descortinando assimetrias e injustiças que dificultam a fabulação de um mundo comum habitável. (MARQUES; MENDONÇA; PESSOA, 2020, p. 17), tateia-se a trepidação afetiva nas potências de comunicação:

Aprender é movimento, então se o movimento parou, a aprendizagem torna-se representação e não movimento, força, processo que busca a si mesmo. [...] Assim, a ideia seria a de permitir um movimento contínuo, de construir uma performance que não almejasse explicar o movimento, mas manter as forças, as linhas de força, manter a intensidade das mutações, manter um texto para o leitor viver, sentir sua carne e sua intensidade, a partir do lugar e da perspectiva singular de cada um. [...] Além disso, ao invés de explicar, dissecar, representar, deveríamos tentar “performar” o movimento, fazê-lo à nossa maneira a fim de comunicar seu poder desestabilizador e de aprendizagem. (MORICEAU, 2020, p. 42-43)

Ressalto que há um desafio ao se trabalhar com os afetos que é de não os emudecer ou miná-los de seu caráter vivo e móvel. Por essa razão, um passo concomitante desse projeto é pesquisar e experimentar escritas possíveis. A primeira dessas possibilidades é experimentar a escrita-performance defendida por Moriceau (2020). As possibilidades abertas pela virada afetiva para nos colocarmos em pesquisa frente a rostos, abertos ao estranho e ao estrangeiro, sensíveis ao frágeis, numa postura modesta pronta para acolher, considerar e aprender pela escuta e pelo encontro levam-nos a interrogar sobre as possibilidades de uma escrita-performance que seja motivada e guiada por afetos:

Sob esse aspecto, pesquisar é agir sem recortar tudo o que se pode observar em objetos distintos, tentando articulá-los em relações, ressonâncias, revelando com isso a maneira como as coisas e acontecimentos possuem a capacidade de se afetarem, de se ligarem e de produzirem algo inédito. (MARQUES; MENDONÇA; PESSOA 2020, p. 16)

Jean-Luc Moriceau (2021) fala de uma escrita-movimento, uma escrita-tremor, distante de uma razão masculina que objetiva o mundo em seus termos, uma escrita feminina preocupada com a sua ética e com a sua política. A linguagem que falamos em nós mesmos atravessa tempos e está exposta, corporal e ideologicamente, escrevemos porque não queremos as palavras que encontramos (BARTHES, p. 54, 1973). Por em movimento a dimensão performativa da escrita será tentar expor no texto, a gramatura da pele em contato, a multiplicidade dos fenômenos que proporcionam a experiência estética que atingem nosso corpo e nossos sentidos cuja apreensão deve ultrapassar o horizonte do significado e da interpretação na tentativa de uma comunicação que intensifique e consagre a sensibilidade e sensualidade dos interlocutores. É sair de uma escrita que muito diz para a que muito escuta:

O pesquisador passível de ser afetado é um pesquisador vulnerável. A voz que se expressa, por ter sido invadida pelos afetos, é a voz destituída da autoridade do cientista, é a voz de quem ainda não sabe, de quem escuta, de quem acolhe para aprender. Uma voz desamparada, desestabilizada. É o oposto da voz do pesquisador

que se sente seguro a partir da posse de seu conhecimento, que produz razões e julga. O oposto da voz professoral. (MORICEAU, 2021, p. 18)

Uma prática em que o afetivo faz pela palavra; mais do que descrever, buscar uma composição com a escrita, seguir seu movimento, como numa dança, perseguir em texto sua vitalidade ou mesmo seus retorcimentos, deformações, tropeços e assombros. Tatear um modo particular de estudo e escrita da dor pelo próprio e pelo vasto encontrados nos rastros da minha dor e nos rastros dos Outros onde as encontro, me faz lembrar da dança *butô*²⁴ de Tatsumi Hijikata:

Era como um corpo repentinamente possuído por gestos caóticos. Cotovelos dobrados, olhos fixos no espaço vazio, pulsos pendurados e joelhos flutuando no ar. Todas as partes do corpo mostram um desequilíbrio pronto para se dispersar em todas as direções. e é muito difícil manter esse desequilíbrio em seu corpo, o que Hijikata conseguiu, apesar de tudo. (MIYABI, 2003, p. 149 apud UNO, 2018, p. 135)

Com a marca do feminino, nossos corpos pesam sem sermos consultadas. A violência contra nós mulheres foi em muito um “para dentro” de casas e solidões disciplinarmente inexpressáveis. Nossas emoções, corpos, pensamentos e modos de ser que fugiam à tal pequena fôrma da obediência foram historicamente condenados pelo patriarcado; nossos doloridos encaixes nessas padronizações não impediram de sermos tratadas como nada, situando-nos sempre e insistentemente num conveniente lugar de resignação, submissão e apedrejamento em relação aos homens e a como se constrói o masculino. Nessa seara, afetos inauditos e circuitos comunicativos circulam, se aproximam, fraturam-se e dão a ver continuidades e novos mundos possíveis. Tomando e partindo de nossa interioridade, os afetos nos dizem das estruturas, história, biopolítica, subjetividades e imaginação coletiva.

Assumo que estou na vida dos textos e que as mulheres que se propõe a contar das violências sofridas também estão ali e, assim, busco explorar o ambiente de comunicação e contato em *@maselenucambateu* e nas conversações dos grupos de mulheres falando de violência no Facebook através de deambulações nos comentários, incursões emocionais nos textos do perfil e na bibliografia sobre gênero e violência contra a mulher, e contato com os

²⁴ *Butô* é uma modalidade expressiva de dança e teatro originada no Japão na década de cinquenta, após a Segunda Guerra Mundial. Foi criado por Tatsumi Hijikata e Kazuo Ohno e conjuga influências filosóficas e artísticas da tradição japonesa e da modernidade ocidental dos anos cinquenta. Ficou conhecida como "a dança da escuridão" em razão de sua atmosfera sombria e movimentos deformados, retorcidos e delicados. O *butô* costura um tempo simbólico que traz à tona memórias ancestrais presentes no corpo em intensidades contundentes da realidade.

textos das conversas nas abas de comentários, registros escritos ou fotográficos dessas afetações.

Mas, como falar da catástrofe psíquica de corpos e almas violentados em mutilações físicas e emocionais? Que tessitura possível desses rasgos textuais? Como tangenciar, imergir, submergir, aproximar-se, compreender as relações em um nó embaraçado? Os afetos... Às vezes, palavra e afeto não se acham. Como chegar nesse nó, nesse engasgo primeiro de um processo de pesquisa cujo pressuposto é a o contato com conexões limiares entre vida, experiência, linguagem, poderes, saberes, textos e a pele de quem me olha? Que escrita é possível quando envolvidas em vivências de manifestações extremas de violência? Que escrita impossível?

Procuro agora estabelecer um diálogo possível entre corpo e autoetnografia estimulado pelas discussões elencadas acima sobre pesquisa e escrita afetiva de Moriceau. Procuro um “caldo conceitual” que contribua com as reflexões para a escrita o fazer textual dentro e fora desse nó. A orientação conceitual metodológica é a da perspectiva afetiva na pesquisa em comunicação em diálogo com a autoetnografia, o que considero potente para pensar o corpo esgotado que se auto observa numa agência do dizer. Mas, quanto da minha vida importa trazer e de que modo? Como alinhar fios desencapados expostos pelos testemunhos das mulheres que contam das situações de violência que passaram?

A violência não se dá num ato isolado e, apesar de se encontrar na estrutura social patriarcal, é difícil apontar seu lócus e como ela se operacionaliza no cotidiano; sua toxicidade invade atmosferas do dia-a-dia, a potencialidade do dano se implanta na nossa rotina. Procuro um caminho de explorações qualitativas através de trilhas, entrelaçamentos, mosaicos entre nós que sofremos violências de quem amávamos/amamos, evitando também que uma reflexão apressada atrole o trauma, a queda e a perda.

4.2 Afetos e uma mirada antropológica

A possibilidade de distanciamento na prática da pesquisa é considerada como algo artificial por (MÁRMOL et al., 2008), uma vez que estamos todos inseridos no social, não sendo possível um ponto de vista fincado em “lugar nenhum” como se as escolhas e práticas de pesquisa pudessem estar fora de um espaço e tempo e livre dos atravessamentos socioculturais, acadêmicos, temporais, econômicos e subjetivos do pesquisador. Parafraseando Barthes (1973), falo porque não encontro as palavras que procuro. Aquele aperto no peito, a respiração trancada no pulmão, os músculos retesados ao passar por uma rua em que vem vindo um homem, os

passos do homem e apenas eu. Não é coisa através da qual isso o que enuncio dê conta. Mas se apresenta o efeito o qual, através do pequeno vislumbre desse “momento conhecido”, nós reconhecemos no nosso corpo cada sensação que a palavra não alcança. Nós reconhecemos e isso inclui saber que sem a marca do feminino, alguns leitores não saibam. Podem entender ao que me refiro, mas não sabem que sensação de terror, impotência, raiva e vulnerabilidade esse momento de apreensão ao estar sozinha com um homem desconhecido próximo de você. Não sabem na pele porque dizemos que estamos sozinhas na presença de um ou mais homens. Há algo que se comunica também em um laço de pertencimento, afetação e reconhecimento, trata-se daquilo da linguagem que habita a fenda entre o que se experiencia e se consegue enunciar.

No fragmento de testemunho abaixo, entendo que a mulher na relação enunciada, é vista pelo autor de violência como um corpo cuja posse deve ser sempre dele, mantida por um vínculo de culpa e humilhação da mulher que se sente — após seu estado emocional ser induzido ao tormento, desprezo e desorientação constante — o tempo todo responsável por satisfazer toda demanda impossível e absurda da paranoia do agressor. Esses relatos e fragmentos são também parte de um universo de violências que vivi. Eu perdi a conta de quantas vezes era agredida e logo depois estava me arrastando pedindo desculpas pelo erro de não dar conta de suprir toda as respostas do absurdo que aquele homem (meu namorado à época) criava para manipular minha permanência.

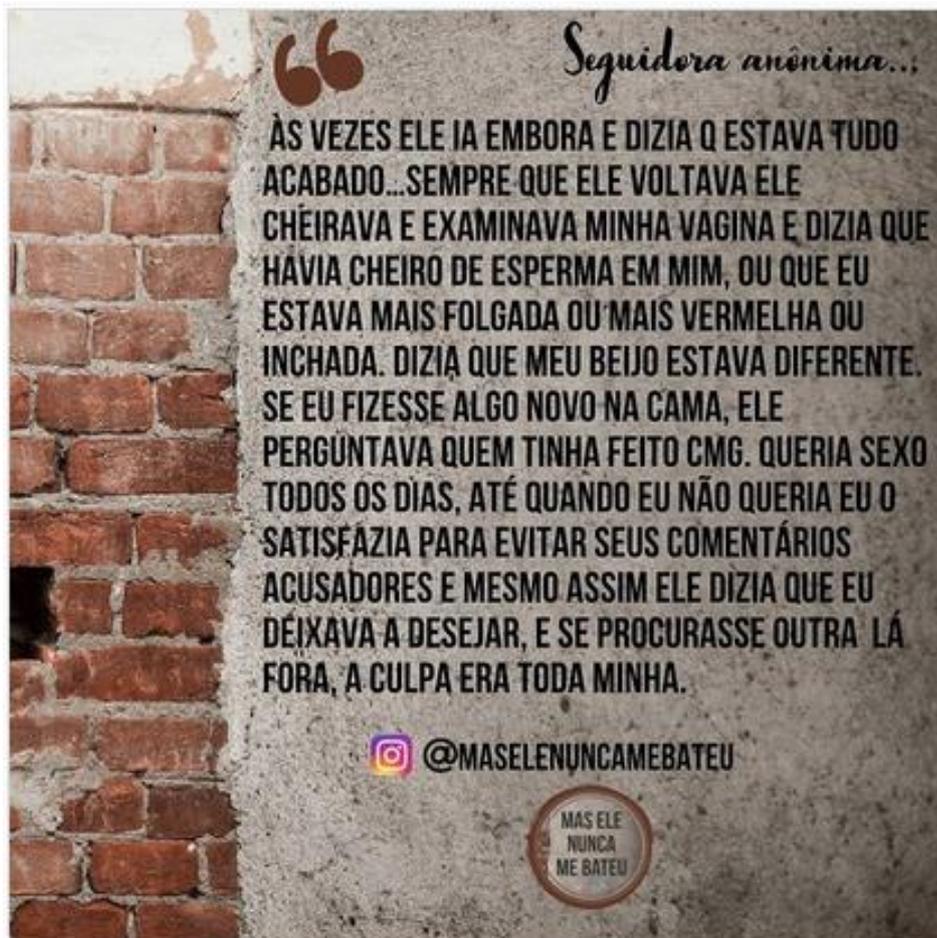


Figura 5. Print do perfil @maseleuncamebateu na rede social Instagram. Acesso em 06 dez. 2021.

Falar desde os corpos, mesmo na antropologia, ainda é uma perspectiva controversa e minoritária, o que não quer dizer que não seja necessária uma abertura entre disciplinas capazes de reconhecer o pessoal e o subjetivo sem apartá-los do próprio corpo de modo a incluir outros modos de aproximação com as realidades vividas no tecido social. Desde os anos 70, as ciências sociais vêm desenvolvendo perspectivas que consideram as subjetividades, experiências e histórias de vida como fontes de conhecimento (MÁRMOL et al., 2008). Conforme os autores, na antropologia, a ênfase no caráter plural, diverso e fragmentado dos discursos abriu cada vez mais espaço para o pessoal e a reflexividade nos trabalhos de campo e possibilidades de escrita etnográfica. Quando esse conhecimento parte do próprio corpo e das próprias experiências pessoais, ele encontra lugar em perspectivas como a antropologia do corpo e a autoetnografia. Alfonso Benetti traduz a definição bastante pedagógica de Tony E. Adams, Stacy H. Jones e Carolyn Ellis (2015) que torna clara a inserção do pesquisador como *locus* da própria experiência e produtor de si mesmo em pesquisa:

[...] um método de pesquisa que: 1) utiliza a experiência pessoal do pesquisador para descrever e criticar crenças culturais, práticas, e experiências; 2) reconhece e valoriza as relações do pesquisador com os outros; 3) utiliza uma profunda e cuidadosa autorreflexão – habitualmente referida como “reflexividade” – para nomear e interrogar as intersecções entre o eu e a sociedade, o particular e o geral, o pessoal e o político; 4) mostra “pessoas no processo de descoberta sobre o que fazer, como viver, e o significado de suas lutas”; 5) equilibra o rigor intelectual e metodológico, emoção, e criatividade; [e] 6) busca por justiça social e por uma vida melhor. (ADAMS; JONES; ELLIS, 2015, p. 1-2 apud BENETTI, 2017, p. 152)

A abordagem qualitativa autoetnográfica cobre uma série de formas de relatos em primeira pessoa e de narrativas de experiências pessoais, permitindo ao pesquisador incorporar suas afetações emocionais numa modalidade de escrita em que convivem muitos aspectos de narrativas autobiográficas (BOCHNER; ELLIS, 2016). Esse enfoque antropológico está em articulação com a virada afetiva na comunicação, que rechaça as distinções e valorações entre pensamento e emoções, sujeito e objeto, pessoal e político e, valoriza os afetos, emoções e experiências para a produção de conhecimento. Temos em comum entre as duas propostas, o comprometimento em visibilizar os discursos e experiências subalternas e a inclusão do diálogo, do respeito e do acolhimento de nossas co-vulnerabilidades. É no corpo que adotamos essa metodologia de experimentação que busca dissolver as fronteiras entre corpo, emoções e interioridade como sendo da ordem do privado e não do público (HOOKS, 2020).

Quando nós nos lançamos à empreitada de interrogar e integrar nossa própria subjetividade, temos a questão de compreender nossas próprias afecções durante a investigação em curso, considerando as transformações que esses processos operam em nós mesmos. O experimentado é incorporado a nós, não saímos os mesmos, uma dimensão afetiva nos obriga a redefinir também a dimensão cognitiva do ato de conhecer. Além da incorporação de atos de ação, a percepção nos leva a pensar num corpo que recebe, reage e performa, ativo nas situações que também ajuda a configurar:

As percepções não são uma soma de informações identificáveis aos órgãos dos sentidos rigidamente fechados em suas fronteiras. Não existe aparelho olfativo, visual, auditivo, tátil ou gustativo prodigando separadamente seus dados, mas uma convergência entre os sentidos, um emaranhamento solicitando sua ação comum. (LE BRETON, 2018, p. 59)

Isso é dizer que o corpo não oferece apenas possibilidades performativas naturalizadas; conforme David Le Breton (2013), o corpo que sente desencadeia uma ação no mundo e nos seus dados imediatos, interiorizando as circunstâncias em que se encontra. Para Le Breton (2013), o corpo é artifício da expressão de variados modos. O autor elabora uma antropologia do corpo e dos sentidos em que as experiências pessoais são focalizadas por darem a ver as

percepções sensoriais e sensibilidades que descrevem o engajamento corporal dos sujeitos no mundo. “Esse conjunto expressivo e afetivo corporificado é a dobradiça que sustenta o jogo de abre e fecha fisiopsicológico apropriado simbolicamente, dando sentido às ações dos sujeitos em determinados contextos sociais” (ZARIAS, LE BRETON, 2019, p. 24 apud LE BRETON, 2001, p. 7). Os enfoques de pesquisa associados a essa noção de encarne, de corpo em ação, lança luz sobre as possibilidades do corpo e suas extensões simbólicas, bem como sobre a expressão dos afetos e a dimensão subjetiva no conhecimento e processos de saber conectados às percepções emocionais e sensoriais. Se o universo das sensibilidades não pode ser concebido apartado do corpo, uma vez que o corpo é *lócus* da experiência e do sentir, com efeito, é através das relações-reações afetivas, que percebemos não apenas o fundamento da afetividade, como do próprio ser humano (LE BRETON, 2018).

Nesse sentido o indivíduo não toma consciência de si senão através do sentir, que ele faz a experiência de sua existência por ressonâncias sensoriais e perceptivas. Isso também significa que o corpo está no cerne das representações do mundo e daquilo que construímos como o si mesmo. Para Le Breton (2013), a relação dos sujeitos no mundo é corporal e sensível; o corpo sente, sofre, age, sabe, compreende, se exprime. Para o autor, as relações emocionais não são como objetos manuseados pelo homem ou entidades que os controlam, “emoção não é substância, entidade que antecipa ou contradiz as ações humanas, mas sim uma dimensão da vida afetiva que se modifica constantemente por conta da infinidade de possibilidades de interação humana” (LE BRETON, 2013, p.171). De acordo com Le Breton (2018), é por meio da pele que a afetividade se materializa em nós pelo Outro, operando um saber afetivo difuso circulante nas relações sociais e mobilizantes e mobilizadores das sensibilidades humanas em suas existências singulares.

Considerando minha inspiração nas potências afetiva para me ajudar a narrar o impacto e contato com experiências fragmentadas de violência no ambiente digital de *Mas Ele Nunca me Bateu*, acredito que poderei tangenciar os efeitos de poder atravessados pelas múltiplas vivências, sentimentos e leituras que serão registradas ao longo do tempo. Formar uma narrativa encarnada de aspectos autobiográficos é um desafio que nos encoraja a habitar nossos próprios sentidos e palavras.

Nesse gesto de tensionamento entre as duas experiências de abusos vividas por mim e no avanço das discussões sobre a violência em si, percebo a necessidade de me aproximar desse “Quem” — que compartilha de um horror impronunciável que percebo pelos testemunhos do trauma e pelo apoio a quem também está desamparada — e das compreensões e insurgências nesses modos de saber “venenosos” que nos comprometem mutuamente.

Um medo e cuidado nessa pesquisa é que, num campo onde há muitos afetos sem pronúncia possível, e que produzem um movimento de saber-se, reconhecer-se e insurgir em luta umas pelas outras — com as outras — se faz necessária uma tentativa de mergulho, de toque e escrita que possa deslizar por entre contatos sem, no entanto, prendê-los ou emoldurá-los, sob o risco de fixar algo do sensível cuja existência se dá exatamente pelo que transita entre a experiência, a linguagem e o sentido. Por isso, entendo como necessário, procurar pelo que nos expõe como sujeitos “atacáveis”, passíveis de sermos violentados, de sermos machucados ou até aniquilados e, na medida em que essas explorações afetivas caminham, pensar em como o testemunho de violência pode entrelaçar esses sujeitos em sofrimento e que possibilidades reflexivas emergem daí.

5. RETALHOS AFETIVOS ENTRE MINHA EXPERIÊNCIA DE VIOLÊNCIA E AS OUTRAS

“Para onde se virar para abrir o corpo?”

(Tatsumi Hijikata)

Segurei a caneta incontáveis vezes, eu insisti em começar este ensaio em sequências de dias de semanas seguidos. Me afastei e me reaproximei do ponto de minha abordagem e não tive exatamente dificuldade em sentir e habitar minhas memórias de violência; elas doem, explodem, às vezes, mas não fogem de mim. Consegui refletir sobre muitos fragmentos da dor, mas todas as vezes que empunhei a caneta para dar algo na escrita do que sinto como um nós que sofremos violência porque habitamos de alguma maneira o signo do feminino, eu falhei.

Não achei palavras para espelhar esse “nós”, não me senti no direito e, por diversas vezes, me questioneei se ao tentar realizar esse gesto de aglutinação não estaria me apossando de vozes muito diferentes da minha perfuradas por extremos de violação, se não estaria forçando uma síntese impossível. Quanto mais eu ensaiava um nós, eu sentia que não daria conta, não seria justa, não alcançaria e seria leviano tentar algum retrato. Essa conjugação não seria respeitosa, nem justa porque correria sempre o risco de eu forçar a me apossar do que não é meu. Eu também sou sobrevivente da violência, sinto que essas experiências me ultrapassam e me excedem sem, no entanto, ancorar algum tipo de universalidade, sem, no entanto, me explicar o que é isso que me imobiliza e intranquiliza quando do contato com a Outra. A dor da Outra ressoa em mim, mas não é algo que eu possa “usar” como se pudesse ser uma doadora de sentido.

No entanto, há muito tempo, eu me debato com a urgência de dizer. Em 2016, quando de um projeto de pesquisa sobre violência contra a mulher do qual eu fazia parte, recebi o apelo de uma entrevistada que tinha sofrido uma tentativa de feminicídio para dar-lhe uma resposta do projeto; ela se dizia cansada de não ser ouvida e de não ser olhada dentro de sua experiência traumática. Eu me senti no chão. Nós analisávamos narrativas jornalísticas de violência no âmbito do gênero e as nossas “respostas” na época apontavam para questões comunicacionais que mostravam precisamente formas de invisibilização e julgamento moral das vítimas; o que ela me pedia era algo que não estava nesses estudos e eu também não sabia onde estava. O que ela me pedia continuava em mim. Essa situação me marcou muito e em diversos outros momentos me senti/sinto interpelada, uns mais claros, outros mais difusos, mas sempre a mesma inquietação. Há tanta responsabilidade nessa urgência que me empurra a agir de alguma forma, a colocar uma expressividade em ação e que, ao mesmo tempo, me impossibilita de dizer plenamente, que me lembra das restrições que minha impropriedade de ocupar formas de expressão cujos sentidos e sentir não são meus, descortinam.

É verdade que, nas reuniões do meu grupo de pesquisa, o AFETOS, recebi recomendações de não fazer da pesquisa um simples desabafo e, ao mesmo tempo, entendi a importância de não esterilizar a minha escrita quando de um projeto que não se quer nem distante, nem incontroverso ou despoluído. Também, outras vezes, me orientaram que na fenda entre experiências, contato e afetos, o modo de pesquisa não seria um “falar por”, mas sim um “falar com”, e, apesar de concordar com essas proposições, sentia um imperativo que ao mesmo não me permitia em nenhum instante deixar de ouvi-las, mas também não me dizia como dizer, o que dizer, o que não dizer.

A razão dessa inflexão é, por um lado, deixar pontuada uma discussão futura sobre isso da Outra que me interpela, desordena e age sobre mim e, pelo outro, abrir um parêntese para pedir que o leitor me acompanhe, em alguns momentos, numa reflexão afetada, fragmentada e em mosaicos. Partindo de experiências tão traumáticas de violência, muitas vezes, eu as menciono de forma difusa e metaforizada e, em outros, caio numa lembrança tal qual fui impressionada, o que nem sempre se dá de forma coerente e encadeada. Na minha pesquisa, antes que o caminho do contato e da afetação a permita, a tessitura de um *corpus* “sensível” “construído no contato é algo que vem junto, nem antes, e nem depois.

Tento dar-lhes pistas dessas dificuldades. Sou uma mulher de certos privilégios, ainda que marcada pelas violências que sofri e venho sofrendo, fui acolhida (torço por continuar assim até me restabelecer), consegui um distanciamento físico absoluto dos homens que me agrediram, tenho teto e comida, curso mestrado numa instituição pública com financiamento de

agência de fomento²⁵. Apesar de não afetar da mesma maneira mulheres em classes sociais diversas, a violência contra a mulher não é restrita às camadas mais pobres da população feminina. O fenômeno é de tal modo estrutural que, não raro, vemos notícias de famosas agredidas em seus relacionamentos de proximidade como foi o caso de Luiza Brunet que tornou pública as violências sofridas por ela com seu ex-cônjuge. Sob certo olhar para mim mesma, as fraturas são nítidas e expostas porque as reconheci. Mas as violências que sofri não são uma má sorte, ou como, já ouvi muitas vezes, algo que “eu procurei” ou que “eu deixei”. Primeiro precisamos reconhecer o que são comportamentos violentos e inaceitáveis para, então, recusá-los. Precisamos nos fortalecer para, por fim, enfrentá-los. E ainda assim, em contato com o mundo social, temos de advogar pelo reconhecimento dessas violências, temos de transformar as vivências difusas e insidiosas de violência em uma narrativa encadeada para que as instituições percebam o nexos com os eventos mais brutais isolados. E, posso dizer por mim, que ainda que hoje, depois de anos de estudo, em que eu sei e reconheço mais o que me viola, há algo que ainda me torna passível de sofrer, de ser violentada, ainda que de formas diferentes.

Na desorientação pela identificação com o próprio sofrimento, pelo reconhecimento de outros sofrimentos que me mobilizam, questiono: Quem me tornei? O que restou de mim? Por onde recomeçar?” Me situo num modo de desconhecimento, fendido, aberto e desalojado. Uma posição de extremo desamparo. Nesses diálogos com outras mulheres, eu aprendo e troco solidariedades, mas não me torno inatingível. O que eu tento dizer, é que tanto minha pesquisa depende das experiências vividas e do contato com quem delas pode me oferecer escuta e modos de saber a violência, quanto da porosidade que me fragiliza e que também é o que tem potência de me restaurar. Se, de forma simplista, a vulnerabilidade trata daquilo que, na gente, se machuca, da possibilidade de sermos feridos e violados, dessa capacidade de sermos atingidos, o problema não está nessa porosidade humana. Somos atingidos e afetados de várias formas, inclusive é por essa exposição que pude, com ajuda de outras mulheres em seus testemunhos e trocas, afetar-me e estimar a vida, resistir aos maus tratos e injustiças e repensar os discursos que os mantêm e naturalizam.

A violência contra a mulher na sociedade brasileira possui dimensões notórias: segundo a Mapa da Violência 2015²⁶, a taxa de feminicídios no país é a quinta maior do mundo. De

²⁵ Esta pesquisa é financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa de Minas Gerais, Fapemig.

²⁶ O Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil, foi organizado por Julio Jacobo Waiselfisz juntamente com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), com o apoio do escritório no Brasil da ONU Mulheres, da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Disponível em: < <https://flacso.org.br/?p=13485> >. Acesso em: 19 de dezembro de 2021.

acordo com o mapeamento “*Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*”²⁷, em 2020, uma a cada quatro mulheres acima de 16 anos declarou já ter sofrido algum tipo de violência praticada por homens de sua proximidade como pais, companheiros e ex-companheiros e, entre elas, 52% não denunciaram. Ainda segundo o estudo, no mesmo período, 5 em cada 10 brasileiros (51,1%) relataram ter visto uma mulher sofrer algum tipo de violência. Esses dados e a minha própria experiência de violência, me levam a questionar se muitas mulheres não identificam sua própria situação de violência ou se sofrem constrangimentos para denunciar a situação de violência patriarcal em que se encontram. Eu, por exemplo, levei muitos anos para compreender o que estava passando e tanto tive apoios importantes para sair dessa situação, quanto tive desincentivo de algumas autoridades policiais e de alguns familiares em relação às medidas de segurança de direito.

A violência contra a mulher não é fenômeno localizado, tão pouco esporádico, atingindo mulheres de todas as idades, classes sociais, raças ou escolaridades, como mostram os dados do mapeamento “*Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil.*” No entanto, não é tão simples identificar, falar e conseguir apoio. A pesquisa de Santi, Nakano e Lettiere (2010) mostra, que para muitas mulheres em situação de violência que já não contam com o amparo familiar, a rede institucional de amparo operada principalmente pelos agentes públicos do Estado, apareceu como única saída. Mas, como afirma Wânia Pasinato (2015), “ainda persiste uma grande lacuna entre os direitos formais e os direitos de fato, excluindo da cidadania largas parcelas da população feminina” (PASINATO, 2015, p. 408).

Já conforme Prates e Chagas (2017), nas tramitações policiais e judiciais, a operacionalização do problema da violência contra a mulher se dá de modo fragmentado, impedindo o funcionamento seguro e efetivo de uma rede efetiva de cuidado e proteção. Como observado nas análises das autoras, “a maioria das mulheres se sentem perdidas após todo o processo judicial” (PRATES; CHAGAS, 2017, p. 182), indicando que o modo como o problema da violência contra a mulher é tratado nas instituições não dá conta de seus afetos. Conforme Prates e Chagas (2017), “mulheres que vivenciaram anos e até mesmo décadas de violência, quando inseridas nos procedimentos de proteção e apoio, estão destruídas, são anos de vida que esse sistema propõe que sejam apagados para dar lugar ao esboço de um retrato do que elas agora podem ser.” (PRATES; CHAGAS, 2017, p. 183). Não se pode esquecer que

²⁷ Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 3ª Edição (DataFolha/FBSP, 2021). Realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto Datafolha com financiamento da Uber. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>>. Acesso em: 19 de dezembro de 2021.

muitas de nós estamos nos reconstruindo a partir da raiva, vazios, privações materiais, impactos físicos e psicológicos, perdas pessoais e patrimoniais, dores e tantos outros sentimentos e danos que muitas vezes, são confinados num caminho solitário: “a carga subjetiva determinante no fenômeno da violência de gênero parece não ser contemplada pelas estruturas políticas, penais, sociais e midiáticas envolvidas” (PRATES; CHAGAS, 2017, p. 181).

Também não se pode esquecer de que muitas ainda estão presas nessas situações de violência ou estão tentando sair. Essa é uma situação extremamente complexa e delicada, com questões que perpassam a vulnerabilidade social, a devastação da integridade psíquica, as estruturas de ódio e culpabilização da mulher na sociedade e, ainda, o envolvimento de vínculos emocionais e afetivos nessas relações de proximidade violentas. A violência psicológica, por exemplo, pode ser tão sutil que se torna difícil de identificar. O dano psíquico das rejeições, humilhações, castigos, isolamento relacional, domínio econômico, proibições, agressões verbais, torturas e ameaças tem consequências profundas no modo de se perceber, de se construir e de estabelecer relações no mundo. A partir de entrevistas realizadas com mulheres em situação de violência de gênero, Elizangela Fonseca interpreta que:

[...]o problema é que essas mulheres agredidas sentem na pele e na alma uma dor que só elas mesmas é que podem descrever. E com essa dor ainda sentem o medo de falar sobre a situação vivida, porque tem no seu sentimento de que o caso pode piorar. É compreensível que elas sintam também vergonha e se sintam humilhadas na condição de seres humanos. (FONSECA, 2016, p. 16)

O estudo de Fonseca (2016) traz entrevistas com mulheres apontando alguns motivos pelos quais não denunciaram a situação de violência em que se encontravam: algumas dizem do medo de denunciarem e serem mortas pelos seus companheiros e do medo de represálias e violências contra os filhos, outras dizem da vergonha de se apresentarem socialmente como mulheres que sofreram violência por tanto tempo e também de terem recaídas com os autores de agressão e serem ainda mais julgadas. Apesar de serem poucas as entrevistadas, a fala dessas mulheres podem dar pistas de alguns de seus sentimentos como o desamparo, o medo e o terror vivenciados cotidianamente, ou ainda o sentimento de culpa como se a responsabilidade pela situação que as acomete fossem delas, ou quem sabe a profunda desvalorização de suas vidas e a falta de acolhimento e segurança para que possam dar um primeiro passo na direção da reparação de si mesmas.

5.1. Vulnerabilidades e resistências compartilhadas

“Para o meu butô, era preciso sentir a necessidade de qualquer coisa que se poderia chamar de corpo esgotado, arisco.”

(Hijikata Tatsumi)

Em *Vida Precária: Os poderes do luto e da violência*, Judith Butler (2020) nos apresenta a questão da alteridade e o vínculo ético que nos é urgido na relação com o Outro. Para Butler (2020), toda vida é constituída por um grau de precariedade, mas há vidas marcadas como absolutamente precárias em razão da ordenação desigual das formas de humanização e desumanização. A questão central proposta pela autora é que há vidas que não contam como humanas, algumas que sequer são consideradas como passíveis de luto.

Para pensar sobre o sujeito em suas condições de vínculo com o Outro em contraste com as diversas situações globais de violência, Butler (2020) nos lembra que, reiteradamente, somos expostos às possibilidades de perda e de sermos atacados em algum grau. A origem desse entendimento humano sobre a perda e a passibilidade de sermos atingidos se originaria “do fato de sermos corpos socialmente constituídos, apegados a outros, correndo o risco de perder tais ligações, expostos a outros, correndo o risco da violência por causa de tal exposição” (BUTLER, 2020, p. 40). Essa exposição nos abre e entrega, nossa vida pode ser ceifada, nossa integridade invadida, não temos controle sobre as possibilidades de sermos feridos pela ação intencional do outro. E, para certas pessoas, em condições sociais e políticas de extrema violência, há graves limitações nas possibilidades de defesa de si.

A vulnerabilidade é diferentemente distribuída e gerenciada ao redor do mundo sob determinadas operações das relações de poder, muitas vezes, dando a ver processos de dominação. Considerando as violências machistas do patriarcado, mulheres têm que lidar com sua vulnerabilidade nessas condições de imposição ou pretensão de subordinação e controle do gênero masculino sobre o feminino. Sobre os processos de negociação de vulnerabilidades repentinas e sem precedentes, Butler pontua que:

As mulheres conhecem bem essa questão, conhecem-na em quase todas as épocas e nada acerca do triunfo dos poderes coloniais tornou nossa exposição a esse tipo de violência menos clara. Existe a possibilidade de parecer impermeável, de repudiar a própria vulnerabilidade. Nada sobre sermos socialmente constituídas como mulheres nos impede de simplesmente nos tornarmos violentas. E então a outra e antiga opção, a possibilidade de desejar a morte ou de estar morta, como um esforço inútil de antecipar o próximo golpe ou desviar dele. Mas talvez haja algum outro modo de viver em que a pessoa não se torne nem afetivamente morta nem mimeticamente morta, uma maneira de sair por completo do círculo de violência. Essa possibilidade tem a ver com reivindicar um mundo em que a vulnerabilidade do corpo seja protegida sem,

por isso, ser erradicada, na insistência de sustentar a linha traçada entre esses dois termos. (BUTLER, 2020, p. 64)

A afirmação dos nossos desejos e a desproteção própria da vulnerabilidade pela qual somos formados é parte da constituição política dos nossos corpos. O que Butler (2020) defende é que não podemos simplesmente nos afastar de nossa vulnerabilidade e que devemos, inclusive, estar atentos às formas de sua gestão que muitas vezes convencionam uma reação de mais violência em razão do medo e angústia social estimulados pela expectativa de contínua violação. Butler defende a aceitação da própria vulnerabilidade humana como responsabilidade coletiva pela vida um do outro. Ao diferenciar entre a precariedade própria da existência e precariedade como indução política de vulnerabilidade pela incompetência ou projeto dos estados em não oferecerem proteção adequada aos sujeitos vulneráveis, Butler chama a atenção para a necessidade de a vulnerabilidade ser percebida e reconhecida. No entanto, não há garantias desse reconhecimento fundamental para as movimentações no campo ético:

A vulnerabilidade deve ser percebida e reconhecida para entrar em jogo no campo ético, e não há nenhuma garantia de que isso vá acontecer. Não apenas existe sempre a possibilidade de vulnerabilidade não ser reconhecida e de ser constituída como irreconhecível, mas também a de, quando ela for reconhecida, esse reconhecimento de o poder de alterar o significado e a estrutura da própria vulnerabilidade. (BUTLER, 2020, p. 64)

Existem precariedades que se relacionam diretamente com as normas de gênero e que constroem formas graves de abuso e de violência pela não aquiescência com as ficções normativas de inteligibilidade; no entanto, Butler (2020) alerta que, se não formos capazes de sermos penetrados pela vulnerabilidade em interpelação, se não formos capazes de sermos desfeitos uns pelos outros, certamente há algo que nos falta (BUTLER, 2020). Em nós, habita a sociabilidade fundamental da vida ordinária, somos lançados além de nós mesmos e implicados em vidas além das nossas. Conforme Butler (2020), a representação da alteridade pode tanto estabelecer-se como forma de humanização, quanto de desumanização, tanto pode reconhecer o vínculo ético com o Outro quanto ser fundamento de sua aniquilação, “se a vulnerabilidade é uma pré-condição para a humanização, e a humanização ocorre de maneira diferente por meio de normas variáveis de reconhecimento, entende-se que a vulnerabilidade depende fundamentalmente das normas existentes de reconhecimento[...]” (BUTLER, 2020, p. 64).

Se por um lado há potência na vulnerabilidade e nas lutas por reconhecimento, por outro há que se compreender que as normas de reconhecimento, bem como as matrizes de inteligibilidade que nos dão possibilidades de conhecer e reconhecer são socialmente

construídas, nos antecedem e nos excedem. Nessa separação dicotômica de gênero, a agressividade e a dominação são inscritas como naturais às masculinidades ditas “ideais”, enquanto as mulheres têm sido construídas como sujeitos vulneráveis e expostas às manifestações violentas dessas masculinidades. Em estudo sobre a história da virilidade, Courtine (2013) apresenta que a virilidade, característica da construção de masculinidades violentas e hiperativas, traz mecanismos, instituições e relações importantes no tocante ao de construções simbólicas de “papéis sociais e dos sistemas de representação que definem o masculino e também o feminino” (COURTINE, 2013, p. 8) e que a sua reprodução prevê uma hegemonia viril que aparece como se pertencente à uma ordem natural do mundo social. Nessa perspectiva, utilizando-se e justificando-se pela virilidade; os homens têm operado uma atuação de dominação persistente, visível ou insidiosa sobre as mulheres, situação em que benefícios do patriarcado são conservados, e as masculinidades, mesmo as não hegemônicas, tornam-se são cúmplices da perpetuação desses sistemas.

Por ora, não pretendo fazer uma revisão dos mecanismos de dominação e controle masculinos, mas chamar a atenção para a importância das reivindicações de reconhecimento das vulnerabilidades, uma vez que é precisamente quando do seu anúncio e apresentação que elas podem se sustentar e abrir espaço para a reconfiguração e afirmação de laços relacionais de dependência e responsabilidade ética. A luta por reconhecimento exige uma reciprocidade em reconhecer a urgência, a necessidade e o merecimento do reconhecimento da vulnerabilidade do Outro. Conforme a autora:

Fazemos a reivindicação, no entanto, porque ela não é presumida, precisamente porque ela não é honrada em nenhuma das instâncias. A vulnerabilidade assume outro significado no momento em que é reconhecida e o reconhecimento exerce o poder de reconstituir a vulnerabilidade. [...] Isso significa que não somos identidades separadas na luta pelo reconhecimento, mas que já estamos envolvidos em uma troca recíproca, uma troca que nos desloca de nossas posições como sujeitos, de nossas posições como sujeitos, e nos permite ver que a própria comunidade requer o reconhecimento de que estamos todos, de maneiras diferentes, lutando por reconhecimento. (BUTLER, 2020, p. 65)

Butler (2020) prossegue e tensiona a vulnerabilidade com projetos liberais de individualidade, independência e soberania com interesses e fronteiras sempre a serem defendidos dos invasores potenciais, pensando nessas operações como negação da implicação do sujeito nas relações sociais, na interdependência que precede a relacionalidade e em redes mais amplas de gestão da vida. Insistimos em nos opor à nossa vulnerabilidade como força política pelo ideal de posições de controle e soberania centrados num “eu” inviolável. Mas é precisamente na relacionalidade que somos interpelados e constituídos, somos porosos ao

Outro, é por esse caminho que fundamos e transformamos nossa existência. Conforme Butler (2016), a oposição à vulnerabilidade tem dimensões psíquicas e políticas e é importante compreendê-la como parte das práticas de resistência política. Não devemos ser atacáveis porque somos mulheres, antes a vulnerabilidade deveria ser sinal de cuidado, é uma discussão também epistemológica

Talvez um modo mais facilmente assimilável de pensar esse fazer-se humano seja encarar aquilo que nos permite procurarmos umas às outras quando descobrimos que estamos em situação de violência, que há algo errado e que nos faz mal e desorienta em dada relação, que temos de reconhecer que apanhar, que sermos torturadas e humilhadas deve ser intolerável, que precisamos de ajuda para entender, assimilar e nos reconstruir de um modo novo. Quando fazemos um apelo, esperamos resposta, procuramos por ela e ela só pode ser oferecida pelo Outro. Butler conjectura sobre experiência de perda que “talvez, quando passamos pelo que passamos, algo sobre o que somos é revelado, algo que delinea os laços que mantemos com os outros, que nos mostra que esses laços constituem o que somos; laços e elos que nos compõem” (BUTLER, 2020 p. 42). Solicitamos que haja um futuro em relação a esse Outro, apostamos nas nossas existências, nas próprias persistências em existir e habitar um campo hostil, lutamos por reconhecimento:

Se você me confunde, então você já é parte de mim, e eu não sou nada sem você. Não posso reunir o “nós”, exceto ao encontrar a maneira pela qual estou amarrada a “você”, ao tentar traduzir, e sim ao descobrir que minha própria língua deve partir-se e ceder se eu quiser conhecê-lo. Você é o que ganho com essa desorientação e perda. É assim que o humano passa a existir, repetidas vezes, como aquilo que ainda estamos para conhecer. (BUTLER, 2020, p. 72)

Entendo que importa destacar que este vínculo não é dado, mas emerge quando do acontecimento do reconhecimento, por isso a importância da reconhecibilidade como aquilo que estabelece as condições normativas de possibilidade das relações de reconhecimento nas matrizes de inteligibilidade:

As normas pelas quais busco me tornar reconhecível não são totalmente minhas: elas não nascem comigo; a temporalidade de seu surgimento não coincide com a temporalidade da minha vida. Então, ao viver minha vida como um ser reconhecível, vivo um vetor de temporalidades, uma das quais tem minha morte como término, mas a outra consiste na temporalidade social e histórica das normas pelas quais é estabelecida e mantida minha reconhecibilidade. (BUTLER, 2019, p. 49)

A demanda por reduzir a precariedade induzida politicamente pode ser encenada de forma pública pela exposição de nossas vulnerabilidades. Tento imaginar que formas seriam

possíveis para abrigar uma ética da alteridade nesses moldes. Na minha pesquisa, tento trilhar reflexividades de relações que escolhi expor porque me mobilizam na medida em que não acabam em mim, porque continuam. Enquanto escrevo esse parágrafo, 8 mulheres foram agredidas fisicamente no Brasil²⁸, sem contar as violências psicológicas, patrimoniais, morais, etc. Nas experiências pessoais e acadêmicas de entrevistar homens autores de agressões diversas contra mulheres, ou de interpelar os que já me agrediram, percebi que em suas respostas, quase sempre não há sinal algum de reconhecimento aos danos provocados, é como se não existisse para eles nenhum mal, nenhuma violência e que eles é quem estão sendo injustiçados porque não fizeram “nada”. E esse “nada” é uma ausência, é como se não houvesse dano. Por isso a importância de afirmar e lembrar essas marcas: para que elas existam, para que sejam reconhecidas, consideradas e amparadas pela sociedade e suas instituições.

Foucault (2019) retira da experiência vivida seu caráter de único e original, expondo sua historicidade conectada aos circuitos de poder-saber. A experiência de violência de gênero de uma mulher no interior de sua casa — sendo ignorada pelas autoridades policiais, desacreditada por boa parte dos familiares, constrangida por ferramentas jurídicas que apenas dão um aviso de afastamento ao autor de agressões e entregam essa mulher à sorte de uma vida de temor, perseguição e retaliação, mulher que encontra na persistência em reabitar o mundo sua potência de resistência — é construída socialmente, historicamente, discursivamente, institucionalmente, ou seja, não há nada de exclusivamente pessoal nessa experiência. Conforme Laval, em leitura sobre a ideia de experiência a partir das entrevistas dadas por Foucault entre 1926 e 1984:

[...] a experiência tem duas faces: de um lado, a experiência constituída, aquela que está de algum modo cristalizada nos saberes, nas instituições, nos dispositivos, nas subjetividades, nos territórios e nos espaços; por outro lado, a experiência transgressora, constituinte e dinâmica, que se faz quando confronta o saber, o poder, a norma de uma época, confrontação que é ao mesmo tempo condição de uma transformação. Essa experiência, individual ou coletiva, tem um valor notável porque é a partir dela que se pode dar conta das transformações na ordem do saber, das descontinuidades coletivas ou individuais na sociedade, das rupturas históricas como as mutações subjetivas [...] (LAVAL, 2019, p. 112)

²⁸ Dados do levantamento "Visível e invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil", publicado em 2021 e realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública do Instituto Datafolha, financiado pela Uber Brasil. Disponível em: < <https://forumseguranca.org> > Acesso em 18 nov. 2021.

Eu me vejo nesse ato de descobrir um conhecimento que é amargo na instabilidade e fragmentariedade das linguagens da dor, ela me encontra em suas formas de expressão. Se aquele foi o início de minha abertura às percepções e reflexões sobre os contornos e tonalidades da violência nas experiências ordinárias, continua sendo um percurso de aprendizados e questionamentos que têm me alicerçado numa postura de enfrentamento contra as violações que se dão pela ordem do gênero contra nós mulheres. Os testemunhos nas mídias sociais da violência costumam uma série de falas de violência sofridas por mulheres no âmbito conjugal, que muitas vezes não são lidas como agressões como coerções, humilhações, torturas e outras formas insidiosas de violência.

No fragmento de um relato de violência abaixo, vemos um exemplo de um comportamento agressivo que temos dificuldade de ler como abusivo se não estivermos com nossa autoestima e senso de limites bem estabelecidos. O autor de agressão arremessa o próprio celular na parede depois de acusar a companheira de estar tentando bisbilhotar o conteúdo do que ele estava fazendo no dispositivo. Não bastasse a acusação, o comportamento violento de atirar o objeto na parede, ainda há a culpabilização da vítima como se ela tivesse provocado a atitude violenta do ex e tivesse de a obrigação de repor o celular que ele mesmo quebrou. Além da violência causada pelo terror da situação, ainda há a depreciacação, imputação de culpa e humilhação da mulher vitimada por esse ex. É um exemplo de como os sentimentos e afetos são manipulados na relação de abuso para desorientar, desqualificar e prender a mulher que acredita viver uma relação de “amor” que ela tem de sustentar a qualquer custo.

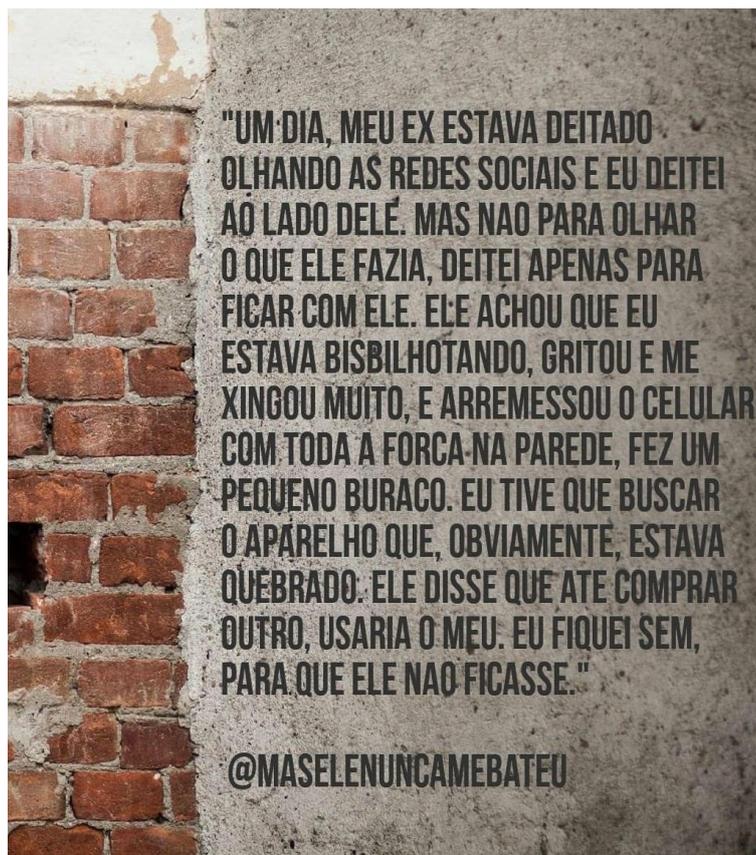


Figura 6. Print do perfil @maseleuncamebateu na rede social Instagram. Acesso em 24 fev. 2021

Conforme Jean-Luc Moriceau, nossa comunicação se realiza através dos afetos e sobre um fundo de afetos” (MORICEAU, 2020, p. 23). Esse é o “lugar” que me envolve e me dissolve, é o que mobiliza a escolha da pesquisadora que, não podendo se afastar daquilo que a faz impotente, tomada e tocada, encontra na pesquisa afetiva, a chance de uma caminhada ética, estética e política. Nessas conversações, encontro um espaço de contato com a Outra num dado circuito comunicativo-afetivo mais amplo que acolhe e tensiona a experiência dos sujeitos envolvidos pela situação de vulnerabilidade que os envolve, conecta, estranha e mobiliza. As vítimas fazem do testemunho seu lugar de afirmação como sujeito. Muitos dos depoimentos que tive contato trazem expressões de desamparo, esgotamento e impotência.

No fragmento de testemunho abaixo, vejo uma situação que vivi repetida vezes em níveis de destruição variados: eu já estive muda, congelada de medo no meio de um quarto que foi todo abaixo, portas quebradas no muro, objetos empurrados com força no chão, celular arremessado longe e o meu ex-namorado armado me xingando e dizendo que eu o tirava sério. Depois da cena violenta, ele dizia que a arma era para se proteger da possibilidade de um bandido entrar em casa, que não estava bravo comigo, mas que eu deveria ajudá-lo quando ele

estivesse nervoso e que tudo o que ele fazia era por se preocupar comigo, algo bem parecido com o que a moça conta no relato abaixo.

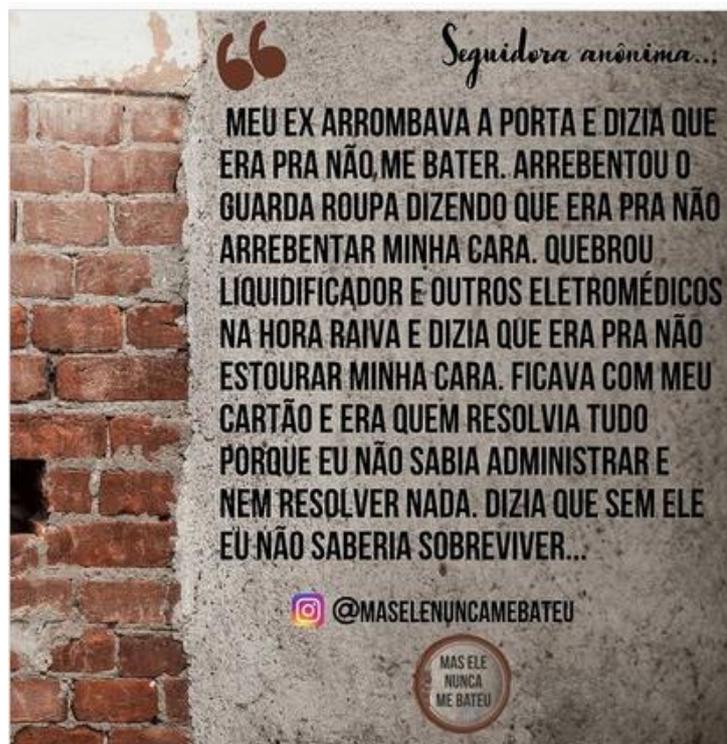


Figura 7. Print do perfil @maselenuncamebateu na rede social Instagram. Acesso em 06 dez. 2021.

A subjetividade socializada reconhece e nomeia mal estares comuns, feridas e vulnerabilidades atribuídas confrontando suas estruturas de gênese e manutenção, dá a ver contornos narrativos, simbólicos e sociais da tessitura imprecisa e confusa da violência contra mulheres. Me questiono sobre como as práticas de apagamento da vulnerabilidade podem moldar o entendimento de dignidade de existência. Não existe uma identidade universal do ser mulher. Se os discursos patriarcais no contexto de violência contra as mulheres são capazes de desumaniza-las, qual seria a relação entre esses discursos e os processos de humanização e desumanização no cotidiano das relações? Essa é uma abertura de reflexão que emerge como necessária, mas neste momento da pesquisa, falta clarificar melhor sobre como a vulnerabilidade e os testemunhos de sofrimento podem ser práticas de cuidado e resistência na potencialização da sobrevivência. É a discussão que se seguirá no próximo capítulo densificando os estudos para minha pesquisa.

6. A LÓGICA DO ABSURDO

“Do rio que tudo arrasta se diz que é violento.
Ninguém diz violentas às margens que o cerceiam.”

(Bertold Brecht)

6.1 Contornos de gênero na violência contra a mulher

A violência contra a mulher não é um problema de fácil solução como algumas mídias populares insistem em dizer – de modo descuidado e até revitimizador da mulher – que “tem que denunciar”, “basta denunciar” (FILIPPO; BORGES; FILHO, 2020). Uma visão maniqueísta pode fisgar temporariamente nosso olhar para uma certa simplicidade de se “resolver” a questão da violência de gênero e nos direcionar para um entendimento de luta do bem contra o mal, onde autoridades policiais e judiciárias serão nossos velozes salvadores. Na prática, não é bem isso o que acontece e o simples ato de denunciar não vai dar fim a um fenômeno tão problemático, transversal e enraizado. Conforme Pasinato (2015), “ainda persiste uma grande lacuna entre os direitos formais e os direitos de fato, excluindo da cidadania largas parcelas da população feminina” (PASINATO, 2015, p. 408) e, conforme Andrade (2014), sobre o sistema de justiça brasileiro na condução de crimes de violência doméstica e sexual contra mulheres:

Em nível micro, a proteção é da moral sexual dominante e da família (unidade familiar e sucessória segundo o modelo de família patriarcal/capitalista monogâmica, heterossexual, destinada à procriação ‘legítima’, etc), ainda que este modelo esteja passando por profundas transformações culturais e jurídicas. Em nível macro, a função real do sistema é manter estruturas, instituições e simbolismos, razão pela qual, repito, não pode ser um aliado no fortalecimento da autonomia feminina. (ANDRADE, 2014, p. 155-156)

Devo lembrar que no Brasil, até bem pouco tempo atrás, especialmente sob a lógica patriarcal coronelista, xingar, bater e humilhar uma mulher era visto como o comportamento natural dos homens para “colocar a mulher em seu lugar”. Um exemplo marcante dessa lógica do cabresto com as mulheres e outros sujeitos retirados de sua dignidade de existência como homossexuais e pessoas com deficiência e transtornos psiquiátricos, foi o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, em Minas Gerais. Conhecido como Colônia, o local foi palco de um massacre sistemático de seus internos durante o século XX, o que a autora Daniela Arbex (2013) chama de holocausto brasileiro. No local, os pacientes mal tinham alimentação, comiam

ratos e insetos, bebiam água do esgoto, não tinham roupas, perdiam suas identidades, eram constantemente espancados e abusados sexualmente; pelo menos 60 mil pessoas morreram ali (ARBEX, 2013). No Colônia, eram milhares de mulheres internadas porque se rebelavam ou se tornavam incômodas para homens poderosos: meninas grávidas abusadas por seus patrões, esposas indesejadas que eram internadas para seus maridos ficarem livremente com suas amantes, filhas de fazendeiros que perderam virgindade antes do casamento ou que se recusavam a se casar com o indicado por ele. Eu me lembro da frase que uma familiar me repassou sobre um agressor contando sobre minha fuga de seus maltratos; segundo ela, ele dizia que eu era a bezerra e a mulher que me deu guarita para fugir de seus abusos, era a vaca brava e que nós iríamos voltar para o mangueiro – que nada mais é que um local pequeno para prender animais próximo à sede da fazenda. Conforme, Miller (1999), historicamente, para a mulher era imposto um lugar de submissão e docilidade parecido com o de um objeto que se possui e que deve unicamente cumprir sua função, devendo ser consertado ou jogado fora quando não funciona mais da forma adequada.

O reconhecimento social da violência contra a mulher no Brasil é recente, as discussões que foram iniciadas pelos movimentos feministas aqui sobre o fenômeno têm cerca de 40 anos (GREGORI, 2006). Além disso, o problema enfrenta controvérsias quanto à conceitualização mesmo entre os atores institucionais:

Não há consenso entre os vários atores do campo (inclusive, entre os estudiosos) do fenômeno que se está enfrentando: ora qualifica-se como violência contra a mulher, ora como violência doméstica, alguns momentos como violência familiar, outro momento, o mais recente, como violência de gênero. Cada uma dessas expressões traz um significado diferente, correspondendo a comportamentos, relações sociais com dinâmicas e envolvidos distintos. (GREGORI, 2006, p. 62)

Gregori (2006) faz um apanhado histórico da implementação de políticas públicas direcionadas ao enfrentamento da violência contra a mulher e explica que, na década de 80, apesar da criação das primeiras Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) terem sido feitas em resposta às demandas feministas de proteção à mulher frente a violência machista, o conceito de gênero ainda não era discutido. Mesmo hoje, no cotidiano policial e jurídico, os conceitos de violência infringidas por homens contra mulheres bem como sua relação com o gênero ainda não são unânimes, “existe uma representação majoritariamente difundida, inclusive, pela cultura jurídica de que o serviço policial deve ter uma conotação universalista” (GREGORI, 2006, p. 63). Além disso, como veremos mais adiante, o machismo está impregnado nas leituras e condutas sociais, inclusive na dos agentes da lei e isso influencia diretamente no entendimento

do que é ou não violência, no que é criminalizável atrelado aos papéis sociais esperados por homens e mulheres.

Eu acredito que, para o meu trabalho, assentar as conversações sobre as violências vividas no espectro ampliado da violência de gênero, dando a especificidade ao contexto de proximidade entre homem e mulher conforme o entendimento individual de suas próprias performatividades de gênero, faz mais sentido, uma vez que integra as relações de gênero e poder com os vínculos e conflitos afetivos no cotidiano das relações e das instituições envolvidas. A Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, o mais notável aparato legal brasileiro de enfrentamento da violência contra as mulheres no país, traz uma definição abrangente de violência, chamando a atenção para a complexidade de ações e intervenções necessárias contra a violência baseada no gênero feminino.

[...] a ampliação da definição de violência para abarcar a violência física, sexual, psicológica, patrimonial e moral (artigo 7º), pois cada uma dessas categorias abrange um conjunto igualmente amplo de comportamentos e ações que vão além do que se encontra previsto no Código Penal, alertando para a complexidade da violência baseada no gênero. Outra importante inovação da Lei é a conjugação de ações de proteção, punição e prevenção que devem ser aplicadas de forma articulada, equilibrada e compatível com os recursos necessários para que as mulheres possam superar e sair da situação de violência em que se encontram. (PASINATO, 2015, p. 534)

Salienta-se que o entendimento de que a violência contra a mulher deve abarcar todo tipo de agressão às pessoas que se identificam com o gênero feminino (como trans e travestis) foi referendada por unanimidade pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em abril de 2022, após decisões em tribunais de primeira instância que não contemplavam essas mulheres. A decisão do STJ contribui para reafirmarmos a violência em razão do gênero como reflexo de uma cultura patriarcal e de ódio e menosprezo ao feminino.

Acho que vale aqui, abrir um espaço para um breve retorno às discussões sobre gênero. Conforme Miguel (2021) o conceito de gênero passa atualmente por uma série de ataques no Brasil, promovidos por um extrema direita que constrói o mito de uma suposta “ideologia de gênero”, a partir de uma ideia de que seria possível obrigar as pessoas a se tornarem gays, lésbicas, travestis e etc. Mas afinal, o que seria então esse conceito de gênero tão atacado por alguns segmentos sociais? Para pensar gênero, devemos olhar para a construção social de distinções entre o que entendemos por homem e mulher. Nós aprendemos sobre essas distinções desde que nascemos a partir das outras pessoas, o que faz parecer que todos os códigos sobre o que é feminino e masculino em correspondência aos corpos lidos como de homem e de mulher sempre foram assim e que só existe essa possibilidade. Mas existem muitas possibilidades de a

peessoa entender a si mesma, estar confortável com um ou outro código e viver sua vida. Então, o gênero diz desses códigos sociais, das novas possibilidades construídas e/ou desconstruídas a partir dessas combinações e diz também de como as pessoas vão se mostrando, se montando ao longo do tempo a partir de como se sentem melhor:

O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero. Essa formulação tira a concepção do gênero do solo de um modelo substancial da identidade, deslocando-a para um outro que requer concebê-lo como uma temporalidade social constituída. (BUTLER, 2017, p. 242)

O conceito de gênero fala dos recursos para darmos forma e cor à nossa existência e aos nossos desejos. Acho triste perceber que o que é relativo à mulher é tão subalternizado e o que se mostra numa combinação diferente é tão atacado na maioria das ordens de gênero no mundo (CONNELL e PEARSE, 2015; BUTLER, 2017; LEAL, CARVALHO e ANTUNES, 2020). Conforme Connell e Pearse (2015), ainda que enfrentem tensões, disputas e irregularidades, as relações entre homens e mulheres são configuradas conforme uma estrutura de dominação que sustenta os privilégios de poder masculinos:

[...] a maior parte das ordens de gênero ao redor do mundo privilegia os homens e confere desvantagens às mulheres. Por outro lado, os pormenores disso não são tão simples. Há diferentes formas diferentes de privilégios, e a balança da desigualdade de gênero varia de lugar para lugar. (CONNELL, PEARSE, 2015, p. 26).

Segundo Connell e Messerschmidt (2013), no começo da década de 80, o movimento feminista trouxe a discussão de que a dominação dos homens sobre as mulheres era sustentada por formas de exercer a masculinidade de forma a subordinar as mulheres e os homens menos viris. Essa masculinidade dominante foi definida como masculinidade hegemônica e exigiria dos homens uma execução que possibilitasse a subordinação das mulheres inclusive por meios violentos. Parte dos estudos feministas relacionam o conceito de patriarcado ao de masculinidade hegemônica que estariam conectados pelo discurso de atribuição de privilégios aos homens. Costa (2002) define o patriarcado como “uma ordem de gênero específica na qual a masculinidade hegemônica define a inferioridade do feminino e das masculinidades subordinadas” (COSTA, 2002, p. 216). Para a autora, esse tipo de masculinidade baseada em controle e poder possivelmente não era praticável em completude para a maioria dos homens, mas era um objetivo a ser perseguido para a grande maioria deles. A violência de gênero atravessa as várias camadas do tecido social, se efetivando de múltiplas formas como

discriminações, ataques à moral do sujeito, humilhações, controle financeiro, agressões físicas e psicológicas, manipulações, controle da vida da pessoa, isolamento social, entre outros:

[...] a violência de gênero diz respeito a qualquer tipo de violência (física, social ou simbólica) que tenha por base a organização social dos sexos e que seja perpetrada contra indivíduos especificamente em virtude do seu sexo, identidade de gênero ou orientação sexual. Dentro dessa perspectiva, a violência de gênero pode atingir tanto homens quanto mulheres, como se verifica no caso da violência contra homossexuais e transsexuais, vítimas constantes de todo tipo de agressão. Entretanto, histórica e numericamente, é a violência masculina contra mulheres e, em especial, a violência doméstica, que tem se constituído como fenômenos de maior destaque, vez que não se manifesta apenas como fenômeno estruturado pela organização social de gênero nas sociedades contemporâneas, mas também como fator estruturante dessas sociedades. (SARDENBERG; TAVARES, 2016, p. 11)

Não tenho como fugir das memórias traumáticas de subjugo e dominação das figuras masculinas da minha vida e que retornam a minha pele. Quando pequena eu respirava o mínimo que podia para não ser notada, mas sempre tinha algo a ser feito e eu nunca acertava. Era xingada de burra e inútil por levar uma ferramenta errada que eu não sabia o que era, mas quando eu perguntava, recebia gritos também perguntando se eu era um jumento ou mula enquanto ele se levantava me arrastando com força para “esfregar na minha cara para ver se eu aprendo”. Depois eu tinha que catar tudo o que ele tinha jogado no chão com raiva.

Eu me lembro das explosões se eu demorasse para voltar com o que o que ele havia me mandado buscar. Mas eu sempre corria pra chegar rápido e quanto mais eu corria, chegando suada e ofegante, mais eu era atacada por ser lerda. E se deixasse cair o que fosse, além da explosão com golpes sobre os objetos que estavam na sua mão e os muitos palavrões, eu era humilhada por dias seguidos, até ser surpreendida por um afago inesperado que me deixava tonta e confusa. Não tenho dúvidas de que a palavra que eu mais ouvi naquela época foi “desgraça” sempre esgoelada aos berros.

Eu me lembro de aproveitar para brincar nos momentos em que ele não estava e quando recebia o aviso das pessoas de que ele estava voltando, eu desligava o som, guardava os brinquedos e paralisava. Eram duas ambiências, a quando ele estava e tínhamos de pisar em ovos sem saber qual seria a próxima explosão e a quando ele não estava que era quando podíamos existir. Tínhamos de adivinhar que roupa seria tolerada, às vezes tínhamos de tirar uma roupa colorida porque estávamos vestidas “feito umas palhaças”, outras tínhamos de tirar alguma blusa que não fosse grande e folgada o suficiente. Muitas vezes, sem nenhuma justificativa, escutávamos sob berros: “vai tirar essa blusa agora ou eu te quebro no macete”. Eu aprendi a ser extremante quieta, obediente e servil, mas nada era suficiente para aplacar o comportamento hostil e aterrorizante daquele homem. De modo semelhante, nada era suficiente

para servir e atender uma outra figura masculina, essa já na minha vida adulta e que foi meu namorado. Eu era xingada aos berros da mesma forma por absolutamente tudo o que acontecia de errado. Já chegou ao cúmulo de o carro desse namorado quebrar inesperadamente com ele dirigindo e ser culpa minha por não o ter impedido de sair. Foram tantas as humilhações e explosões por absolutamente qualquer coisa que eu aprendi a automaticamente me antecipar e pedir desculpas por tudo. Hoje, eu percebo o quanto eu tinha perdido o senso de respeito e de valor por mim mesma.

Como no recorte abaixo, publicado pelo @maselenuncamebateu, as administradoras da página apresentam um trecho de depoimento recebido em que a mulher conta que, diante dos vários abusos que sofria e das falas do seu ex dizendo que ela devia agradecer por não apanhar dele, ela começou a achar que merecia ser alvo de violência física porque acreditava que realmente tudo era culpa dela. Esse sentimento de falha com quem amamos... Eu não posso precisar quantas de nós que sofremos violência se sente culpada pelo que vive, mas em mais de dois anos de pesquisa e além dos anos anteriores em que eu lia muitos relatos para me ajudar a sair do relacionamento com um namorado abusivo, eu li inúmeros desabafos em que mulheres contavam ou deixavam entrever que sentiam que mereciam os castigos, retaliações e até espancamentos.

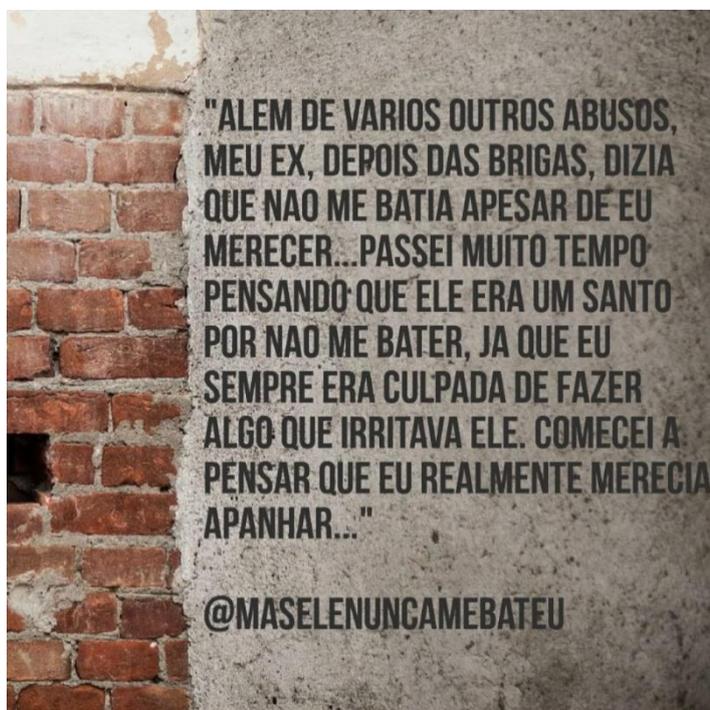


Figura 8. Print do perfil @maselenuncamebateu na rede social Instagram. Acesso em 19 de janeiro de 2021.

Miller (1999) explica que as mulheres que chegam a solicitar ordem de proteção contra as surras recebidas, possuem um longo e doloroso histórico de abuso não-físico que começou com invalidações sutis e aumentaram o grau de violência simbólica e psicológica progressivamente até chegar num complexo de violências, incluindo a física.

Com muita frequência, como conselheira e assistente da Vara da Família, mostro essa lista para as mulheres que solicitam proteção contra homens que as agrediram fisicamente. Ao lerem a lista ficam estarecidas, concordando com um movimento de cabeça. “Ele tem feito essas coisas todos esses anos, elas dizem, “mas eu nunca soube o que era violência até ele me bater”. [...] O abuso nunca – e eu digo *nunca* totalmente consciente de suas armadilhas – desaparece de modo espontâneo e aumenta progressivamente. Os insultos transformam-se em humilhação pública, isolamento e, finalmente, em ameaças e, nesse ponto, uma união pode continuar até que a morte os separe; por outro lado, as ameaças podem tornar-se a realidade de surras e homicídio. (MILLER, 1999, p. 22)

Para mim, o pior de conviver com homens assim quer sejam familiares ou parceiros é que sempre há migalhas de afeto pelas quais eles nos acusam de ser nossa obrigação sermos gratas. É uma fruta que é colhida e presenteada especialmente para você, é um sapato dado para você usar para ele. E eu me lembro de, após muitos anos de abuso familiar e depois conjugal, me sentir duplamente culpada por não ficar feliz nesses momentos. Entendo que não vamos identificar esses homens nas fotos e narrativas de feminicídios nos jornais porque lá estará apenas o último degrau da violência, a morte ou alguns casos de violência extrema que calhou de serem denunciadas à polícia. Não estará nas páginas dos jornais, o homem que é encantador em espaços públicos, socialmente agradável, sempre com a narrativa de bom marido, bom pai, irmão cuidadoso, chefe exemplar, mas que em casa, instaura uma escalada de violências dia após dia. Os dois homens agressores na minha vida eram figuras carismáticas, políticas, sempre com tapinhas nas costas e muitos elogios e favores prestados às pessoas de fora do convívio diário. No entanto, no cotidiano era como estar vendada numa montanha-russa, não sabia mais o que esperar deles, se humilhação, se explosão, se manifestação de afeto, se chantagem, se proibições, se objetos atirados contra a parede.

Com o meu ex-namorado, às vezes, depois dele jogar o celular na parede, socar móveis, jogar tudo no chão por algum motivo pequeno como “não gostei como fulano te olhou”, ele me chamava para jantar num lugar elegante. Ao menos ali, eu deveria me alegrar, eu pensava. E novamente, uma outra crise de ciúmes, acusações de estar olhando para alguém, e mesmo me virando para a parede, de estar olhando através do reflexo, e novamente mais uma noite acabando mal porque ‘eu não conseguia fazê-lo confiar em mim’. Eu me sentia esgarçando minha existência cada dia mais, tão confusa com tudo que não aguentava mais tentar dialogar,

que não tinha mais forças para discutir aqueles comportamentos nos momentos em que ele estava mais calmo. Eu não entendia que tudo isso era violência ou subjugação e que se dava, em boa parte, porque eles se sentiam no direito de agir dessa forma por serem homens. Apesar de, internamente, minha mente corpo e alma repelirem todo aquele controle e todas aquelas agressões, eu também achava que o problema era meu de não funcionar no que eu achava que era lógica do mundo e das relações, ou seja, a lógica de amparar os homens não importando como e a que preço. E mais, eu me sentia um lixo por desejar que eles desaparecessem da minha vida. Eu achava que o meu papel era estar ali e que eles sabiam o que era melhor pra mim, eu é que falhava quando os deixava nervosos ao não conseguir atender o que eles queriam, então eu não era boa por desejar distância deles. Era muito conflituoso se sentir cotidianamente violada e por isso desejar outra vida, mas também achar que era o meu papel estar do lado desses homens, que eu tinha de apoiá-los.

Quando olho para os testemunhos que mulheres dão nos grupos do Facebook sobre violência e abuso, é como se eu reconhecesse as formas que a violência coloca seus braços, apesar de serem inúmeros contextos e agrupamentos familiares, é como reconhecer um veneno. O sentimento de culpa feminino aparece em muitas dos fragmentos narrativos que tive contato. Na fala abaixo de um grupo no Facebook sobre relacionamentos tóxicos, a mulher conta de uma ameaça à mão armada pelo próprio ex-companheiro, pai de sua filha e coloca o impacto da possível penalização do mesmo com a restrição à guarda da filha como uma preocupação dela, onde se vê o contorno de um sentimento de culpa. Ela relata inclusive a artimanha do pai da criança que diz que a sua atitude de se proteger vai prejudicar a filha. Se fosse um sujeito desconhecido apontando uma arma para três pessoas indefesas, ninguém teria dúvidas de que esse sujeito deve ser punido porque essa é uma conduta intolerável. Mas se é alguém com vínculos afetivos, nos culpamos. A situação é toda mais complexa e difícil, além do envoltório da violência sempre cravejar na mulher insígnias de condenação, culpa e castigo, de modo que a mulher é continuamente responsabilizada pelos danos que o homem a causou naquela relação.

O pai da minha filha tentou me apontou uma arma frente dela e da minha mãe, isso faz 5 meses, ele não paga pensão e é advogado. Ela está fazendo tratamento psicológico. A questão é que apesar de tudo ela gosta dele. Estou querendo a guarda unilateral. Em termos de sentimento, considero o dela. Se eu ganhar a guarda unilateral, a convivência dos dois irá diminuir, ele me disse que vou prejudica-la. O que faço? Eu não quero ser a mãe narcisista, mas não quero ser a mãe omissa.

Figura 9. Montagem de fala recolhida em grupo do Facebook em imagem criada pela autora.

Não é uma operação mental e emocional corriqueira e descomplicada perceber alguém em quem investimos amor e cuidado como agressor. Até bem pouco tempo atrás – cerca de dois anos para um familiar e cinco para um ex-namorado – eu não os considerava agressores e olhando para o passado, eu entendo que a palavra agressor tem um peso muito grande porque retira a referência que a pessoa do afeto tinha, de no máximo ser muito ignorante ou muito nervosa, para uma referência criminal que pode gerar ainda mais culpa para muitas das mulheres que os acusam. Nas relações de amizade e trabalho, existe uma expectativa de que haja limites melhor estabelecidos, o que não impede que existam casos de violência nessas situações. Mas, considerando que o que mais apareceu nos relatos que li foram abusos conjugais e familiares, esses acabaram tendo mais enfoque nessa pesquisa. Valerá numa outra produção bibliográfica, explorar esses casos que aparecem em pequena quantidade, mas que também são relevantes.

Retornando às situações de proximidade que mais apareceram no contexto desta pesquisa, importante atentar que, socialmente, considerar alguém da própria família como caso de polícia ainda é tido como um absurdo, como impróprio porque a violência contra a mulher ainda é vista como roupa suja a se lavar em casa (LEAL, CARVALHO, ANTUNES, 2020), como algo interno do circuito familiar ou conjugal. É como se os homens da família não pudessem ser cidadãos que cometem crimes nessas circunstâncias. Quando concordamos com isso, também corroboramos para que esses homens não possam ser punidos pelas agressões cometidas ou indicamos que a violência que sofremos possui um potencial lesivo menor, o que não é verdade. A ideia que parece ser uma pedra basilar é que família, polícia e justiça são instituições que não podem se misturar. Conforme Sardenberg, Tavares e Gomes (2016), os valores patriarcais naturalizam a desigualdade de poder no seio familiar e a questão da violência contra a mulher é vista por muitos tribunais como um problema menor relativo à esfera privada

das famílias. No recorte abaixo, retirado de um grupo sobre violência contra a mulher no Facebook, a moça me pareceu saber que ela viveu uma história conjugal pautada pela violência e que a situação de o ex chegar descontrolado até a casa dela, ameaçá-la e xingá-la no meio da rua é uma situação clara de violência. No entanto, pelo que ela conta, a situação dela foi diminuída pelos policiais que foram até a casa dela e, depois, indo até a delegacia, no local ela é instruída que aquilo não configura uma situação de violência porque o pai está querendo ver o filho, ainda que o combinado tenha sido um local público. Se ele tem um amplo histórico de violências contra ela e agora está descontrolado na porta da casa dela tentando entrar na residência, a xingando e ameaçando no meio da rua, conforme o que ela relata da postura policial, só seria uma agressão se ele a tivesse espancado. No entanto, sabemos que a Lei Maria da Penha é clara ao elencar violências simbólicas, emocionais, psicológicas, materiais, e etc como parte do seu escopo de cobertura. O que me deixa bastante sentida nesse relato é, que além de situações assim se repetirem aos montes, a validação de que o que se está vivendo é intolerável, é violência e de que o Estado deve proteção, desaparece. A moça do relato abaixo, me parece que, praticamente pergunta aos participantes do grupo se ela não está louca, se não está vendo errado o que para ela parece muito claro que é a situação de abuso e agressão simbólico-psicológica em vias de se tornar física.

Vcs já foram vítimas de algo e não sabe se é ou não crime, se vc tá exagerando e a polícia fez o favor de te deixar ainda mais confusa? [...] Ele nunca foi bom pai, bom marido, nada. Usuário de drogas, mente como respira, me estuprou, me roubou, enganou, humilhou, agrediu verbalmente tanto q eu vivo desacreditada de mim mesma. [...] Estava tudo pronto pra ele ver a menina num local público comigo, ele surtou que queria vir pra minha casa, eu disse não, ele baixou aqui e ficou na porta ameaçando chamar a polícia pra me prender. Eu vi que ele tava alterado, me tranquei e não abri. Ele tava insano, eu chamei a pm que chegou depois e não fez o b.o, só falou que se ele voltar, que falasse que eu estava chamando a pm pra ele e que isso ia resolver. Ontem fui na delegacia de crimes contra mulher e fui desacreditada. A policial fez meu B.O, mas já avisou que visita do pai não gera medida protetiva. Eu falei policial, pfvr, vê o contexto ele é um drogado, instável, eu não estava impedido ele de ver a criança, ele surtou pq o que ele quer é se enfiar na minha casa, por isso preciso da protetiva, pra ele ver ela supervisionado e não ter mais acesso a mim [...]. Ela só respondeu que se não houve agressão não há protetiva. Me senti totalmente desacreditada, desolada, ridicularizada, duvidando da minha sanidade, sem rumo.

Figura 10. Montagem de fala recolhida em grupo do Facebook em imagem criada pela autora.

A mulher vítima de violência se vê muitas vezes desamparada e sofrendo os efeitos culturais da culpa imposta a ela por não ficar e aceitar as agressões. Sardenberg, Tavares e Gomes (2016) contam em sua pesquisa sobre violência contra a mulher, o relato de uma moça que teve de enfrentar a relutância de um juiz para emitir a sentença contra seu marido agressor “alegando que costuma emitir sentenças para presos ou bandidos, e não “pessoas de bem” como ela e o companheiro” (SARDENBERG; TAVARES; GOMES, 2016, p. 58). No final, o juiz que não conseguiu persuadir a moça dizendo que o filho do casal ficaria traumatizado, acabou por dar um “prazo de seis meses para que o parceiro mudasse de conduta, proibindo-o de cometer agressões físicas ou verbais no período em questão” (SARDENBERG; TAVARES; GOMES, 2016, p. 58). A vítima ainda comentou com a pesquisadora que apesar da existência da Lei Maria da Penha, o homem pode bater que nada lhe acontece. Nesse relato, além da má vontade dos operadores da lei, coisa que eu também já vivenciei, o que me chama a atenção é o recurso de culpabilização da mulher para ela ser demovida de continuar com o processo.

Quando eu precisei da polícia para fazer um boletim de ocorrência contra um agressor e pedir uma medida protetiva, recebi uma negativa com a justificativa de que o homem em questão era conhecido deles e “gente boa”. Eu implorei para pelo menos ser levada em segurança para sair de casa e o que recebi foi um sonoro não, que era para eu ficar calma e passar outro dia na delegacia caso precisasse, eu só estava ‘nervosa’. Eu contei a amigos advogados a situação de ameaça com arma de fogo, de extorsão, de intimidação, de explosões com xingamentos e humilhações e de perseguição de um familiar e todos foram absolutamente claros a respeito da indubitabilidade do enquadramento em relação ao que eu estava passando na Lei Maria da Penha e que se fosse na capital, apesar da demora para ser atendida nas delegacias da mulher, eu teria uma medida protetiva para resguardar minha integridade. Mas, infelizmente, naquele território eu era apenas uma mulher nervosa que tinha de se acalmar. Nesses momentos, não é difícil começar a achar que se está louca mesmo como a pessoa que te agride vive dizendo. Sem suporte e sendo desconsiderada por quem deveria te socorrer, quer sejam familiares ou polícia, sentir-se perdida e culpada parece o caminho mais lógico para a sua mente. E quando eu olho para o passado, eu me pergunto o que eu poderia ter feito de diferente, permanecer naquela situação de violência por mais tempo, ter a frieza para produzir o máximo de provas, conseguir dinheiro o suficiente para manter um bom advogado pelo prolongado tempo de um ou mais processos. Mas, mesmo tentando pensar em como fazer melhor para ser acreditada e ter direito à proteção prevista em lei, a verdade é há alguns lugares institucionais, familiares e sociais de um modo geral – a depender dos contextos– em que simplesmente não seremos legitimadas e muito menos protegidas. Vivemos essa necessidade de nos provarmos em diversas situações sociais; em muitos momentos, nossa dor diante dos abusos é lida como exagero, manipulação, rebeldia ou qualquer outra coisa que invalide nosso ‘basta’. Durante as entrevistas que realizei em 2016 pelo projeto *Narrativas de um problema cotidiano: a violência de gênero e o testemunho jornalístico*, algumas das entrevistadas relataram que receberam orientações de policiais de, mesmo aterrorizadas e em frangalhos emocional e fisicamente, voltar a convivência com o agressor para produzir provas. Conforme Andrade (2014), a vítima que acessa o sistema legal requerendo uma ação sobre uma conduta definida como crime, (ações que normalmente são de iniciativa privada) acaba ela própria sendo julgada pela razão masculina e patriarcal incutida na Lei, na Polícia e na Justiça. À mulher vítima de violência lhe é incumbida a função de provar-se uma vítima verídica e não simulada.

A propósito, tem sido reiteradamente posto em relevo como as demandas femininas são submetidas a uma intensa “hermenêutica da suspeita”, do constrangimento, da humilhação ao longo do inquérito policial e do processo penal que vasculham a

moralidade da vítima (para ver se é ou não uma vítima apropriada), sua resistência (para ver se é ou não uma vítima inocente), reticente a condenar somente pelo exclusivo testemunho da mulher (dúvidas acerca da sua credibilidade). (ANDRADE, 2014, p. 150)

Na minha experiência, nos relatos lidos e em entrevistas que participei, até a medida protetiva, que é um mecanismo de defesa da vítima para salvaguardar seu direito de não ser mais violentada e afastar o agressor e que ocorre separado de um processo judicial com acusação, é desestimulada algumas vezes, sob argumentos de que não será bom para o cara, de que o homem é um rapaz trabalhador, de que é melhor a mulher se acalmar ou que não cabe medida protetiva porque o operador da lei não lê algumas formas de violência não físicas como tal. A violência contra a mulher é legitimada pela trama simbólica do discurso patriarcal que sustenta as ações e comportamentos de dominação. São práticas que estão tão interiorizadas nas relações familiares, que apenas a morte por feminicídio, ou danos extremos por espancamento é que chocam.

A violência contra as mulheres, apesar dos avanços legais, ainda se encontra circunscrita ao domínio privado e, por isso, é considerada uma questão secundária e sem importância pelos operadores da lei, que menosprezam o trabalho realizado pelas delegadas e juízas que atuam com conflitos domésticos. Embora não desconheçam a necessidade de intervenção pública diante do crescimento do número de mulheres em situação de violência, ainda entendem que o atendimento não requer uma sentença judicial ou penalização, e sim medidas de aconselhamento e conciliação em prol da preservação da instituição familiar, o que se configura como não trabalho, e sim atenção, exercício da escuta e orientação, coisa de mulher e não de homem. (SARDENBERG, TAVARES, GOMES, 2016, p. 62)

A Juíza Rejane Suxberger, em seu livro *Invisíveis Marias*, traz a história de centenas de casos de violência contra a mulher acompanhados por ela durante uma década, a partir de processos no Juizado de Violência Doméstica e aplicação da Lei Maria da Penha. Para Suxberger (2018), os dramas vividos por mulheres em situação de violência são permeados por impotências, culpas, pressões familiares e sociais, em inúmeros casos, por piora nas condições financeiras, situações de pobreza e miséria, recomeços solitários, feminicídios, mesmo com proteção legal. Na prática são poucos os êxitos e muitos os esforços para as sobreviventes de violência, não porque a denúncia não seja parte da solução, mas porque as redes de apoio à mulher (sejam elas legais, familiares, de mercado e etc) ainda são frágeis e falhas; ainda conforme Suxberger (2018), é preciso apontar e mostrar de que forma as redes não se sustentam, como que elas não dão conta dos sentimentos envolvidos nesse problema sendo que eles fazem parte do funcionamento da violência nas relações sociais para encontrar estratégias melhores no enfrentamento da violência:

Ao longo de 10 mil processos examinados durante 10 anos, nunca tive a oportunidade de me deparar com uma vítima inteira. Todas se apresentavam dilaceradas. Não era apenas o físico. A alma dessas mulheres estava mortificada pelo julgamento que faziam de si mesmas. A sociedade se encarregava de desqualificar o resto: a fala, a conduta, a postura. Isso tudo só aconteceu porque não soube ser mulher. Afinal, “Amélia não tinha a menor vaidade. Amélia é que era mulher de verdade”. (SUXBERGER, 2018, p. 94)

Muitas mulheres, e eu já estive nessa posição, estão com a existência tão destruída e desvalorizada na situação de violência em que se encontram que não acreditam serem merecedoras de uma vida livre de abusos, que aquela era a realidade delas e que não deveriam pedir por socorro. Suxberger chama a atenção para os mecanismos de controle, incluído a comunicação, que atentam contra a integridade psíquica, a dignidade de vida e a autoestima da mulher e que aparecem em muitos desabafos ouvidos por ela:

Quando finalmente chegavam ao Judiciário e se sentavam a minha frente, os relatos se transformavam em desabafos de uma vida inteira. Era preciso explicar, justificar e muitas vezes se culpar por terem sido agredidas. [...] A culpa por ter sido vítima, a culpa por ter se deixado enganar, a culpa por ter permitido, a culpa por não ter sido boa o suficiente para aquele homem, a culpa por não ter conseguido manter a família, a culpa por não ter “ajudado” o companheiro, a culpa... sempre a culpa! (SUXBERGER, 2018, p. 88-89)

Uma mulher com um olho roxo sabe que algo lhe aconteceu, mas muitas vezes o abuso emocional é tão complexo e atordoante que se torna difícil lhe dar um nome. Se não é possível identifica-lo com clareza, a pessoa para qual ele é dirigido pode acreditar que está imaginando coisas, exagerando, o autojulgamento é algo bastante forte na vida feminina. Em quantos momentos não nos sentimos culpadas? Mas, olhando com atenção, podemos perceber que boa parte dessa culpa exagerada surge a qualquer sinal de nossa independência, de nos olharmos, agirmos e afirmarmos como sujeitos. Essa culpa impiedosa que sentimos muitas vezes, em grande parte, vem orientada pelos papéis e expectativas frutos da sociedade patriarcal que nos vê como seres menores cuja função é servir e oferecer a qualquer custo um mundo perfeito de cuidado e amor para os outros (hooks,2021). Muitos homens não reconhecem a violência porque têm certeza que têm direito ao controle e ao poder sobre as mulheres da sua área de domínio, como a casa ou o trabalho. Ameaças, humilhação, isolamento, privação, castigos são formas de ‘botá-las no lugar’:

Foi com pesar que também ouvi, por diversas vezes, receitas de feminilidade e masculinidade como “justificativa” para os atos de violência. A mulher apresentada

como coisa, propriedade; a sua fala totalmente desqualificada; do outro lado, o agressor, se mostrava “injustiçado” pela Lei Maria da Penha, pois não era “bandido”. Ao ser indagado, porém, sobre a violência, o agressor respondia: “mas ela é minha mulher...filha...irmã”. (SUXBERGER, 2018, p. 111)

Conforme Suxberger (2018), o agressor nem sempre é o marido, outros homens como pais e filhos também cometiam abusos. Além disso, muitas a família se juntava ao abusador para facilitar seu exercício de controle e violências ou para protegê-lo. Andrade (2014) considera que a intervenção penal no âmbito familiar é, por vezes, ineficaz e que em muitas situações, em vez de proteger a mulher, a coloca numa situação de vulnerabilidade ainda maior. Além disso, a autora aponta que o sistema de justiça se apropria do conflito das vítimas sem realmente oferecer escuta às partes envolvidas, dando soluções burocráticas às sobreviventes de um ordenamento patriarcal que opera silenciando as violências cotidianas que cerceiam a existência digna e livre das mulheres. A violência contra a mulher se operacionaliza como uma forma de poder e domínio masculino, uma violência controladora inclusive do espaço feminino – seja doméstico, no trabalho e demais espaços públicos – sob o comando de um homem apoiado pela cultura patriarcal que, num último sentido, impõe à mulher uma espécie de pena privada quando ela se recusa a seguir a mecânica da subjugação. Para Andrade (2014), a família é a mediadora entre o sistema patriarcal, as demais instituições e o sistema de classes; isso é dizer que o domínio dos modos de entendimento e ordenamento do mundo, da lógica patriarcal que engloba o controle econômico e a exploração como *modus operandi*, coloca a família num modo articulador entre os polos desse processo.

Ora, se a violência é em grande medida doméstica, o sistema, protegendo a unidade familiar e não a violentada, reforça cumplicidade punitiva e o controle patriarcal. Há, portanto, um profundo *continuum* entre o controle familiar e o penal: não existe uma instância que faça a assepsia; todas se contaminam. A tentativa histórica, todavia, frustrada, como vimos, foi da ciência penal. (ANDRADE, 2014, p. 156-157)

Nesse sentido, as instituições, enquanto microssistemas da ordem social vigente, exercem a violência do controle feminino cotidianamente, da mesma forma que exercem outros controles de gênero, de classe, de raça/etnia. Olhando de fora, a ideia de microssistema parece objetual e distante, mas os microssistemas somos nós, nossos pais, irmãos, avós chefes, colegas de trabalho, de faculdade, da comunidade, funcionários do órgão público que nos serve, todos em relação movimentando crenças, afetos, formas de ver e agir, orientando valores, percepções, avaliações do mundo e formas de viver. Para Andrade (2014), a violência contra a mulher estaria entranhada nas instituições como forma de controle. Em relação ao poder punitivo do Estado, este estaria conectado ao poder punitivo patriarcal, logo, ao homem em sua casa, em

seus espaços de modo que a mulher que busca punição legal contra o seu agressor, estaria sujeita também a uma pena privada quando sai da prisão do relacionamento violento para uma pena privada de quem quase sempre, perde a liberdade de ir e vir, tem de se mudar, recomeçar só num lugar distante ou estar sujeita Isso, quando o que ocorre não é a impunidade, que a autora percebe como a solidariedade masculina reafirmando o continuum desses controles (ANDRADE, 2014). Então, a pena que deveria simbolizar e materializar a posição do Estado de proteger a vítima de violência, não acontece:

A violência aparece como o elemento masculino comum, presente no poder punitivo do Estado sob a forma de pena pública e no poder punitivo da família (pais, padrastos, maridos, companheiros, etc) sob a forma de pena privada, e age nas duas esferas como a última garantia de controle, embora o estilo dos dois sistemas seja diferente. (ANDRADE, 2014, p. 154)

Nessa seara, não há respostas prontas ou modelos, existem afetos nesses ‘microssistemas’, porque englobam relações entre, pais e filhos, cônjuges e companheiros, então o problema, a questão está envolta em sentimentos e histórias de vida. É importante perceber que as variações do entendimento sobre o que são manifestações de violência e, portanto, crimes, é algo que tem implicação direta na atuação dos envolvidos em situações de abuso. Mas, de dentro, na vida da mulher em situação de abuso, como perceber a violência, como nomeá-la se está tão entramada nas múltiplas dimensões da vida e se pode começar de modo tão sutil?

6.2 Enxergar a violência

Violência foi um conceito que surgiu e fez sentido na minha biografia só após a vida adulta e, ainda assim, só depois de muitos anos de estudo e pesquisa, sendo eles primeiramente informalmente em grupos de mulheres e blogs sobre parceiros abusivos e depois, formalmente através da faculdade e do mestrado, conhecendo um panorama mais amplo de violência e de sua presença capilarizada por entre os vários círculos relacionais e instituições que ela atravessa. Assim como a maioria das mulheres com quem tive contato e que sofreram violência de homens próximos, eu levei bastante tempo até entender e assimilar que o nome que se dava às humilhações, gritos, explosões, chantagens e manipulações que eu sofria era violência. Mesmo as formas mais graves de agressões que vivi como torturas físicas e ameaças de morte eram como momentos ruins que faziam parte da relação, que eu deveria superar porque era um familiar ou porque era meu namorado. Era viver numa espécie de negação coletiva de que tudo

aquilo era intolerável. Sempre que eu sentia aversão àquele cotidiano, eu pensava comigo mesma, ‘Eu devo ser uma péssima pessoa por sentir o que sinto’; chorei inúmeras vezes desconsoladamente procurando o que havia de errado em mim que me sentia completamente infeliz e machucada naquele meio.

Não deixei de pensar na fala de uma mulher que conta de forma indignada, que sua genitora consegue enxergar o absurdo da violência em outras situações longe de casa, mas trata a violência do pai contra a filha e contra ela mesma, a esposa, como algo compreensível. Me comove essa parte do relato abaixo em que a mulher se ressentia com a mãe que se calou quanto aos abusos na própria casa, manteve o casamento apesar de seu pedido de socorro numa situação de intensa agressão e deu desculpas e soluções paliativas como colocar a filha no psicólogo para que ela melhorasse e tolerasse o pai violento.

[...]Quantas vezes fui colocada em psicólogos pra que eles "me consertassem" e assim eu aguentaria as sessões de espancamento sem ficar remoendo depois. Ela tinha desculpas pra tudo. Devíamos ser mais compreensivas, meu pai estava cansado. Não podíamos nos virar contra ele, ele só reproduzia o que viveu na infância. "Ele ama muito vocês, só não sabe expressar". Ou então todas as vezes que com marcas roxas pelo corpo todo, roupas rasgadas e sujas de vômito e lágrimas pedi pra pelo amor de Deus ela mandar ele embora e ela ficou em silêncio? [...]

Figura 11. Montagem de fala recolhida em grupo do Facebook em imagem criada pela autora.

Eu também já me fiz perguntas semelhantes e já questionei familiares que acolhiam e naturalizavam a violência perpetrada por alguns homens do nosso convívio doméstico. As respostas que eu recebia também eram de tolerância seja por justificativas religiosas como “Deus vai fazer com que ele mude” ou “Deus não dá cruz que não possamos carregar”, seja por justificativas amorosas como “o nosso amor vai curá-lo” ou “para quem ama e tem fé não há nada impossível”. Mesmo entre quem reconhecia todo o abuso, as palavras eram de, no máximo, resignação como “o jeito é aguentar e viver com isso aí” ou “e o que é que a gente pode fazer?”. Muitas vezes eu me senti e esse sentimento misto de indignação, raiva, desamparo e impotência só achou um lugar de respiro quando comecei a investigar a fundo a

complexidade das situações de violência contra a mulher e comecei a me abrir para as histórias da vida das pessoas envolvidas nos contextos de violência. Continua doendo não ter o apoio irrestrito de todas as pessoas que amo contra quem perpetra maldades e violências contra nós. E eu sei que essas afetações, assim como as da moça mencionada, são absolutamente legítimas.

Mas eu também devo me perguntar o que acontece com quem não se vê (ou se nega a ver-se) entramada na situação de violência apesar de todo o mal sofrido. Não posso afirmar o que se passa no coração dessa mãe do relato acima que permaneceu suportando as violências do marido e amparando seus abusos com a filha também sendo maltratada, mas posso adiantar que a teia familiar, institucional, social e cultural envolvidas nas situações de agressões físicas e/ou não físicas praticadas por homens contra mulheres está longe de ser facilmente resolvida ou compreendida.

Eu mesma tive de encarar os múltiplos enredamentos do abuso para aclarar também as minhas frustrações de quem, tanto estive na posição de não conseguir sair da violência, quanto na posição de quem teve de pedir desesperadamente ajuda contra um agressor e se viu lutando por uma solução legal praticamente sozinha, em razão da postura de sempre suavizar as agressões desses homens por parte de algumas pessoas do meu afeto. E, por mais que essas atenuações tenham me doído muito mais do que as agressões que sofri, eu posso me recordar que há poucos anos atrás eu também me esforçava para não ver os abusos e conectá-los a quem os praticava. Era uma negação. De certo modo, eu também encontrava justificativas para não enfrentar a realidade e acreditava que eu é quem deveria ser paciente uma vez que ‘ele estava estressado’. Era como se o agressor fosse uma bomba prestes a explodir e, cujas condições de equilíbrio, era eu quem tinha que proporcionar. Historicamente, a agressividade do homem é construída como algo desejável à uma masculinidade viril e algo que, nós mulheres, doce e pacientemente, devemos cuidar e acalmar (COURTINE, 2013).

Quando vivenciamos uma situação de violência, somos pressionadas por uma condição de sobrevivência que extrai o máximo da nossa elasticidade existencial para seguirmos adiante sem nos desintegrarmos. Tenho uma conhecida que, infelizmente, faleceu em razão de um câncer, mas que durante todo o seu tratamento que durou cerca de dois anos, rezava, diariamente e sem falhas, uma oração católica chamada “*Maria passa na frente*”²⁹. Nessas rezas, ela nunca

²⁹ Oração Mencionada: “Maria, passa na frente e vai abrindo estradas, portas e portões, abrindo casas e corações. A Mãe indo à frente, os filhos estão protegidos e seguem teus passos. Ela leva todos os filhos sob sua proteção. Maria, passa na frente e resolve aquilo que somos incapazes de resolver. Mãe, cuida de tudo que não está ao nosso alcance. Tu tens poderes para isso. Vai, Mãe, vai acalmando, serenando e amansando os corações, vai acabando com o ódio, os rancores, mágoas e maldições. Maria, vai terminando com as dificuldades, tristezas e tentações, vai tirando seus filhos das perdições. Maria, passa na frente e cuida de todos os detalhes, cuida, ajuda e protege a todos os seus filhos. Maria Tu és a Mãe também porteira. Vai abrindo o coração das pessoas e as portas nos caminhos.

chegou a pedir pela própria cura, mas todos os dias ela rogava pela cura do marido violento. Estavam casados a mais de 30 anos e, ainda assim, ela acreditava que um milagre aconteceria em algum momento.

Essa é uma parte bastante dura, e necessária na maioria das vezes, para sair de uma situação de abuso: admitir que nada podemos fazer por aquele ser humano que nos machuca tanto e que a saída para a recuperação de nós mesmas é deixá-lo. Admitir a própria impotência já é difícil, admitir a própria impotência junto a uma pessoa que deveríamos amar ou admirar (e geralmente, insistimos muito que nessa tentativa). Mas, são homens que foram construídos de tal modo sob os signos da posse, do controle e do desamor (seja por eles mesmos, seja pelos outros), que a cada tentativa nossa de ‘salvá-los’, acabamos por nos afogar mais. Como Miller (1999) esclarece, a maioria desses homens não consegue sair do seu modo de ação que tem por objetivo de vida, o poder e o controle de suas posses (sejam objetos ou pessoas). Para manter o domínio, se valem de manipulações, torturas físicas e psicológicas, ataques à autoestima de quem é controlado, cerceamento financeiro, etc. Mas eles também se valem de momentos pontuais de bajulação para manter esse mesmo domínio; são momentos que se tornam banquetes para quem está faminto por paz, algum afeto positivo e cuidado:

Eles as manipulam, fazendo-as pensar que são culpadas e, como resultado, elas tentam agradá-las cada vez mais. Durante muito tempo, eles as fazem acreditar que as coisas vão melhorar concedendo-lhes momentos ocasionais de concórdia, mas, depois de algum tempo, deixam apenas a incessante dor da esperança, desculpas e do pensamento mágico: ‘Ele não quis dizer isso...o seu comportamento é apenas uma fase...ele vai mudar’. Ele não pode. Ele precisa de poder e controle. (MILLER, 1999, p. 19)

Miller (1999) traz uma lista com exemplos de comportamentos abusivos que são considerados violência, que eu tomei a liberdade de usar os termos que ouvimos cotidianamente no Brasil e acrescentar mais alguns exemplos com base na minha experiência, sendo eles:

1. Comportamento superprotetor não deixando a mulher realizar tarefas pelo ‘bem’ dela;

Maria, eu te peço, passa na frente e vai conduzindo, levando, ajudando e curando os filhos que precisam de Ti. Ninguém pode dizer que foi decepcionado por Ti, depois de a ter chamado ou invocado. Só tu, com o poder de teu Filho, podes resolver as coisas difíceis e impossíveis. Nossa Senhora, faço esta oração pedindo a sua proteção, rezando um Pai-Nosso e três Ave-Marias. Amém.” Disponível em <<https://formacao.cancaonova.com/espirtualidade/oracao/oracao-maria-passa-na-frente/>>. Acesso em: 12 de agosto de 2022.

2. Dizer insistentemente que diversos familiares ou amigos não são bons para ela ou inventar falas caluniosas atribuídas a essas pessoas com intuito de isolá-la do convívio social
3. Direcionar a mulher para os lugares onde ela pode ou não ir nos horários e momentos que ele indicar;
4. Desfazer de objetos pessoais da mulher sob diversos argumentos como ciúmes ou desvalorizações de seu gosto ou de sua avaliação de utilidade;
5. Obrigar a fazer sexo mesmo quando a mulher está cansada e não está a fim;
6. Mentir sobre situações acontecidas ou inventar dados da realidade fazendo-a duvidar da própria sanidade;
7. Permanecer dias em silêncio como forma de castigo à mulher quando contrariados;
8. Apagamento e exclusão das opiniões e experiências da mulher, negando-lhe os próprios pensamentos e sentimentos;
9. Controle dos gostos pessoais como vestuário e alimentação através de avaliações entre repugnância e valorização da identidade da mulher;
10. Transformar incidentes insignificantes em grandes discussões deixando a mulher em estado de ansiedade com o que pode ou não acontecer;
11. Usar de intimidação ou manipulação para conseguir que as coisas aconteçam a seu modo desconsiderando a mulher e/ou família;
12. Controlar os gastos financeiros da mulher ou coloca-la numa situação em que ela tem de pagar as dívidas dele;
13. Explorar as atividades da mulher para que tudo o que ela faça ou não faça seja voltada para ele e em função dele;
14. Insultá-la ou chama-la de nomes pejorativos, em alguns casos, invalidando a reação da mulher dizendo que era brincadeira depois e que ela exagera;
15. Humilhá-la diante de outras pessoas;
16. Privar a mulher de sono e descanso para ter a sua companhia à disposição à qualquer hora, incluindo a mulher ter de acordar de madrugada para lhe dar café e ficar esperando até tarde da noite para servir a janta e aguardá-lo comer;
17. Manipulá-la e força-la a praticar atos sexuais que não deseja para manter a relação;
18. Ameaçar descontar a raiva e maltratar os filhos, animais de estimação ou outros entes de valor afetivo para a mulher;
19. Esmurrar portas e paredes ou atirar objetos no chão na presença da vítima;

20. Fazer acusações contínuas e inverídicas de infidelidade, as chamadas crises de ciúme;
21. Regular ou impedir o estudo, o trabalho ou atividades como dirigir exercidas pela mulher;
22. Negar o acesso e uso dos bens da mulher ou da família como carro, contas bancárias, cartões de crédito;
23. Impedi-la de visitar familiares, amigos ou de realizar atividades de lazer, de cuidados ou de religião;
24. Vigiar tudo o que a mulher faz ou deixa de fazer, invadir seus e-mails, celular e não deixar que ela tenha conversas sem sua supervisão;
25. Ameaçar prejudicar ou se vingar dela ou de pessoas do afeto da vítima;
26. Empurrá-la, segurá-la, beliscá-la ou puxá-la com força;
27. Gritar e insultá-la aos berros;
28. Atacar animais ou objetos sob a justificativa de não estar batendo na vítima;
29. Ameaçar ferir/matar/acabar com a própria vida e com a vida mulher, filhos e pessoas próximas;
30. Derrubá-la, enforcá-la, cortá-la, atirar líquidos fervendo na mulher;
31. Desculpar-se, prometer melhorar, mas continuar repetidamente praticando as agressões.

Essa é uma lista exemplificativa que, obviamente, não trata de todas as possibilidades de agressões, mas que dá um panorama do que acontece nas relações de abuso. Sabemos que numa escalada de agressões, o último degrau é o feminicídio, mas geralmente, muitas situações de violência, acontecem repetidamente antes disso e, a depender, da nossa fragilidade psicoemocional no momento, da nossa história de vida em relação a abusos ou mesmo da sutileza com que homens violentos e controladores entram na nossa vida, levamos tempo a perceber o absurdo. Segundo Miller (1999), sempre que ela apresenta a lista para as mulheres assistidas ou mesmo quando ela comenta com amigas ou mulheres do seu círculo acadêmico, muitas contam que não viam alguns desses comportamentos listados como violência e algumas até se descobriram em relacionamentos violentos e tóxicos.

Eu conheci uma mulher que teve uma infância repleta de abusos; era obrigada a trabalhar exaustivamente desde os 5 anos, apanhava por tudo, não podia falar, não podia brincar. Contou-me certa vez que apanhou até sangrar por não alcançar o fogão a lenha para fazer o almoço e como chorou muito, enfiaram-lhe o pano de limpar as cinzas pela goela abaixo; teve de engolir

o choro, subir no banquinho que lhe tinham arranjado e continuar o serviço. Ela tinha um irmão que havia perdido o movimento da mão por conta de ter apanhado com um ferro quente. Mas ela falava amorosamente dos pais, ela não os reconhecia como pessoas violentas, mas os reconhecia como família. Essa mesma mulher que viveu um relacionamento violento e abusivo creditava seu insucesso amoroso unicamente aos livros de romance que lia na adolescência, uma coleção chamada *Sabrina*³⁰, em que sempre havia um homem viril e salvador para viver uma história de amor com a protagonista. Eu conheci o marido dela e, dos seus atos covardes e violentos, o que mais me marcava era a tortura aos animais. Sempre que um cachorro entrava em sua propriedade que era aberta, ele atirava, ouvi muitas vezes o cachorro agonizando até morrer. Nesses momentos, ele se irritava ainda mais com o barulho do animal e saía gritando à procura do pobre para terminar de matá-lo. Quando entrava algum boi em sua propriedade, ele o prendia e deixava com fome e sede por mais de semana. Essa conhecida, sua mulher, o avisava que ele poderia ser penalizado por isso e só assim ele soltava a res. Com os próprios animais era pior. Algumas vezes, presenciei surras de chicote a cavalos e vacas que levavam horas, apenas porque o animal se recusou a deixar colocar a ferradura ou porque dava um certo trabalho para tirar leite. Os bichos ficavam sangrando, todos estropiados e o marido dessa conhecida, lembro-me que chagava extremamente alterado e cansado e que não podíamos abrir a boca para falar absolutamente nada. São memórias que não esvanecem nunca. O que me deixa muito sentida é que essa conhecida parecia perceber apenas parte do absurdo, as traições, por exemplo, lhe deixavam muito mais indignadas do que todas as outras violências que ela sofria e eu me pergunto, se a infância numa família disfuncional e abusiva não a deixou ‘acostumada’ a muitas coisas pelas quais ela passava. E me pergunto a mim mesma, sobre minhas vivências familiares de abuso e de tolerância aos abusos, o quanto disso moldou a minha elasticidade aos absurdos e ao intolerável.

São muitas as desculpas que arranjamos para proteger a ilusão de uma relação boa e saudável quando, na verdade, o alicerce dessa relação é o nosso sofrimento, caos e desamparo. Muito dessa persistência na dor vem de aprendizados como os de que família e amor são formas de união que não se podem extinguir. Se a família é uma das mais fortes e complexas instituições que alicerçam a vida na sociedade, não é de se espantar que o abuso encontre suporte quando a violência se encontra emaranhada em suas relações. Conforme Gregori

³⁰ A *Coleção Sabrina* é uma coleção de livros de bolso que reúne romances populares vendidos em banca de jornal, publicados pela Editora Nova Cultural. Fez bastante sucesso no Brasil nas décadas de 70 e 80. São exemplos dos títulos das obras: *O Impossível Adeus*, *Emoção Contida*, *Anel de Ametistas*, *Amantes do Perigo*, *Meu Homem do Caribe*, *Nas Profundezas da Paixão*, etc.

(2006), atacar as causas da violência de gênero é mirar a própria configuração de família jogando luz sobre as desigualdades de poder no seio familiar e suas implicações na vida desse núcleo de proximidades.

Ao longo de mais de dois anos de pesquisa, foram pouquíssimas as situações mencionadas nas mídias sociais da violência que investiguei, que expuseram auxílio e apoio familiar para as vítimas saírem da situação de violência em que se encontravam. Na grande maioria das vezes, o que aparecia era um apaziguamento da situação ou uma crítica às mulheres que estavam em situação de maus tratos. Como no recorte abaixo, uma filha conta em um grupo de apoio sobre familiares abusivos no Facebook, que o ‘PN’ – abreviação para pai narcisista – praticava violências contra ela, a mãe e o irmão, mas que só ela enxergava o abuso, que a mãe e o irmão entendem que aquele é o jeito do pai e que ele tem problemas de saúde mental. Em outro trecho, a filha conta que a mãe e o irmão a pedem para dar apoio e atenção ao pai que está doente e ela explica que não consegue. Nos comentários do grupo no Facebook, as pessoas dizem para ela respeitar os próprios sentimentos e não dar ouvidos às pressões dos familiares.

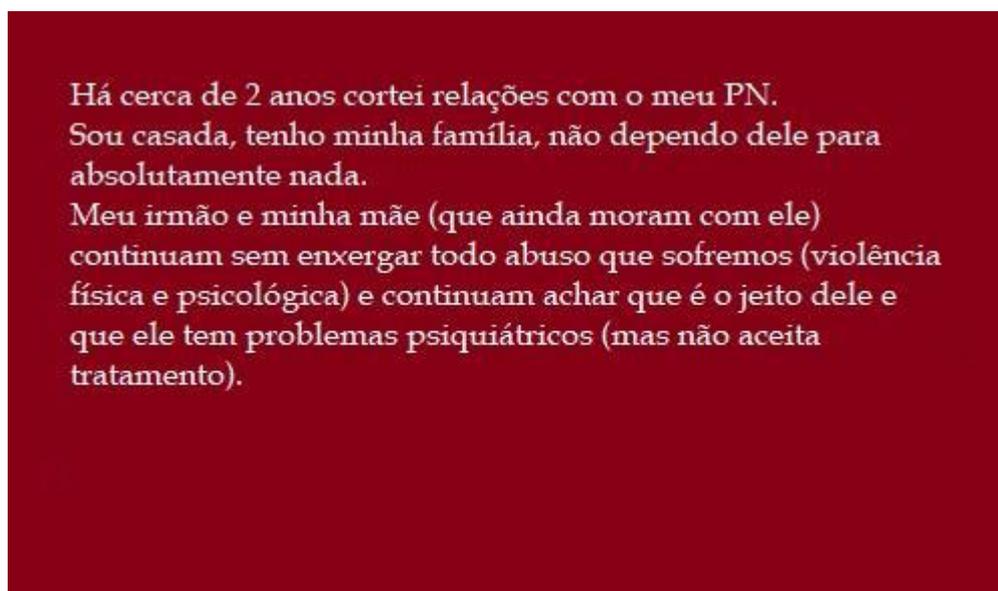


Figura 12. Montagem de fala recolhida em grupo do Facebook em imagem criada pela autora.

Acredito que negar ou diminuir os danos das agressões seja mais fácil porque, se o familiar admitir tudo o que acontece no contexto daquela casa, em toda sua gravidade e inadmissibilidade, ele terá que tomar uma atitude e essa atitude vai exigir uma mudança radical para ele e para toda sua configuração de mundo que começa por essa base que é a da família. Então, para esses familiares, é melhor que quando a mulher diga que não aguenta mais, que o marido passou de todos os limites, que vai se separar, ou, que quando uma filha diga que todo

aquele ciclo de violências é um absurdo e que a família precisa tomar uma atitude, ou talvez, quando uma sobrinha ou uma neta diga que foi abusada por um tio ou um avô, por exemplo, e peça socorro familiar para chamar a polícia e dar um fim àquela situação, então, por vezes, para os familiares é mais fácil que seja mentira ou excesso da vítima. É melhor pedir por mais paciência e tolerância ou até culpar a vítima pelo acontecido do que admitir o absurdo da violência dentro da própria família e ter que dismantelar sua configuração.

Se por um lado, podemos sentir como extremamente injusto e triste e, tornar ainda mais difícil que a mulher encontre respaldo e não sinta louca por denunciar e pedir ajuda, pelo outro, também é uma dor imensa para uma mãe, um pai, para os avós ou mesmo para os filhos, olhar para aquele familiar e destruir a imagem criada e idealizada de alguém a quem se ama associada uma imagem falsa, mas que conforta. Vão dizer que o familiar agressor é um homem trabalhador, que quando não bebe é uma pessoa boa, que é só não o provocar, que é o diabo que atenta, que é problema psiquiátrico, que é em razão de problemas financeiros. Uma série de justificativas que coloca a violência como algo tolerável, justificativas que servem principalmente aos familiares, porque se tudo o que está acontecendo é tolerável ou um dia vai melhorar, significa que eles podem se manter na inércia e não terão de tomar nenhuma atitude. Nós que saímos da violência, também passamos por essa letargia quando estávamos presas ao relacionamento violento. Não existe uma única resposta para esclarecer porque nos apegamos à ideia de um futuro em que possa haver uma transformação completa do sujeito que nos agride. Miller (1999) explica que nos apegamos a uma série de mitos que atribuem a responsabilidade do sujeito a inúmeras fatores externos a ele como álcool, drogas, entidades religiosas, tradições machistas, histórico de abusos na infância e que, embora, todos eles possam fazer parte da base para os comportamentos agressivos, em hipótese alguma, podem justificar ou diminuir a responsabilidade de homens violentos:

O apego ao mito permite que a sociedade, a mulher e o próprio homem o considerem uma vítima e não o perpetrador que ele é. O mito oferece à sociedade e ao homem uma desculpa para os abusos, absolvendo-o e proporcionando à mulher um motivo para perdôá-los e continuar vivendo com eles. (MILLER, 1999, p. 115)

Quando pedimos de forma inconsolável para que familiares, polícia, justiça e quem mais nos for importante, enxergue a violência que estamos sofremos, para assim sermos validadas na nossa dor e no nosso desespero e, para assim, algo ser feito contra esse intolerável, não tenho certeza se essas instituições e pessoas apenas enxergarem a violência será suficiente para que ela os afete e nem se, de onde estávamos, nós enxergávamos tudo o que acontecia como violência. A questão, no ponto em que estamos imersas no cotidiano do abuso, não me parece

ser apenas sobre enxergar, mas exatamente o contrário, sobre não querer ver, sobre não conseguir assimilar o que está acontecendo como absurdo porque aquilo é o que estamos acostumadas, aceitamos como natural aquilo que nos é familiar. Porque enxergar a violência que se vivencia é afundar todo o vivido e as suas bases para travar uma batalha pelo direito de recomeçar, é ter de tomar uma atitude radical e enfrentar um futuro, muitas vezes, sem rede de proteção, ameaçada, sem segurança e apoio, com a vida desmantelada, financeiramente vulnerável, psicologicamente adoecida, destruída em diversas instâncias, sozinha e sendo julgada. Negrão (2016), explicita bem a gravidade e profundidade do problema e de seu impacto na vida da mulher vitimada por uma relação violenta:

Como conclusão geral do estudo da OMS (2002), tem-se que: (1) a influência da violência pode durar muito tempo, mesmo depois de ter cessado; (2) quanto mais grave a violência, maior é o impacto sobre a saúde física e mental da mulher; (3) o impacto de diferentes tipos de violência e múltiplos episódios de violência, parece ser cumulativo ao longo do tempo. (NEGRÃO, 2016, p. 118)

No trecho abaixo, publicado pelo MENMB, a mulher conta das violências sexuais e da culpabilização sofrida num relacionamento e reforça que a mãe apoiava as atitudes abusivas do seu então namorado. Como o MENMB publica apenas trechos dos relatos recebidos, não temos acesso a toda a história e percepções contadas pela vítima, mas sentimos o absurdo da situação, pensamos que a principal pessoa a apoiar a mulher seria a própria mãe, mas, em muitas situações é a própria família quem reproduz e naturaliza a violência, introduzindo e estabelecendo seus entes em dinâmicas abusivas e agressivas e colocando as mulheres numa função de aceitar e cuidar docilmente de tudo. Mais uma vez, assim como em muitos relatos, fragmentos narrativos e desabafos lidos por mim, a culpa aparece junto à mulher tanto na situação de violência, quando na saída dela.

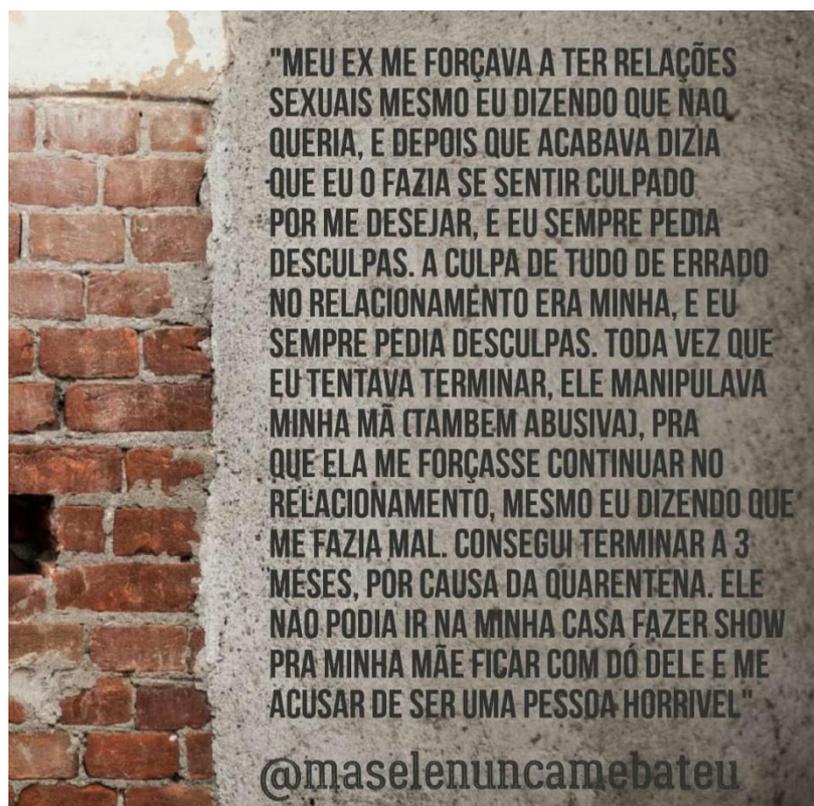


Figura 13. Print do perfil @maselenuncamebateu na rede social Instagram. Acesso em 09 de julho de 2020.

Já no desabafo abaixo recolhido de um grupo sobre relacionamentos abusivos no Facebook, a mulher define a situação que vive como vergonhosa, relembra sua boa autoestima e chama a atenção para o seu momento de vulnerabilidade morando num país novo sem a presença de pessoas próximas de confiança. Essas condições são elencadas junto à situação de violência que está vivendo e associada ao modo de relacionamento da sua família que ela começa a entender como abusivo. A mulher fala em todo o relato, de como os jogos mentais e os abusos emocionais se misturaram às violências físicas e patrimoniais de modo que tudo aparece confusamente em sua narrativa. Ela explica que a família do companheiro também a humilha e que ela não tem para onde ir, me parece se apegar à pausa nas agressões para como que para dizer a si mesma que ela precisa aguentar mais um pouco até achar uma saída e que essa pausa alivia um pouco o profundo sofrimento em que ela se encontra. Pode não ser exatamente isso, mas ela parece procurar forças em seu relato. E é muito sofrido ter contato com essas histórias de vida porque queremos poder ajudar e a ajuda possível para a grande maioria que faz parte desses grupos de apoio é dizer uma palavra de acolhimento, contar como conseguiu se desvencilhar da teia de dominação em que se encontrava, enfim, é dividir um pouco dos próprios afetos em seus movimentos e impotências.

Eu estou vivendo uma história tão vergonhosa, minha auto estima (que já era baixa, está abaixo de 0). [...] Conheci um homem mais velho. [...] Eu era vaidosa, gostava de me cuidar apesar de todas as sequelas dos narcisistas, que nessa época eu ainda não sabia, não sabia que eu era uma sobrevivente por parte de família narcisista. [...]

Nós nos conhecemos fora do Brasil e estava numa fase muito muito sozinha, não tinha amigos e ninguém para contar, país de língua estrangeira e pessoas frias. [...]

Me apeguei rápido a ele e a toda a família dele. [...] Com o passar do tempo, esse homem, que é o mentor de toda a família, tudo o que ele fala é "verdade", inventando cada vez mais histórias com acusações, insinuações, desprezo, humilhações, ameaças e chegou a me agredir, ele fazia tudo para estar no comando, ele como certo.

Enfim, para resumir, demorei anos para descobrir sobre narcisistas, e de brinde também caiu a ficha do que meus familiares fizeram comigo. [...]

A queda foi livre na depressão e tristeza. Para piorar, aquela menina que antes era apaixonada pela vida, corajosa, bonita, se foi e não sei o que sobrou de mim.

E eu ainda estou aqui, na casa dele, com a família dele que não me respeita. Pelo menos as humilhações e agressões pararam [...] Não tenho para onde ir ou voltar. [...]

Figura 14. Montagem de fala recolhida em grupo do Facebook em imagem criada pela autora.

Nesse desabafo e em muitos outros com os quais tive contato, o termo ‘narcisismo’ aparece repetidamente. Chamo a atenção para esse termo porque muitos grupos e muitos relatos organizam sua narrativa através dessa ideia. Um dado interessante que, oportunamente, pretendo aprofundar, é que nos grupos que falam sobre narcisismo, a maioria das pessoas conta que está saindo da relação ou que já saiu e está tentando se reconstruir. Me parece o compartilhamento de uma teorização informal sobre o conceito que vem da psicologia criou uma rede de conhecimento sobre operações e ferramentas para sair de relações de abuso a partir do cotidiano da violência, a partir de dentro. Há uma série de ferramentas para lidar com a violência no seu cotidiano, definições sobre comportamentos violentos que não encontram esse nível de detalhamento de suas operações em outros lugares como no ordenamento jurídico ou nas mídias tradicionais, e, principalmente, há uma série de caminhos de saída que levam em

conta principalmente as dinâmicas emocionais e psicológicas do abuso. Conforme Bassani (2019), o narcisismo patológico é tratado na psicologia e se inicia a partir de disfunções nas relações objetais da infância. A autora indica que nos casos de narcisismo patológico, o sujeito pode ser cruel, apresentar comportamentos sádicos, explorar e destruir as pessoas à sua volta, especialmente aquelas em que possui uma relação de poder hierarquizada e, por terem um entorpecimento de seus sentimentos e uma permanência no momento de desenvolvimento infantil, são insensíveis aos sentimentos, sofrimentos e necessidades de outras pessoas (BASSANI, 2019). É claro que não podemos diagnosticar pessoas com base em nossos entendimentos, no entanto, não se pode desmerecer que essa troca de saberes da violência e aplicação de ferramentas psicológico-emocionais tem ajudado muitas vítimas a conseguir sair das relações de abuso em que se encontram.

Provavelmente (e não há como medir, apenas presumir), muitos dos homens – lembrando que outras pessoas da proximidade das vítimas são narradas como se enquadradas nesse transtorno – que são identificados como narcisistas patológicos pelas mulheres nesses grupos de apoio, possuem outras patologias ou são violentos sem necessariamente poderem ser diagnosticados com alguma moléstia psicológica. Mas esse é um modo de lidar, de organizar os acontecimentos ilógicos e absurdos conforme uma lógica e de ter um direcionamento sobre o que fazer com base nos afetos movimentados nessas relações. Como exemplo, há ferramentas de ‘pedra cinza’ e ‘contato zero’, a primeira seria falar o mínimo possível, concordar e usar respostas monossilábicas enquanto ainda se está na relação de abuso para não dar material para os jogos mentais do narcisista, a segunda seria fugir para um local distante e não dá forma nenhum contato e localização ao narcisista e a qualquer pessoa que possa o repassar informações ainda que sem maldade, essas pessoas são chamadas no grupo de ‘macacos voadores’. O abuso narcisista, termo amplamente usado nesses grupos, seria uma espécie de hiperônimo para as violências emocionais, simbólicas, sexuais, físicas e patrimoniais a que, especialmente as mulheres são submetidas, com o diferencial de o autor das agressões ser alguém que manifesta traços narcisistas de forma evidente e excessiva.

Olhando por esse viés, Bassani (2019) adverte que “não é possível diminuir a solidão de alguém reforçando seu movimento narcísico, *ou seja, impedindo o exercício* daquilo que é condição essencial de sair do próprio isolamento, que é a percepção do outro, *a consideração do outro* e as possíveis relações de amor com ele” (BASSANI, 2019, p. 16, *grifo nosso*). Para Fernández-Montalvo (2009), a violência de gênero produz uma deterioração significativa da saúde física e mental da mulher e o tratamento psicológico das mesmas resulta uma necessidade de conhecer os perfis psicológicos dos homens perpetradores desses abusos, até para conceber

programas de prevenção e de intervenção mais adequados ao problema da violência contra a mulher (FERNÁNDEZ-MONTALVO, 2009). Conforme seus estudos, o rol de carências psicológicas significativas dos abusadores passa por pensamentos distorcidos sobre papéis sexuais e a inferioridade da mulher, dificuldades de comunicação, abuso de entorpecentes e falta de controle dos impulsos, ainda conforme o autor estima-se que 25% dos homens autores de agressões contra mulheres possuam algum transtorno antissocial. O autor reforça ainda que, apesar de a questão mental do agressor poder explicar parcialmente algumas situações de violência, ela jamais justifica, ameniza ou retira a responsabilidade sobre os atos de agressão cometidos (FERNÁNDEZ-MONTALVO, 2009).

O abuso, em suas diversas formas, como golpes físicos, manipulações, inferiorizações e humilhações, repreensões, proibições e outras formas de controle geram uma ambiência distorcida sobre o que se considerar adequado para a realidade e para si mesma. A internalização dos maus tratos nas dinâmicas violentas das relações abusivas interfere no processo de coerência entre as informações e formas de conhecimento de si mesma e do mundo. Normalmente, nosso cérebro possui um quadro de referências emotivas, morais, informativas etc, vinculado à percepção da realidade vivida que dá previsibilidade, coerência e integridade à nossa cognição. Ou seja, a cognição humana depende da nossa capacidade de criação, composição e organização de representações mentais e processos de figuração que utilizam nossas sensações, memórias, sentimentos e pensamentos. Conforme Beck et.al (1997), a cognição é um processo inerente ao fluxo da consciência, compreendendo o uso da linguagem, a aprendizagem, o entendimento da matriz de inteligibilidade, a atenção, a percepção do próprio corpo, a memória, a interpretação e tomada de decisões do sujeito. Nesse mecanismo, nos elaboramos e percebemos o mundo, assimilando afecções e informações e, sistematizando respostas para nosso estar na realidade.

As violências desintegram a coerência e harmonia desses processos cognitivos porque quebram e desequilibram os sentidos e apreensões do próprio corpo, dos sentidos de existência e estabilidade da realidade. O quadro de referências é constantemente fraturado e a mulher tenta reiteradamente retomar alguma previsibilidade em seu cotidiano:

A mulher vítima de abuso aprende, por assim dizer, a dirigir com o tráfego, na pista direita. Embora o resultado possa ser uma úlcera ou um colapso nervoso, ela estará condicionada a antecipar aquilo que agrada ao marido – e, mais importante, aquilo que não o irritará – e agir de acordo. Enquanto causa e efeito se mantiverem constantes, ela também continuará não gostando, mas pelo menos sabendo o que deve ou não fazer para ficar segura. (MILLER, 1999, p. 44)

Esse processo de dissonância que altera continuamente os efeitos de realidade na vida da mulher é uma ponte para o esgotamento. O homem que pratica entre as muitas formas de violência, o abuso emocional e psicológico, acaba por reforçar padrões de inutilidade humilhação, mudando a ordem das relações de causa e efeito de sua violência diária. Um dia ele chegará com presentes, no outro mal conversará com a mulher, no outro a repreenderá por fazer algo de um modo, no outro a elogiará por esse mesmo comportamento e sempre estará retorcendo a percepção da vítima ““Vamos lá, nós estamos nos divertindo, não estamos?””, e ela começa a pensar que talvez estejam.” (MILLER, 1999, p. 44). Acredito que seja extremamente importante apontar os processos de descolamento dos sentidos, códigos da inteligibilidade, da extrema pressão aos corpos e às funções cognitivas para introduzir a ideia de esgotamento que mulheres em situação de violência podem chegar.

Na verdade, o vitimizador alterou o seu estado de consciência, pois ela atravessou a moldura do espelho, entrando num mundo em que nada é como deveria ser. Nessa confusão mental, mais do que nunca, ela é dependente dele, uma percepção que permitiu a um homem dizer para esposa: “Louca como você é, você tem a sorte de ter a mim. Caso contrário, estaria no hospício.” (MILLER, 1999, p. 45)

Ao longo desses mais dois anos de pesquisa, emergiu de uma forma muito consistente que, nesses momentos individuais e/ou coletivos das experiências-limite, ocorre uma conversão e aquela violência que era vivida como inevitável, se torna intolerável e o futuro que antes, era uma ameaça tão complicada, angustiante e penosa quanto o próprio cotidiano de abusos, se torna pensável e desejável. Parece que algo nos impulsionou a sair da situação em que nos encontrávamos, mas que esse algo não foi, de repente, começar a ver a violência, mas, antes, foi não aguentar mais que ela nos desfizesse, chegar a um ponto em que não há mais onde esticar e só a quebra é possível. Porque algo em nós arreventou, nos desconectou dos laços que emendavam nossas justificativas, movimentos de sobrevivência, tolerâncias e esperanças que nos mantinham existindo naquela situação de violações diárias.

Até um certo ponto, parece mais fácil – não menos extenuante, sofrido e doloroso – dizer que ‘fulano é assim’, ‘esse é o jeito dele’ do que enfrentar o desmoronamento das ilusões e esperanças que uma relação abusiva nos traz. Geralmente, saímos dela quando nosso coração está seco, estamos esgotadas e não há nada mais o que desmoronar: não aguentamos mais. Nesse sentido, acredito ser interessante abrir uma chave de leitura afetiva que coloque o esgotamento (PELBART, 2021) como circunstância catalisadora para instauração de novos modos de existência.

6.3 Esgotamento e movimentos do tempo

“Ninguém sabe antecipadamente os afetos de que é capaz.”

(Gilles Deleuze)

Eu andava como que obstinada a começar as tantas últimas páginas desta dissertação. Como quem se despede do que foi possível, mas de alguma forma sabe que todo final exige uma entrega. Literalmente.

O começo do final não me vinha, como se por mais saturada que eu estivesse, a lágrima não descesse e assim, a palavra não pudesse correr. É que chega num ponto do trabalho afetivo que não há outro caminho a não ser o de se derramar, se faz necessário deixar cair esse excesso e inaugurar esses dias em que tudo corre porque já não cabe mais onde estava. É abrir o soluço, desproteger a pele fina das feridas timidamente cicatrizadas.

Eu me saturei o quanto pude das teorias que julguei pertinentes, me saturei das minhas memórias e das memórias das Outras que me tocavam e me tiravam de mim e me arrastavam para o desterro delas. Após mais de dois de trabalho, continuo me questionando se fui gentil, se acolhi bem uma fala seja pública ou privada, se fui prudente e delicada o bastante com tantas dores. Eu, que comecei tateante e cambaleante a esboçar ideias nesse percurso exploratório não linear, sinto cada vez mais que todo é cuidado é necessário diante de histórias e vidas tão quebradas.

Revendo um livro autobiográfico de Roland Barthes (1975), o *Roland Barthes por roland barthes*, encontrei uma pequena anotação minha e que me chamou a atenção: ‘recuperar a si mesma, recuperar a palavra sobre si mesma’. Hoje eu vejo com mais clareza que essa é uma relação necessária para começar qualquer coisa se pareça com a cura ou recuperação, vejo que o testemunho constitui uma forma de dar conta de si mesmo (BUTLER, 2019), nos propiciando a agência por meio da escritura ética do traumático.

Também pensei que para recuperar a palavra sobre si mesma, é necessário que a tenhamos perdido em algum momento. Em algum lugar, em algum momento só restou silêncio. E também em algum momento esse esvaziamento de si se tornou tão grande, fomos tão esticadas e reviradas pela rotina de agressões e silenciamentos, que tudo se tornou ensurdecedor e insuportável. Houve uma ocasião de um ‘nunca mais’, de um ‘basta’ que orientou ao menos a busca por qualquer coisa que não fosse suportar sofrer mais violências daquele homem.

Eu só pude realizar esse trabalho porque inúmeras mulheres atingidas pela violência puderam se dizer em algum espaço, nomear toda essa dor; eu mesma estou aqui dizendo e me

dizendo porque pude. Esses fragmentos enunciativos disseminados pelas conversações que organizam as mídias sociais da violência contra a mulher precisaram de mulheres que conseguiram, que puderam dizer. E o que parece muito natural para as pessoas, não é para quem está numa situação dessas. Conforme Miller (1999), uma forte marca das opressões e uma ferramenta consistente que operacionaliza a violência contra a mulher é o isolamento:

O isolamento é uma poderosa arma sob o controle deles empunhada para criar o desespero do abandono e da solidão, tornando a mulher dependente da única pessoa que lhe resta, o seu vitimizador. Durante algum tempo, ele força-a afastar-se não só das pessoas significativas em sua vida, mas também da comunidade humana mais ampla, à qual um dia ela já pertenceu. (MILLER, 1999, p. 65-66)

Para quem não viveu algo assim, vocês não fazem ideia do vazio e do desamparo de quem está completamente destruída e só na literalidade dos termos, vivemos trancadas fora da vida. Você não tem como criar referências saudáveis porque não tem nada a sua volta a não ser a violência, é isso o que você sabe, é isso o que você conhece. Essas experiências-limite de devastação humana física, emocional, financeira e psicológica, ou seja, esse profundo esvaziamento da integridade humana, resulta num movimento existencial que culmina no esgotamento. Afetadas pelo continuum de espancamentos, agressões psicológicas e morais, privações e malabarismos para sobreviver com o agressor, beiramos o extremo do enlouquecimento. O esgotamento é duplamente a instauração do intolerável e a desapropriação de si, nesse caso, para apostar em qualquer coisa, em qualquer fora, que talvez nem exista, é o que resta de um corpo que não aguenta mais e desemprenha um desespero insone capaz de qualquer coisa para sair dali. Nesse ponto de sufocamento, somos impelidos a tomar outra direção, de modo que o que nos possui na violência precisa ser esgotado. Deleuze e Guattari (1996) falam das experiências-limite sobre como uma experimentação inevitável e de um limite inacessível ao qual somos levados além dos limites e sucumbimos sem, no entanto, sermos destruídos. Pelbart (2021) explica que “esse desejo do nascimento em favor de um autonascimento não equivale ao desejo de dominar seu próprio começo, mas de recriar um corpo que tenha o poder de começar” (PELBART, 2021, p. 35).

Para Pelbart (2021) é nos momentos de crise que se inicia um processo redistribuição dos fragmentos existenciais em busca sentidos novos para criar-se; a crise provoca uma mutação da experiência colocando a própria vida em xeque através da ruptura da identidade do sujeito. Na catástrofe, a tarefa da criação se impõe. O que podemos tomar como repetição mórbida dos danos e aflições sofridas por parte das vítimas de violência, mulheres que se obstinam em suas escritas nas mídias sociais, trazendo memórias com uma carga de dor

imensurável, é na realidade uma tentativa de cura, de procurar uma singularidade na repetição porque o processo de reconstrução parte do que temos, e o que temos são esses pedaços. Para Pelbart (2021), “a reação catastrófica, que no homem se manifesta como angústia, não seria o fim, porém condição para um novo começo” (PELBART, 2021, p. 41). A essa movimentação que desafia a devastação empreendida por um sistema de controle, Lapoujade explica:

A noção de processo perde sua naturalidade descritiva para se tornar “uma ruptura, uma brecha que quebra a continuidade de uma personalidade, forçando-a a uma espécie de viagem através de um ‘a mais de realidade’ intenso e assustador, seguindo linhas de fugas nas quais se precipitam natureza, história, organismo e espírito. (LAPOUJADE, 2015, p. 10)

A lógica absurda da violência pressiona o cotidiano num cativo de medo e imprevisibilidade em que nada está seguro, nem mesmo um simples café da manhã. Quando vivenciamos uma relação pautada pelo despejo de agressões sobre nós, chegaremos a um limite em que não há mais descanso, não há mais respiro ou alívio, atingiremos o intolerável e é aí que chegaremos ao esgotamento. Onde nada mais é possível, precisamos angustiadamente de um possível qualquer. Peter Pelbart (2021) retoma Deleuze para explicar que o esgotado é aquele que, tendo esgotado seu objeto, se esgota ele mesmo e abole o mundo esvaziando a mola dos sentidos e rachando as palavras; vertendo a si mesmo, é a morte do eu através da dissolução do sujeito:

O esgotado pode até combinar ou recombinar as variáveis, percorrê-las exaustivamente, e os termos disjuntos até podem subsistir, mas já não servem para nada. [...] O esgotado é aquele que a força de produzir o vazio ou fazer buracos, afrouxar o torniquete das palavras, secar a ressudação das vozes para se desprender da memória e da razão. (PELBART, 2021, p. 43)

Sofrer violência é ser constantemente empurrado a um psiquismo em vias de se destruir, todas as nossas faculdades são retorcidas, repuxadas e reviradas, os elementos que compõe nossa cognição estão fragmentos e não podem se orientar. Tentamos nos situar numa realidade e num corpo incoordenado sem sucesso onde somos atingidas por devires indefinidos que nos desterritorializam. Esse seria uma forma do corpo sem órgão que Deleuze e Guattari (1996) explicam pelo inacabamento de desterritorialização operado pelos movimentos aberrantes, “Ao corpo sem órgãos não se chega, não se pode chegar, nunca se acaba de chegar a ele, é um limite.” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 9). Esses movimentos aberrantes escapariam das construções narrativas impostas, maquinando um corpo sem órgão em linhas de fuga e baralhamento dos códigos sociais, seriam movimentos nos sacodem e desterram:

Tal questão se coloca tanto mais se admitirmos, com Deleuze, que esses movimentos aberrantes ultrapassam qualquer vivência, superam qualquer experiência empírica. Com efeito, acaso Deleuze não afirma que os movimentos aberrantes nos transportam para o que há de impensável no pensamento, de invivível na vida, de imemorial na memória, constituindo o limite ou o “objeto transcendental” de cada faculdade? É isso que eles têm de propriamente aberrante: excedem o exercício empírico de cada faculdade e forçam cada uma delas a se superar rumo a um objeto que a concerne exclusivamente, mas o qual ela só atinge no limite de si mesma. (LAPOUJADE, 2017, p. 19)

Não se luta contra as formas em que se foi construído, sem lutar contra si mesmo, precisamos desatar aquilo que nos liga a esse real que nos engolfou. No cotidiano da violência, encenamos uma normalidade para quem nos vê, mas diariamente, o que temos é que nossa vida foi transformada num caos que cercou nossa existência. Nós jogamos com as explosões, arranques e pancadas para sobreviver física, emocional e psicologicamente. Não há como perguntar para uma mulher numa situação de violência onde ela está com a cabeça, onde está o seu coração vendo seus filhos sofrerem. Nossos órgãos, nossas faculdades, nosso self está sendo lançado e se lançando para todos lugares o tempo todo. A vida de violência lança seus fluxos sobre o que somos e em algum momento, duvidamos se realmente somos alguma coisa, e se somos, é o que essa arrancadura diária em que já não achamos nada de nós. Nos agarramos aos fios que flagelam nossa integridade para não enlouquecer. Para quem vive a experiência da violência, é aí que nos surge o corpo esgotado, o corpo que não aguenta mais. Para Pelbart,

O esgotamento não é um mero cansaço, nem uma renúncia do corpo e da mente, porém, mais radicalmente, é fruto de uma descrença, é operação de desgarramento, consiste num descolamento – em relação às alternativas que nos rodeiam, às possibilidades que nos são apresentadas, aos possíveis que ainda subsistem, aos clichês que medeiam e amortecem nossa relação com o mundo e o tornam tolerável, porém irreal e, por isso mesmo, intolerável e já não digno de crédito. (PELBART, 2021, p. 50)

Assim, os movimentos aberrantes, à luz ou ao vazio do esgotamento, nos arrancariam de nós mesmos pelo combate contra as potências externas que nos atravessam e submetem (LAPOUJADE, 2015), nos decolando da nossa vida para atingir o que ela permitiria atingir, criar e sentir através dela. “A vida só passa a valer na ponta dela própria” (LAPOUJADE, 2015, p. 23). Há um desejo que surge a partir da impotência que chama por um modo de existência por vir. Não cimentar as rachaduras da subjetividade, mas percorrê-las até uma saída, seguir as linhas que descentralizam e deformam o sujeito apontando o fundamento de um possível

É um perigo análogo ao que ressurgue quando Deleuze e Guattari descrevem o movimento aberrante das “linhas de fuga”. “Elas próprias desprendem um estranho desespero, como que um odor de morte e de imolação, como que um estado de guerra do qual se sai destroçado”. Mais adiante esclarecem: “Porque a linha de fuga é uma guerra na qual há tanto o risco de se sair desfeito, destruído, depois de se ter destruído tudo o que podia? Os movimentos aberrantes ameaçam a vida tanto quanto liberam suas potências. O vitalismo de Deleuze é mais perturbador, mais indeciso do que às vezes se afirma a seu respeito. (LAPOUJADE, 2015, p. 22 apud DELEUZE, GUATTARI, 1996, p. 111-112)

Nesse sentido, a lógica irracional dos movimentos aberrantes também constitui a mais forte potência de vida colocando em ebulição afetos selvagens, não domesticados, abruptos e irregulares. “Não é que a vida insufla, à lógica, um vento de irracionalidade que, ausente, faz falta a ela; ao contrário, é que as potências da vida produzem incessantemente novas lógicas que nos submetem à irracionalidade delas.” (LAPOUJADE, 2015, p. 14). É fazer morrer o insuportável, nomeá-lo para dali arrancar sua superfície e esvaziar da substância que lhe levou à essa angústia do esgotamento. Essa crueldade também traz uma graça:

Apenas através de uma tal desaderência, despregamento, esvaziamento, bem como da impossibilidade que assim se instaura, e que Deleuze chamaria de rarefação (assim como ele reivindicava vacúolos de silêncio para que se pudesse, assim, ter algo a dizer) advém a necessidade outra coisa que, ainda pomposamente demais, chamamos de criação de possível. (PELBART, 2021, p. 50)

Deleuze traz muitos combates, arenas de discussões e batalhas em suas produções intelectuais, mas um deles chama a atenção de Lapoujade naquilo que conversa com os movimentos aberrantes, é o combate contra si mesmo. Às voltas contra si mesmo, vir-se debatido, sacolejado e exposto a um deslocamento por um impensado que se desdobra na energia originária do pensamento. Cada faculdade é jogada ao ponto extremo de seu desregramento.

Trata-se de um movimento de grande amplitude que faz morrer tudo o que não é necessário para as potências da vida, ao mesmo tempo em que essas mortes interiores sempre correm o risco de nos levar a um projeto mortífero ou suicida. [...] Isso não supõe nenhum gosto, nenhum fascínio pela morte, mas sim a percepção da vida como coextensiva à morte e aos mortos pelos quais ela nos faz passar. Se é preciso tornar a morte aberrante, “esquizofrenizar a morte” como diz *O anti-Édipo*, é porque ela é a instância silenciosa que, por sua vez, torna a vida aberrante, esquizofreniza-a, daí seu caráter coextensivo. (LAPOUJADE, 2015, p. 23)

Quando a vida se torna grande demais, se derramando e descampando por toda a parte, sem relação consigo, mas levando o sujeito a experimentar o limite do insuportável, o esgotamento pode abrir à possibilidade criação de possíveis a que muitas vezes comparamos com a cura. Quando você está numa situação de violência, constantemente você pensa: “Eu

devo estar realmente louca, já que todos me confirmam que é isso que é o real e que ele é aceitável, que é assim que as estão nos lugares certos. É como se só você vivesse um sem lugar, uma contorção de suas faculdades para tentar sobreviver.” E quando você sai de uma situação dessas, não há um caminho florido e sucessos esperando sua chegada, não há nem mesmo acolhimento para suas dores em muitos lugares. O possível é uma luta, a cura é um novo trabalho. Poderíamos dizer “o possível é qualquer coisa diferente deste inferno”. Há muitos possíveis projetados apenas pelo que se deu de impossível numa relação entre o que mata e destrói e entre o que salva, ao que a vida faz morrer em nós para liberar suas potências, àquilo que nos desorganiza e desorganiza promovendo uma autodestruição necessária à criação. A pulsação da morte é o que confere ao movimento seu caráter de aberrante:

É o encontro do insensível na sensibilidade, do imemorial na memória, do inimaginável na imaginação, do impensável no pensamento. A cada vez, são os movimentos aberrantes que engendram esta ou aquela faculdade em função de signos que ela mesma encontra no mundo, pois uma faculdade só desperta ao se chocar contra a sua própria impotência. (LAPOUJADE, 2015, p. 66)

Inicialmente, procuramos as respostas, não para os atos de abuso que sofremos, mas para os atos cotidianos em que fomos ensinadas a reconhecer como amor e que desnorteiam nossa percepção sobre o que estamos vivendo. De um lado, nosso corpo se dobra em si mesmo, se quebra, se esforça e se torce para resistir à situação-limite, do outro, nossa mente é testada à quase loucura para tentar evitar que tantos fragmentos não se percam. É um trabalho gigantesco, um revolvimento diário que obriga ao esforço de apanhar os pedaços para não se desintegrar.

Eu me recordo muito de um caderno de poesias que comecei a escrever poucos meses antes de me separar do meu ex abusivo. Eu sempre escrevi muito, mas durante os cinco anos de relacionamento eu não tinha mais o que escrever, minha vida era acudir as explosões e demandas desse ex; como muitas mulheres também contam de si, já não havia um eu inteiro para mim. No entanto, ao finalmente terminar esse relacionamento, eu recomecei a escrever e, eu acho que, no contexto dessa pesquisa, alguns desses poemas mostram um recomeço a partir do esgotamento, um processo de criação desconsolidado, mas que só foi possível quando eu não suportei mais e realizei rupturas abruptas, fui alvo de retaliações, mas pude gestar algo novo para chamar de ‘eu’.

O passado de vivências violentas ainda me assombra, uma ansiedade toma conta de mim em tudo o que faço, a expectativa de ser atingida por alguma catástrofe, o medo é uma resposta automática do meu corpo procurando antecipar qualquer sinal de perigo. Latidos de cachorro e cavalos relinchando me lembram esses animais agonizando de dor, qualquer coisa caindo no

chão, qualquer barulho me assusta e faz meu coração pulsar acelerado. Antes mesmo de qualquer iniciativa minha, eu já estou me desculpando por qualquer coisa que eu possa vir a fazer de errado, mas isso é singular ao que eu vivia, porque há um refletir sobre o que fazer após os bastas que dei, após a instauração de algo diferente do que era o vivido. Vejo como um pequeno novo a partir da repetição do que foi descolado. Não é superação milagrosa, rápida e heroica.

Por isso, eu selecionei três deles que acredito, mostrem um pouco do que se passa na cabeça de quem procura um modo de criação de si a partir dos fragmentos que ficaram e do que se puder apanhar de novo após uma experiência-limite como a da violência, um vitalismo extremamente doloroso e melancólico que me aconteceu a conta gotas, mas que também foi muito necessário para eu me reelaborar naquela terra arrasada.

6 anos

*Olho para mim... Me despeço. Procuro um pedaço
 Algo eu em que possa me refugiar
 Torno, reviro, olho para mim...
 Onde estive a porta era fácil de entrar.
 Não houve nem mais o teu silêncio.
 Eu não sou nada.
 De que me lembre.
 Não há memória.
 De dentro a porta é tão difícil de abrir.*

11/04/2017

De frente, os pedaços

*Quem sabe quando começa o próprio fim
 Se soubesse continuaria?
 Me sinto tão distante de mim
 O tempo é o pior apelo diário
 Ele passa e você não estanca a vazão
 De tudo o que te despedaçou
 E que você tentou abraçar
 Há uma pergunta que me tira o sono,
 Me acorda em susto madrugada afora,
 Em cada palavra que esqueço
 Em cada pensamento em que me perco
 Em cada fuga inconclusa buscando a minha mente de volta
 Quem seria o que não fui?
 O que não pude ser?
 Mil partes de mim se desfizeram*

*Todos os dias preciso decidir me costurar
 Para o vento não levar mais de quem ainda posso ser
 Eu desejo o tempo que abdiquei para esperar por sua cura
 Desejo as horas que eram suas e que agora são poucas
 Para tudo o que tento apanhar
 O tempo me enfrenta
 E eu me costuro com pressa
 Para não me desmanchar*

10/06/2017

O que é cruel

*Um rapaz, hoje postou um pensamento sobre as saudades quando um amor romântico termina.
 Que nas gavetas, pode-se achar um CD com as lembranças das canções que eram só de vocês.
 E eu tive uma vontade tão grande de ter a dor de um amor bonito para lembrar que se foi.
 Mas eu tenho medo das minhas gavetas, cada achado é uma marca do meu próprio apagamento.
 O batom que não podia usar, a seringa de uma toxina para emagrecer, um celular quebrado porque foi atirado longe.
 Minhas gavetas cheiram à substância amarga do não amor.
 A porta do quarto não é suficiente para me proteger.
 À noite, eu nem vejo, coloquei cadeiras, tranquei o vidro da janela
 Perdi as constas de quantas vezes acordei sobressaltada por qualquer barulho
 Quantas vezes eu já não pude mais dormir
 Minhas gavetas não têm a inocência de um coração partido
 E o caminho das ruas por onde não passar não é por medo de redescobrir um amor.*

25/06/2017

7. SOBRE COIVARAS E BUTÔS

“Ser vento, fogo ou carvão. Tudo, tudo, tudo.
 Menos esta ratoeira”.

(Pagu)

7.1 Coivaras

De quantas repetições elas precisaram, eu precisei, nós precisamos para um mínimo de singularidade até chegar a uma coivara, uma crise uma irrupção? Até começarem a enxergar o vivido como violência e aparecerem nas mídias sociais em conversações sobre as experiências de abuso, o real em agressões diárias era o inevitável único possível de muitas mulheres.

Quando se chega ao esgotamento, surge de forma incontornável que é preciso aceitar e assimilar que não está em nosso poder mudar esses homens violentos.

[...] utilizando as estratégias de sobrevivência voltadas para a afirmação da masculinidade que aprenderam quando crianças. Essa inabilidade para se conectar com os outros carrega consigo uma inabilidade para assumir responsabilidade para causar dor. A negação é mais evidente em casos nos quais os homens tentam justificar a extrema violência contra quem tem menos poder, em geral mulheres, sugerindo que são as verdadeiras vítimas. (hooks, 2021, p. 81)

Que não é saudável se agarrar a essas ilusões porque elas nos prendem nesse castelo de torturas e, ainda que socialmente, algo possa e mereça ser feito para intervir no comportamento de homens abusivos, individualmente somos impotentes e só podemos alcançar pequenos possíveis quando enfim nos descolamos da lógica do absurdo que é a violência, quando atingimos esse ponto crítico em que escolhemos nos esvaziar e recomeçar em vez de sermos arrancadas e arruinadas. “Nunca podemos voltar. Sei disso agora. Podemos seguir em frente. Podemos encontrar o amor pelo qual nosso coração anseia, mas não antes de nos desapegarmos do luto em relação ao amor perdido há tanto tempo.” (hooks, 2021, p. 26). O distanciamento que hoje tenho em relação aos homens que me violentaram levou muito tempo e, especialmente no universo familiar, ainda tem um peso muito grande. Mas é sobretudo uma decisão, porque é preciso um modo de lidar e o meu foi cortar esses vínculos. É preciso aceitar e assimilar que não está em nosso poder mudar esses homens, que não é saudável se agarrar a essas ilusões porque elas nos prendem nesse castelo de torturas.

A cura é um processo de criação para reconfigurar esses pedaços, essas dores, esses rasgos, é buscar e criar formas de lidar com tantos danos e nomear o vivido a partir desses novos entendimentos que não são mais o nosso inevitável e familiar relacionamento amoroso. E como é importante falar de amor, do que nos afeta e mobiliza tanto para entrarmos nessas situações quanto para sairmos. Sem abraçar e me deixar ser interpelada, movida, sacudida pelos afetos, essa pesquisa não seria possível.

bell hooks (2021) aponta de uma forma simples, mas precisa, que fomos instruídas culturalmente a aceitar o amor conforme o que nos dizem dele e o que nos dizem do amor segue uma lógica masculina patriarcal: o amor domina, controla, invade, vive-se para o amor, é um sentimento ou um substantivo que buscamos e que serve de justificativa para mil loucuras. Do que abriríamos mão quando aceitássemos que a existência de abuso e violência não nos permitiria identificar o amor em nossas famílias. Mas é só a partir desse enfrentamento, de olhar firmemente para o que acontece sem tentar desviar o olhar, que realmente se pode conceber e trabalhar o amor como cura. “E se o objetivo da pessoa é a autorrecuperação, o bem-estar de

sua alma, confrontar o desamor de modo honesto e realista é parte do processo de cura.” (hooks, 2021, p. 51).

Ouvimos de relacionamentos amoroso que fulano perdeu o controle por ciúmes, ouvimos sobre crimes de feminicídio que foram passionais: ‘Matei porque amava’. O amor não motiva uma morte. Temos de pensar no amor como uma ação que implica responsabilidade e comprometimento, “Se nos lembrássemos constantemente de que o amor é o que amor faz, não usaríamos a palavra de um jeito que desvaloriza e degrada seu significado. Quando amamos, expressamos cuidado, afeição, responsabilidade, respeito, compromisso e confiança.” (hooks, 2021, p.55). Revisando a bibliografia sobre amor, bell hooks conta “percebi que poucos escritores, sejam homens ou mulheres, falam do impacto do patriarcado, da forma como a dominação masculina sobre mulheres e crianças é uma barreira para o amor.” (hooks, 2021, p. 38). Para a autora o amor é uma prática, então uma prática amorosa não pode conceber o abuso e os maus tratos:

Amor e abuso não podem coexistir. Abuso e negligência são, por definição, opostos ao cuidado. Ouvimos com frequência sobre homens que batem na esposa e nos filhos e então vão ao bar da esquina proclamar apaixonadamente o quanto os amam. Se você conversar com a esposa num dia bom, ela pode insistir que ele a ama, apesar da violência. A grande maioria de nós vem de famílias disfuncionais nas quais somos ensinados que não éramos bons, nas quais fomos constrangidos, abusados verbal e/ou fisicamente e negligenciados emocionalmente, mesmo quando nos ensinavam a acreditar que éramos amados. Para a maioria das pessoas, é simplesmente ameaçador demais aceitar uma definição de amor que não nos permitiria identificar o amor em nossas famílias. Muitos de nós precisamos nos apegar a uma ideia de amor que torne o abuso aceitável ou que ao menos faça parecer que, independente, do que tenha acontecido, não foi assim tão ruim. (hooks, 2021, p.48)

A violência contra a mulher foi em muito um “para dentro” de casas e solidões disciplinadas e inexpressáveis. No entanto, as mulheres têm falado cada vez mais de suas dores frente às violências cotidianas. Seja sobre assédios sofridos, lugares negados, posições diminuídas, corpos sujeitados, a expressividade das mulheres em combate ao que as reprime, submete e violenta ganha cada vez mais corpo. Elas conjugam a potência dos afetos com as potências do dizer-se para validar suas experiências e sentimentos como comunicabilidades políticas nas mídias sociais sobre a violência de gênero. Nas conversações que tive contato pude perceber que narrar o traumático permite não só o identificar e evidenciar como elaborar a nós mesmos através de reconstruções que rasgam o tecido social, desregrando os códigos e papéis aprendidos para rompe-lo ou transformá-lo:

Não sou obrigada a adotar formas estabelecidas de formação do sujeito, tampouco a seguir convenções estabelecidas para me relacionar comigo mesma, mas estou presa

à sociabilidade de qualquer uma dessas relações possíveis. Posso pôr em risco a inteligibilidade e desafiar as convenções, mas nesse caso estarei agindo dentro de um horizonte histórico-social ou sobre ele, tentando rompê-lo ou transformá-lo. Mas só me torno esse si-mesmo por meio de um movimento ex-tático, que me retira de mim mesma e me coloca uma esfera em que sou desapossada de mim mesma e constituída como sujeito ao mesmo tempo.” (BUTLER, 2019, p.147-148)

Conforme Lapoujade (2015), é através do acontecimento ou da crise que tudo recomeça e assim somos redistribuídos de um modo novo pelos movimentos aberrantes. “Tudo se repete, mas distribuído de outro modo, nossas potências sendo incessantemente revolvidas, retomadas, segundo novas dimensões. Nesse sentido, “a repetição é a potência da diferença”. (LAPOUJADE, 2015, p. 68)”, de modo que o tempo é constituído e produzidos pelas repetições e singularidades. Nessa irrupção de re-existir dessas mulheres, podemos olhar para um modo de sobrevivência que faz sobreviver, uma existência que está em vias de se efetivar e tem capacidade de retornar recriadas, autogeradas numa arte da existência (LAPOUJADE, 2017) já que “[...] existimos pelas coisas que nos sustentam, assim como sustentamos as coisas que existem através de nós, numa edificação ou numa instauração mútua. Só existimos fazendo existir. Ou melhor, só nos tornamos reais se tornarmos mais real aquilo que existe.” (LAPOUJADE, 2017, p. 99). Desse modo, o amor, como prática existencial criadora de laços e aberturas para a cura não pode florescer em isolamento. (hooks, 2021). Quando mulheres destruídas, arruinadas, se encontram para dizer-se de um modo novo, para dizer do que as feriu sob um olhar diferente, comungando singularidades que possam ajudar mutuamente a confrontar os agentes de seu sofrimento e a testemunhar reconstruções coletivas que partem da autoaceitação e da responsabilidade sobre si mesmas, não deixo de imaginar que esse movimento se parece muito com o das coivaras.

As coivaras compunham uma técnica dos antigos muito usada no sertão e nos gerais que servia para tornar uma terra seca e arrasada fértil e, assim, poder ser cultivada. Basicamente, após longos períodos de seca, os geraizeiros se juntavam para recolher toda a palha seca, cocos e galhos caídos, toda a vegetação morta próxima ao local e, no momento adequado, próximo a temporada de chuva, faziam uma grande fogueira para que as cinzas da matéria morta e seca pudesse readubar a terra e assim gerar novos cultivos. Em frente ao desolamento da secura, achavam a solução para gerar nova vegetação. Assim, quando olho para esses coletivos de mulheres arrasadas (como eu, inclusive) penso que “Cada existência pode tornar-se uma incitação, uma sugestão ou o germe de outra coisa, o fragmento de uma nova realidade futura. (LAPOUJADE, 2017, p. 39). Como Deleuze fala, talvez o segredo seja fazer existir. Apenas isso

7.2 Butôs

Estive mergulhada na compressão de mundo caótica organizado pela violência por muitos anos e não posso dizer que me tornei livre de seus impactos e constrangimentos. As experiências com que tive contato e me debrucei durante essa dissertação assumem, em muitos momentos, um fluxo presentificado do passado na minha escrita. É um processo de entender também que devir é esse que alimenta uma escrita em vulnerabilidade e que toma certos ritmos e pulsações próprias, impregnadas dos retorcimentos e deformidades que a vida forjada em violência gera.

Um corpo maltratado insiste em sobreviver, insiste em criar modos de não se desintegrar apesar das rupturas por deformação em cada vez mais partes. Pensar na mulher sobrevivente ao ciclo de abusos em relações violentas, é pensar num corpo esgotado. “É um corpo doente que insiste em criar. Um corpo sem órgãos que recusa a extinção” (GREINER, 2018, p. 20). Podemos refleti-lo como um modo singular de desafiar a destruição cotidiana num estado de extrema precariedade; é uma anunciar o que uma vida pode provocar e ativar a partir de sua resistência, apesar de se ter partido, revolvido e enfrentado todo um desamparo absoluto.

Sobre uma mulher que admirava muito, que viveu um relacionamento com um homem violento e que faleceu em decorrência de uma doença grave, me vem de uma forma muito vívida a assimilação desse processo de estrangulamento da vida. Seu adoecimento, seu envenenamento diário. Ela, eu a percebia muitas vezes, como um sujeito adoentado mesmo antes da doença, mesmo se movendo o dia todo, ela se parecia como um sujeito acamado, gemendo pelos cantos escuros da casa, uma espécie de dançarina doente, que, de repente, estava ali, entre o tempero e o corante, preparando o almoço e confiando alguma esperança de revitalização da vida decomposta diariamente em pedaços pelas agressões contínuas.

Na violência, nossos corpos são dobrados sob os códigos e papéis femininos, suportando essas contraturas e torsões labirínticas até que, nossa única saída contra a aniquilação seja fundar uma dobra no avesso das normas. O excesso surge como a intensidade do esgotamento que corre para se apartar de todo esse absurdo que é oferecido como o ‘real’. Forjar uma carne aberta com a linguagem, mas, sobretudo, para além dela. Elaborar-se pressionando carne e palavra para daí abrir os sentidos e o corpo, atravessando o sem-fundo para instaurar novas dimensões comunicativas pelas conversações que trazem essas trocas dolorosas para a formação de um conhecimento da dor e da violência.

Como o butô, que se anuncia por um devir movido a “[...] torturar as palavras e explorar os sentidos e as frases deformadas a fim de abrir os sentidos e o corpo”. (UNO, 2018, p.32). Conforme Tatsumi Hijikata, “Hoje em dia tentamos em vão dançar dando ordens ao próprio corpo” (UNO, 2018, p.32). O corpo violentado não responde mais ao ordenamento simbólico, é um corpo que experimenta nos níveis mais extremos, sua falha ao tentar seguir exigências de controle que são insuportáveis e talvez, por isso, seja um corpo que se apresenta num devir butô: “As articulações como varas, os passos como um molde, pelos que não crescem mais, apenas tremem ao vento de vez em quando, coagulados pelo verniz até o ponto em que se possa conta-los um a um, um tubo no ânus, a maquiagem aperfeiçoada por uma gota de veneno, quando a carne deve ser aplainada.” (UNO, 2018, p. 32-33). Para Hijikata, evidentemente, a dança está ao lado da desordem e da destruição, mas ele afirma igualmente uma inclinação paradoxal e ética; então, a dança torna-se uma ação ambivalente, concomitantemente construtiva e destrutiva, na qual as duas direções se alternam instantaneamente. (UNO, 2018, p. 34).

Durante essa pesquisa, nas conversações nas redes sociais das mídias sociais sobre violência de gênero, pude perceber uma grande quantidade de mulheres que foram vitimadas por um homem abusivo, apresentando urgências de escuta e de trocas assentadas numa dimensão existencial e marcando sua oposição ao mundo como ele se colocava até então. E são corpos vulnerabilizados ao extremo se remontando. No olhar, o que fica são ligeiras impressão e no corpo um atordoamento contínuo. Desmontar a estrutura dos ossos, sentimentos e passagem do tempo. Desejar um outro corpo para existir porque este desfigurava-se em esquecimento. Hijikata conta que a maioria das danças do mundo começam pelo gesto de ficar de pé, mas que o butô é uma criação a partir da errância de um corpo esgotado, doente, fragilizado, por isso sua dança começa por não poder se levantar. Era sentir-se num beco sem saída, o corpo dobrado procurando por uma forma que pudesse servir para retomar a força de vida, um corpo que nasceu a partir de uma fenda, quando pôde deslizar até a superfície e se agarrar à boia do xamanismo:

A dança butô, para a qual a fragilidade forma o núcleo, é também denominada “errância”. A dança, diferentemente da arquitetura ou da pintura (sem falar da literatura), dificilmente será fixada e conservada, e será dirigida apenas por uma sugestão “efêmera”. As técnicas e os exercícios mais sofisticados não podem determinar o corpo. Essa arte que se encontra, inevitavelmente, em um tempo borrado e indeterminado, é dada especialmente pela errância do Universo. A fragilidade não é apenas o motor da dança. Aquilo que singulariza a dança é a fragilidade, e essa fragilidade é sempre revista, sempre procurada. (UNO, 2018, p. 35)

São movimentos que por eles também passam sua fragilidade, mas que não se podem fixar. Na violência, nosso corpo e consciência são transtornados pela descontinuidade de alívio. Conhecemos a fragilidade e a errância do corpo e dos gestos porque encarnamos as trincas e rachaduras a que somos submetidas. Nessa pesquisa, as conversações nas mídias sociais da violência se compunham para mim como uma dança, mas não uma dança ordenada, era um butô. Eu era invadida e mobilizada pelas sensações e percepções que tocavam e penetravam meu corpo e psiquê violentadas em ressonância com as dores conhecidas. “A prosa parece ilegível, pois é, singularmente fiel ao tempo no qual os sentidos e as percepções se empilham e flutuam em turbilhão” (UNO, 2018, p. 37). Apesar de não capturar o fenômeno como uma representação ou um movimento analítico descritivo, contar-me e contar através desses fragmentos em que reconheço a experiência de abuso traz um ganho afetivo único que foi capaz de compor ligeiras impressões e deslizar por entre. Como diz Uno, “E, estranhamente, são as palavras que preservam todos os seus movimentos como perceptíveis.” (UNO, 2018. p. 61), e através delas que pude

Nesse percurso de escrita, eu passei por incontáveis congelamentos seja por ser impactada pelas Outras, seja por ser imobilizada por não saber o que fazer e como fazer com tantas histórias e desabafos desesperados e desoladores, ou ainda por revirar as minhas próprias lembranças ou ser atacada por seus fantasmas que insistem, de tempos em tempo, recuperar o espaço de violência na minha vida. “Um outro corpo está saindo do meu bruscamente, como quando você rabisca” (Hijikata) Esse corpo em vias de desintegra-se, espalha-se pelo mundo, é a sua salvação. Esse corpo pôde se realizar enquanto um corpo sem órgãos na angústia esquizofrenizante e perversa da violência estendendo seus movimentos desagregadores e torturantes sobre a vida, em doses cada vez maiores, extraindo limites cada vez mais largos para o intolerável. Remontando-se num corpo maior, entre os incontáveis fragmentos das Outras, encontra lugar para existir nessa ampliação, um possível para tantos pedaços em que não se sabe o que fazer.

Nossas dores importam, falar do que dói é justo e necessário e é parte do que se pode chamar de cura, de novo, ou de reconstrução. Legitimarmos nossa permissão para que sintamos é necessário, fundamental para construir processos sociais mais justos aos sujeitos, porque esse sujeito, entre os muitos apoios, precisa de reparo emocional, porque nossos afetos ancoram e mobilizam nossas ações e reações no mundo. Eles importam. Vivemos um luto intenso pela morte simbólica e psíquica do nosso eu e dos sujeitos que nos violentam.

Saber disso e ter a coragem de reivindicar o nosso luto como uma expressão do amor não torna o processo simples numa cultura que nos nega a alquimia emocional do luto.

Em grande medida, nossa desconfiança cultural em relação ao luto intenso está enraizada no medo de que liberar tal paixão nos tome e nos afaste da vida. Esse medo, porém, geralmente é equivocado. Em seu sentido mais profundo, o luto é uma chama no coração, um calor intenso que nos dá consolo e alívio. Quando recusamos a total expressão do nosso luto, ele se mantém como um peso no nosso coração, causando dor emocional e padecimentos físicos. O luto frequentemente é mais implacável quando os indivíduos não estão reconciliados com a realidade da perda. (hooks, 2021. p. 231)

O amor é também uma possibilidade de sofrer pelos mortos, pelo que nós tivemos de enterrar como um ritual de perda e de celebração. Nas conversações sobre violência e abuso, falamos sobre o luto, compartilhamos nosso conhecimento sobre tudo o que tivemos de tornar findo em nossas, vidas, queimamos juntas. À medida em que mais pessoas encontram coragem e acolhimento para falar das mágoas de sua vida e assim identificar o contexto no qual foram feridas e transformadas em vítimas, poderão nomear o legado venenoso dessas experiências e fazerem algo por si mesmas a partir desse saber compartilhado. Uma espécie de butô das nossas dores e sofrimentos, mas também uma celebração pela possibilidade de uma nova existência que estamos criando a partir de toda aquela destruição.

Referências

ABRIL, Gonzalo. **Análisis crítico de textos visuales**. Madrid: Editorial Sintesis, 2007.

ADAMS, T. E.; JONES, S. H.; ELLIS, C. **Authoethnography: understanding qualitative research**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

ANDRADE, Vera Regina P., **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BARTHES, Roland. **Roland Barthes por roland barthes**. Trad: Leyla Perrone Moisés. São Paulo: Editora Cultrix, 1975.

_____. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BASSANI, Priscila P. P. **Narcisismo patológico e relações de poder: contribuições a partir da teoria do apego**. Trabalho de Conclusão de curso. Graduação em Psicologia. Caxias do Sul. Universidade de Caxias do Sul. 2019.

BECK, Aaron. T., RUSH, A. John., SHAW, Brian. F., & EMERY, Gary. **Terapia Cognitiva da Depressão**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BERGSON, Henri. **A evolução criadora**. Tradução de Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BOCHNER, Arthur; ELLIS, Caroline. **Evocative Autoethnography: Writing Lives and Telling Stories**. Nova York: Routledge. 2016.

BENETTI, Alfonso. **A autoetnografia como método de investigação artística sobre a expressividade na performance pianística**. Opus, v. 23, n. 1, p. 147-165, abr. 2017.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê dos Assassinatos e da Violência Contra Pessoas Trans Brasileiras**. Brasil: ANTRA. Disponível em:< <https://antrabrasil.org/assassinatos/>>. Acesso: em: 30 de julho de 2022.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Lei Maria da Penha**. Lei N.º11.340, de 7 de agosto de 2006

BUTLER, Judith; GAMBETTI, Z.; SABSAY, L. **Vulnerability in resistance**. Durham: Duke University Press. 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2017.

_____. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Autêntica. 2019.

_____. **Vida Precária: os poderes do luto e da violência**. Autêntica. 2020.

CALDEIRA, Bárbara; GONÇALVES, Juliana. **Entrevistas com mulheres vítimas de violência**. In: LEAL, Bruno S; CARVALHO, Carlos A; ANTUNES, Elton. Um problema cotidiano: jornalismo e violência contra a mulher no Brasil. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG. 2020.

CARVALHO, Carlos A. **É possível tecer fios de alta tensão desencapados?** Comunicação, jornalismo e acontecimentos sociais que envolvem violência. Intexto, Porto Alegre, UFRGS, n. 45, p. 35-54, maio/ago. 2019.

CAVELL, Stanley. **Prefácio**. In: DAS, Veena. Vida e Palavras: a violência e sua descida ao ordinário. Trad: Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp. 2020.

CHAGAS, Isabelle Caroline; PRATES, Patricia. **Narrativas de crimes de violência contra a mulher: mídia, justiça e subjetividades**. In: Congresso Nacional de Estudos Comunicacionais, II, Poços de Caldas, 2017. Anais II CONEC: Interação e Mediatização, Poços de Caldas: PUC-Minas, p. 271-280, 2017.

CIVIL, Jude. **Diálogos entre discursos midiáticos sobre imigrantes e experiências de um homem negro haitiano**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós Graduação em Comunicação Social, 2021, Belo Horizonte: UFMG, 2021.

CLOUGH, Patricia. **The Affective Turn**. In: GREGG, Melissa; SEIGWORTH, Gregory (Org.). *The affect theory reader*. Durham: Duke University Press, 2010.

CNJ. **Painel de Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres do Conselho Nacional de Justiça**. Brasília: DATAJUD. 2022. Disponível em: <https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=qvw_1%2FPainelCNJ.qvw&anonymous=true&document=qvw_1%5Cpainelcnj.qvw&lang=pt-BR&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true>. Acesso em: 15 de julho de 2022.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. **Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 21(1): 241-282, janeiro-abril/2013.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. Moschkovich, Marília. São Paulo: nVersos, 2015.

COSTA, Rosely Gomes. **Mediando oposições: sobre as críticas aos estudos de masculinidades**. In: ALMEIDA, H. B. D. et al. (eds.). *Gênero em matizes*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

COURTINE, Jean-Jacques. **Impossível virilidade**. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História da virilidade*, 3. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

DAS, Veena. **Vida e Palavras: a violência e sua descida ao ordinário**. Trad: Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp. 2020.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa e o problema da expressão**. Coord: Luiz. B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2017.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia: vol.3**. Rio de Janeiro: 34, 1996.

ESPINOSA, Benedictus de. **Ética**. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2008.

FERNÁNDEZ-MONTALVO, Javier. **La violencia de género y los trastornos de la personalidad**. Janeiro. Medicina y Humanidades, 1752, 21-23, 2009.

FILHO, Jorge C. **Uma matriz comunicacional da sensibilidade**. In: *Comunicação e Sensibilidade: Pistas metodológicas*, MENDONÇA, Carlos M. C.; DUARTE, Eduardo; CARDOSO FILHO, Jorge. (Orgs.). Belo Horizonte: SELO PPGCOM/UFMG. 2016.

FILIPPO, Gabriela; BORGES, Felipe; FILHO, José Tarcísio O. **Desdobramentos da violência de gênero sobre o texto televisivo**: um estudo de três telejornais. In: LEAL, Bruno S; CARVALHO, Carlos A; ANTUNES, Elton (Orgs). Um problema cotidiano: jornalismo e violência contra a mulher no Brasil. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. Porto Alegre: FBSP. 2022. Disponível em: < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>>. Acesso em: 25 de julho de 2022.

FONSECA, Elisangela L. B. **Quais são as consequências psicológicas da violência doméstica sobre a mulher?** Trabalho de conclusão de curso em Especialização em Segurança Pública. Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**: ética, sexualidade, política. Org. Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **How Much Does It Cost for Reason to Tell the Truth?** In: Foucault Live, Sylvère Lotringer (Org). Nova York: Semiotext (e), 1989.

GREGORI, Maria Filomena. **Delegacias de Defesa da Mulher de São Paulo**: paradoxos e paralelismos. In: DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena; PISCITELLI, Adriana (Org.). Gênero e distribuição da justiça: as Delegacias de Defesa da Mulher e a construção das diferenças. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero–Unicamp, 2006. p. 57- 87.

GREINER, Christine. **Prefácio**. In: UNO, Kuniichi (Org.). Hijikata Tatsumi: pensar um corpo esgotado. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

hooks, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

_____. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

JESUS, Paula B. M. de. **Considerações acerca da noção de afeto em Espinosa**. Cadernos Espinosanos. p. 161-190. São Paulo: n.33, 2015.

KRUG, E.G. et al. **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002.

LAPOUJADE, DAVID. **As existências mínimas**. São Paulo: n-1 edições, 2013.

_____. **Deleuze, os movimentos aberrantes**. São Paulo: n-1 edições. 2015.

_____. **Potências do tempo**. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

LAVAL, Christian. **Foucault e a experiência utópica**. In: FOUCAULT, Michel. O enigma da revolta: entrevistas inéditas sobre a Revolução Iraniana, trad. Lorena Balbino. São Paulo: N-1 edições, p.102 -142, 2019.

LÈVINAS, Emmanuel. **Difficult Freedom: Essays on Judaism**. Baltimore. The Johns Hopkins University Press, 1990.

_____. **Linguagem e Proximidade**. In: Descobrimo a existência com Husserl e Heidegger. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

_____. **Totalidade e Infinito**. Lisboa: Edições 70, 2000.

LEAL, Bruno S; CARVALHO, Carlos A; ANTUNES, Elton. **Um problema cotidiano: jornalismo e violência contra a mulher no Brasil**. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFGM, 2020.

LE BRETON, David. **Antropologia dos corpos e modernidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

_____. **Antropologia dos sentidos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

MANTOVANI, Camila; OLIVEIRA, Fatine. **Mobilidades e afetos: movimentos que transformam a pesquisa**. In: Afetos: teses e argumentos, (Orgs: PESSOA, Sônia C; MARQUES, ÂNGELA S; MENDONÇA, Carlos M. C). Belo Horizonte: SELO PPGCOM/UFGM, 2021.

MÁRMOL, Mariana del *et al.* **Entramados convergentes: cuerpo, experiencia, reflexividad e investigación**. In: JORNADAS DE SOCIOLOGÍA, V, 2008, La Plata, Universidad de la Plata, 2008.

Disponível em: <
http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/59266/Documento_completo_.pdf-des.pdf-PDFA.pdf?sequence=3>. Acesso em: 01 de dezembro de 2021.

MARQUES, Ângela; BIONDI, Angie. **A vítima enunciada em rede: O dissenso como experiência estética**. In: Comunicação e Sensibilidade: Pistas metodológicas, MENDONÇA, Carlos M. C.; DUARTE, Eduardo; CARDOSO FILHO, Jorge. (Orgs.). Belo Horizonte: SELO PPGCOM/UFGM. 2016.

MASSUMI, Brian (1995). **The Autonomy of Affect**. Cultural Critique, 31, 83-109. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2307/>>. Acesso em 21 de dez de 2021.

MENDONÇA, Carlos, M.C. **Corpos, ontologias e políticas: argumentos na pesquisa afetiva**. In: Afetos: teses e argumentos, (Orgs: PESSOA, Sônia C; MARQUES, ÂNGELA S; MENDONÇA, Carlos M. C). Belo Horizonte: SELO PPGCOM/UFGM, 2021.

MENDONÇA, Carlos M. C; MORICEAU, Jean-Luc. **Afetos e experiência estética: uma abordagem possível**. In: Comunicação e Sensibilidade: Pistas metodológicas, MENDONÇA, Carlos M. C.; DUARTE, Eduardo; CARDOSO FILHO, Jorge. (Orgs.). Belo Horizonte: SELO PPGCOM/UFGM. 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. **O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira**. Cadernos Pagu, v. 62, p. 1-14, 2021

MILLER, Mary Susan. **Feridas invisíveis: abuso não-físico contra mulheres.** Tradução de Denise Maria Bolanho. São Paulo: Summus, 1999.

MORICEAU, Jean-Luc. **A virada afetiva como ética: nos passos de Alphonso Lingis.** In: Desigualdades, gênero e comunicação (Orgs: PRATA, Nair; PESSOA, Sônia C). São Paulo: Intercom, 2019.

_____. **Afetos na pesquisa acadêmica.** Belo Horizonte: SELO PPGCOM/UFMG, 2020.

_____. **Escritura e afetos.** In: Afetos: teses e argumentos, (Orgs: PESSOA, Sônia C; MARQUES, ÂNGELA S; MENDONÇA, Carlos M. C). Belo Horizonte: SELO PPGCOM/UFMG, 2021.

NEGRÃO, Télia. **Saúde e violência de gênero: necessário monitoramento.** In: Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento. (Orgs: SARDENBERG, C.M.B., and TAVARES, M.S.). Salvador: EDUFBA, 2016, 335 p. Bahianas collection, vol. 19.

OLIVEIRA, Fatine C. **Corpos sem filtro: Textualidades afetivas de mulheres com deficiência no Instagram.** Dissertação de mestrado, Programa de Pós Graduação em Comunicação Social, 2021, Belo Horizonte: UFMG, 2021.

ONU MULHERES. **Relatório O Progresso das Mulheres no Mundo 2019-2020: Famílias em um Mundo em Mudança.** Nova York: UN Women. 2020. Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2019/06/Progress-of-the-worlds-women-2019-2020-en.pdf>>. Acesso em: 20 de julho de 2022.

PASINATO, Wânia. **Oito anos de Lei Maria da Penha: Entre avanços, obstáculos e desafios.** In: Estudos Feministas, Florianópolis, 23(2): 533-545, maio-agosto/2015.

_____. **Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha. Gênero, raça e pobreza: a abordagem de múltiplas identidades pelo direito.** Rev. direito GV 11 (2) • Jul-Dec. 2015. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/1808-2432201518> >. Acesso em: 19 de dezembro de 2021.

PELBART, Peter Pál. **O avesso do Niilismo: cartografias do esgotamento.** São Paulo: n-1 edições, 2021.

PESSOA, Sônia. C; MARQUES, Ângela. C; MENDONÇA, Carlos. M. C. **Afetos: pesquisas, reflexões e experiências em 4 encontros com Jean-Luc Moriceau.** Belo Horizonte: SELO PPGCOM/UFMG. 2019.

PESSOA, Sônia. C; MARQUES, Ângela. C; MENDONÇA, Carlos. M. C. **Apresentação**. In: Afetos: teses e argumentos, (Orgs: PESSOA, Sônia C; MARQUES, ÂNGELA S; MENDONÇA, Carlos M. C). Belo Horizonte: SELO PPGCOM/UFMG, 2021.

PESSOA, Sônia C. **Estética da diferença**: contribuições ao estudo da deficiência e das redes sociais digitais como dispositivos de mise en scène. 2015. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

_____. **Inquietações que nos movem**: argumento e polifonia em pesquisa de dimensão afetiva. In: Afetos: teses e argumentos, (Orgs: PESSOA, Sônia C; MARQUES, ÂNGELA S; MENDONÇA, Carlos M. C). Belo Horizonte: SELO PPGCOM/UFMG, 2021.

PICADO, Benjamin. **Materialidade s e Tecnologias da Comunicação**: Um falso início para o que há de comunicacional na experiência estética. In: Comunicação e Sensibilidade: Pistas metodológicas, MENDONÇA, Carlos M. C.; DUARTE, Eduardo; CARDOSO FILHO, Jorge. (Orgs.). Belo Horizonte: SELO PPGCOM/UFMG. 2016.

RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco; Gabriela, ZAGO. **Análise de Redes Sociais para Mídia Social**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SAÉNZ, María del Carmen L. **Filosofía feminista y crítica de la racionalidad dominante**. In: Investigaciones fenomenológicas: Anuario de la Sociedad Española de Fenomenología, Madrid, N.º 4, 2005, págs. 29-56.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos Pagu (16), p. 115-136, 2001.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SAFERNET. **Indicadores Helpline**. Brasil: DATASAFER. 2022. Disponível em:<<https://indicadores.safernet.org.br/helpline/helplineviz/pt/>>. Acesso em: 29 de julho de 2022.

SALVINO, Matheus Henrique da S. **Afetos e alteridades na guerra contra a aids**: diálogos para além dos muros. Dissertação de mestrado, Programa de Pós Graduação em Comunicação Social, 2021, Belo Horizonte: UFMG, 2021.

SANTI, Liliane; NAKANO, Ana Márcia S; LETTIERE, Angelina. **Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social**. Texto Contexto Enfermagem, Florianópolis, Jul-Set; 19(3), p 417-424, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-07072010000300002>>. Acesso em 19 de dezembro de 2021.

SARDENBERG, C.M.B; TAVARES, M.S. **Violência de gênero contra mulheres**: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento. Salvador: EDUFBA, 2016.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; TAVARES, Márcia Santana; GOMES, Márcia Queiroz. **Monitorando A Lei Maria Da Penha**: reflexões sobre a experiência do Observe. In: SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; TAVARES, Márcia Santana; GOMES, Márcia Queiroz. (orgs). *Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento*. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 41-67.

SILVA, Mariana Cecília da. **Eu, elas, nós; mulheres com deficiência**: observações afetivas em vídeos do YouTube. Dissertação de mestrado, Programa de Pós Graduação em Comunicação Social, 2020, Belo Horizonte: UFMG, 2020.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **Sob o signo da emoção**. Entrevista. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/15709_SOBO+O+SIGNO+DA+EMOCAO. Acesso em: 30 de novembro de 2021.

SMITH, Marc A. **Prefácio**. In: *Análise de Redes Sociais para Mídia Social* (Orgs. RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco; Gabriela, ZAGO). Porto Alegre: Sulina, 2015.

SOUSA, Stephanie B. B. F. de. **Quando Ventres Feministas se encontram**: Ativismo e afeto em uma página do Facebook. Dissertação de mestrado, Programa de Pós Graduação em Comunicação Social, 2019, Belo Horizonte: UFMG, 2019.

SUXBERGER, Rejane J. **Invisíveis Marias**: histórias além das quatro paredes. 2018. 142 p. Brasília: Trampolim. 2018.

UNO, Kuniichi. **Hijikata Tatsumi**: pensar um corpo esgotado. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

ZARIAS, Alexandre; LE BRETON, David. **Corpos, emoções e risco**: vias de compreensão dos modos de ação individual e coletivo. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 21, n. 52, set-dez, 2019, p. 20-32. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/15174522-97680>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2021.